UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira

Sergio Roberto Turina

Angústia: Os descaminhos da liberdade

São Paulo

– 2011 –

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Sergio Roberto Turina

Angústia: Os descaminhos da liberdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, para obtenção do título de mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Marcondes de Moura

São Paulo

– 2011 –

Para minha avó Amábile, a nonna, que compreendia com o coração os meus projetos
de vida, como saudosa lembrança.

Resumo

A presente dissertação tem como propósito estudar o que denominamos herói anti-existencialista do romance **Angústia**, de Graciliano Ramos, ao analisar sua dificuldade de auto-afirmação diante do mundo de que faz parte, a qual o conduzirá à ação central do livro, o assassinato de Julião Tavares. Escamoteando essa causa subjetiva dos afetos aparentes, os sentimentos de opressão e inferioridade, o protagonista irá atribuí-los ao exterior, à sua existência citadina, ao convívio com o outro, ao rival, Julião Tavares. A dificuldade de auto-afirmação – causa de ordem subjetiva desses afetos aparentes –, com origem no passado da infância, na não superada rivalidade edipiana, ameaça trazer à tona dois afetos latentes, que se revelam por meio da narrativa digressiva, enquanto forma de auto-análise, a saber: o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Daí a necessidade de escamoteá-la, atribuindo-se ao exterior, a uma causa de ordem objetiva, portanto, os sentimentos de opressão e inferioridade, o que engendrará a idéia de vingança, motivo aparente do assassinato. No ato de vingança estaria implicado um valor anacrônico, com origem na sociedade patriarcal, na qual vivera o menino Luís da Silva, a saber: a prática da violência naturalizada, enquanto expressão do sentido arcaico da liberdade, a liberdade ilimitada. Nesse sentido, o caráter anti-existencialista do herói o levará para a livre escolha do assassinato, como forma imprópria de tentar superar os sentimentos de opressão e inferioridade, cuja consequência será o aniquilamento do seu ser, descaminho da sua liberdade.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, *Angústia*, liberdade de escolha, herói anti-existencialista, rivalidade edipiana, violência naturalizada.

Abstract:

This dissertation aims at studying the anti-existentialist hero in *Angústia*, a novel by Graciliano Ramos. In doing so, one analyzes the character's difficulty of self-affirmation to the world in which he lives, and which will occasionally take him to the central action of the story, that is, the murder of Julião Tavares. As to hide the underlying causes of the apparent affections – *i.e.*, feelings of oppression and inferiority –, the protagonist will tie them to exterior elements, such as the fact that he lives in town or to the fact that he lives with his enemy, Julião Tavares. The difficulty of self-affirmation is the cause for the underlying apparent affections and has its origins on his childhood, instead of being based on the surpassed oedipal rivalry. It risks bringing up two underlying affections shown up in the story by means of digressions in moments of self analysis done by the character. There are the fear of symbolic castration, and the guilty for wishing for his father's death when he was a child. This is why he feels the need of hiding them and ties their existence to exterior reasons, to something objective, and this is why he feels inferior and oppressed. Ultimately, there are "reasons" that will make him wish for revenge and will also constitute the reasons for murder. There is an anachronistic value implied on such revenge, whose origin goes back to the patriarchal society in which the boy Luís da Silva lived: the common naturalized violence as an expression of the archaic sense of freedom – an unlimited freedom. In this sense, the anti-existentialist trace of the hero will take him to the free – will of murdering as an improper way trying to overcome the feeling of oppression and inferiority, whose consequence will be his own annihilation, a misleading of his freedom.

Keywords: Graciliano Ramos, *Angústia*, free-will, anti-existentialist hero; oedipal rivalry; naturalized violence.

Agradecimentos

Ao Murilo, orientador, já considerado amigo, pelos anos de orientação, primeiro leitor atento de meu trabalho. Aos funcionários do DLCV, pela prontidão em resolver problemas de ordem burocrática, referentes à bolsa de pesquisa. Aos amigos, poucos, companheiros de vida acadêmica, com os quais compartilho dos mesmos ideais e aspirações intelectuais: Humberto, Gilson e Mariele. Em particular, ao amigo Washington, pelos dez anos de convivência, testemunha de meu percurso acadêmico. Por fim, ao CNPQ, por ter me concedido uma bolsa de pesquisa.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo I – As duas facetas da luta de morte na literatura de Graciliano Ramos: a violência naturalizada como dominação e sobrevivência.....	26
Capítulo II – A violência naturalizada como valor anacrônico e a demanda externa do sentimento de liberdade.....	48
Capítulo III – O caráter anti-existencialista do herói: o não engajamento na busca do auto-conhecimento enquanto ser livre.....	66
Capítulo IV – A vingança como demanda imprópria do sentimento de liberdade: a vã tentativa do herói de escamotear a dificuldade de auto-afirmação.....	86
Capítulo V – A narrativa digressiva como forma de auto-análise: o medo da castração simbólica como motivo latente do assassinato.....	109
Conclusão.....	128
Bibliografia.....	130

Introdução

O objetivo, com a presente dissertação, é o de interpretar as ações do narrador-protagonista de **Angústia**, atribuindo-lhe um caráter anti-existencialista e, para tanto, nos valeremos de uma concepção de liberdade que é o fundamento da filosofia existencialista sartreana, no caso, a liberdade entendida como sendo a condição humana, e não como sendo um direito que lhe possa ser concedido ou negado, no interior de determinado regime político. Para Sartre, a existência (o estar no mundo) precede a essência, o que significa que não haveria uma natureza humana – ou a existência de um poder transcendente (Deus) – que pudesse justificar as ações do indivíduo, sendo este entendido como o responsável pela sua ação, ou pela sua inação, uma vez que a não escolha já seria uma escolha. Ele será o que escolher fazer de si mesmo, um herói, se ele escolher sê-lo, engajando-se na prática de ações heróicas, ou um covarde, se agir de forma covarde, não havendo uma essência que pré-determine a sua existência, contrariamente, esta determinará aquela, sendo o indivíduo a consequência de seus atos, diante de determinado contexto de mundo. Esta é a perspectiva existencialista de leitura do romance em questão, ver nos descaminhos do narrador-protagonista, tomados a partir da sua absoluta liberdade de escolha, a causa do aniquilamento do seu ser. As condutas de Luís da Silva, tais como a misantropia e o assassinato de Julião Tavares, apontam para um personagem fraco, psicologicamente abalado, com uma acentuada carência afetiva, e uma aguda dificuldade de auto-afirmação, que o leva a se ver como inferior diante do outro, oprimido por ele. Disso decorre o seu caráter anti-existencialista, o negar-se a estabelecer um embate com a realidade de que faz parte, não se engajando na busca de um sentido para a vida, no caso, o demandado sentimento de liberdade, por meio da realização de projetos de vida. Em virtude disso, Luís da Silva irá assumir a imagem do oprimido, do inferior, do dominado, traço ideológico da sua personalidade, atribuindo ao outro, ao duplo, Julião Tavares (dominante degradado), a causa dos sentimentos de inferioridade e de opressão, e não a si mesmo. Esta visão de má-fé, de atribuir ao exterior os sentimentos de opressão e de inferioridade, atribuindo-os às

relações de poder instituídas na sociedade de que faz parte – ou a um possível estigma do dominado, uma possível origem escrava, como se verá nesta dissertação –, teria a finalidade de escamotear o traço psicológico, dado que este sinaliza uma dimensão latente, conflitante, a não superada rivalidade edipiana na infância. Esta seria a condição humana, a de estabelecer escolhas (livres) diante de determinadas circunstâncias histórico-sociais, não havendo nada no mundo que oriente as oriente, nenhum sinal, estando o indivíduo obrigado a escolher só, sem nenhum amparo externo, entregue ao abandono, à absoluta responsabilidade pela sua própria existência. A angústia de Luís da Silva teria esta determinação de natureza filosófico-psicológica, existencial, a dificuldade de auto-afirmação, que o conduz ao não reconhecimento da ontológica liberdade, a absoluta liberdade de escolha, idéia de abandono, porém, teria uma determinação também psíquica, referente aos afetos latentes, decorrentes da não superada rivalidade edipiana.

Embora Graciliano Ramos certamente não tenha pretendido escrever um romance freudiano, encontramos em *Angústia* uma extraordinária análise da frustração sexual, passando à neurose (Luís da Silva passa o tempo todo lavando suas mãos como se quisesse tirar as marcas do pecado) e depois ao crime. Crime que não é uma fuga, mas uma realização: um esforço para se reabilitar aos seus próprios olhos, para se libertar da angústia do homem frustrado. Embora nunca seja dito que esta angústia é de origem sexual, esta origem aparece ao leitor pela utilização de símbolos fálicos que acompanham o herói ao longo da vida: a cobra quando era criança, os canos do fogão do seu quarto de homem solitário, e, finalmente, a corda que será utilizada para o crime. Estes três objetos revestem-se em *Angústia* de caráter alucinatório que certamente faz deste livro a obra-prima do escritor. (BASTIDE, 2001, p. 136)

A obsessão pela limpeza das mãos sinaliza um afeto latente, do qual falaremos com mais atenção no transcorrer desta dissertação, que é a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Após o assassinato, o desejo de lavar as mãos não parece ser determinado apenas pela necessidade de limpá-las, mas também por esta culpa que tende a sair do seu estado de latência, manifestando-se por meio da neurose, a repetição do ato de lavar as mãos. Se o assassinato fora cometido, conscientemente, com o intuito de auto-afirmação, “um esforço para se reabilitar aos seus próprios olhos”, após o ato, há uma breve sensação de liberdade, à qual se segue a certeza de que tudo continuaria o mesmo, ele seria o mesmo Luís da Silva, anônimo, insignificante aos seus próprios olhos, porém, algo mudou, uma vez que os momentos

alucinatórios se intensificarão, trazendo a tona os afetos latentes, ainda mais dramáticos que a dificuldade de auto-afirmação, que os sentimentos de opressão e de inferioridade diante do outro.

Esse traço psicológico do narrador-protagonista se revela com mais clareza após o crime, quando a sua paranóia em relação à possibilidade de ser pego a qualquer momento, as suas visões vertiginosas, e a necessidade consciente de escrever o livro, como forma de tentar isentar-se das responsabilidades pelos descaminhos tomados na vida, ressaltam a sua impotência diante da realidade. Sendo assim, temos um personagem fraco, um eu estilhaçado, para o qual é angustiante assumir a responsabilidade pelas suas escolhas erradas, os descaminhos da sua liberdade, dentre os quais, o assassinato, consequência, na verdade, desse fator de ordem subjetiva, o seu não engajamento na busca de um sentido para a vida, o que o conduz ao ver-se e sentir-se como inferior e oprimido. Por exemplo, Luís da Silva não assume as suas realizações profissionais e artísticas como algo importante, realizador, como projetos de vida, ideal, mas tão somente como forma de sobrevivência: “Ocupação estúpida e quinhentos mil reis de ordenado.” (RAMOS, 2009, p. 12), em outra passagem do romance: “É o que sei fazer, alinhar adjetivos, doces ou amargos, em conformidade com a encomenda.” (RAMOS, 2009, p. 55) Como veremos, de forma mais detida, os empreendimentos a que ele se dedica, tais como a sua profissão de funcionário público e de articulista de um jornal; as suas veleidades literárias; ou mesmo o casamento com Marina, não constituem propriamente projetos de vida, realização de aspirações, ideais, no máximo chegando a ser um esforço de inserção no contexto social de que faz parte, de ajusta à realidade, ou a mera necessidade de sobrevivência, após ter experimentado a vida de mendigo, para tornar-se um subalterno funcionário público, um cidadão misantropo, porém, paradoxalmente, portador de uma demanda de atenção, uma carência afetiva, com origem na infância – o menino que sempre brincou só, ignorado pela família, a não ser nos momentos de disciplina, de castigo, principalmente da parte do pai, que o obrigara ao nado forçado.

A intenção será a de analisar o assassinato como sendo a consequência do seu caráter anti-existencialista, da dificuldade de auto-afirmação diante do outro, por meio de suas livres escolhas, realizações pessoais, projetos de vida, auto-certificação de

valores, adoção de uma ideologia qualquer, o que o leva a assumir, de má-fé, o sentido anacrônico da liberdade, a prática da violência naturalizada. Seus sentimentos de opressão e inferioridade passará a ser atribuído ao exterior – e não a si mesmo, à dificuldade de auto-afirmação –, quando ele passará a ver-se como dominado, culpando o outro por suas frustrações, pelos seus fracassos, pela sua impotência diante do mundo de que faz parte, daí o assassinato, no seu plano aparente, surgir como ato de vingança, rebeldia: “A obsessão ia desaparecer. Tive um deslumbramento. O homenzinho da repartição e do jornal não era eu. (...) Pessoas que aparecessem ali seriam figurinhas insignificantes” (RAMOS, 2009, p. 238) O assassinato de Julião Tavares é determinado pela livre escolha de Luís da Silva, tomada no sentido de tentar afastar os angustiantes sentimentos de opressão e inferioridade, por meio de um ato de vingança, porém, não surtirá o efeito desejado. Há também uma motivação não consciente, relativa ao conflito edipiano, o medo da castração simbólica, quando o Outro, o duplo, não aparece na sua faceta ideológica, de dominante degradado (opressor, superior), mas sim na sua faceta psíquica, enquanto imagem do pai castrador, cuja narrativa digressiva, enquanto forma de auto-análise, irá trazer a tona.

Luís da Silva, na sua condição de subalterno funcionário público, e de articulista de jornal, revela certa admiração pelos tempos passados, o tempo que ele alcançou ainda menino, da rústica sociedade nordestina, a sociedade patriarcal – já em fase de decadência –, como se nela estivesse a autêntica forma de liberdade, da qual ele se vê como que destituído, ao assumir a auto-imagem do dominado. É como se na transição da aristocracia rural nordestina, da qual o avô, o velho Trajano, fazia parte, para a nova classe, a burguesia, composta de comerciantes, industriais, políticos e profissionais liberais, ocorresse a perda do lugar que ele se atribui de direito (dada sua origem aristocrática), embora não de fato, o lugar do dominante, do livre, praticante da violência naturalizada. A crise existencial de Luís da Silva, sua crise de identidade, além do fator de ordem psicológica, a dificuldade de auto-afirmação, decorre do fator ideológico, seus valores arcaicos, que o tornam alguém, de certa forma, descontextualizado em relação ao mundo citadino de que faz parte. Como funcionário público, escritor, nem pertencente à burguesia, nem as classes mais baixas, os miseráveis, e cultuando as formas de vida do passado, a figura do avô e de criminosos, ele não se identificando com nenhum desses dois pólos opostos da sociedade: “Os

vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixões de querosene, encostavam-se ao balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação.” (RAMOS, 2009, p. 140)

Nesse sentido, Luís da Silva, aquele que seria predestinado, pela sua origem aristocrática, à posição de dominante, de superior, aquele que seria descendente do velho Trajano, chefe político local, nos seus tempos áureos, acaba por ocupar a posição do sem lugar social na nova sociedade, sentindo-se igualmente distante das classes altas (burguesia), como também das classes mais baixas (proletariados e mendigos). Se Luís da Silva não se identificava com os mais ricos por não possuir a posição social deles, a linguagem também o afastava das classes mais baixas, dos mais pobres, não se vendo como inferior, tampouco como superior. Sendo assim, a antipatia para com Julião Tavares, a imagem do dominante degradado, que se contrapõe ao dominante autêntico (o avô, o velho Trajano), seria devido ao fato de Luís da Silva ver no rival o usurpador do seu lugar de direito, o lugar de dominante, usurpação esta que se consuma, aos seus olhos, com a perda da mulher desejada para aquele – a traição de Marina. Luís da Silva, ao negar o sentido existencial da liberdade, a liberdade de escolha, a necessidade de auto-afirmação perante o outro (e não sobre este), parece ver como negativa a passagem da arcaica sociedade rural nordestina (onde prevalecia a lei do mais forte) para a vida urbana, da sociedade de direitos. Para ele seria como se houvesse uma degradação, a perda de uma liberdade autêntica, tolhida pela instituição da justiça, isto é, a referida liberdade ilimitada, a prática da violência naturalizada, seja como forma de opressão, seja como forma de rebeldia, como se verá no capítulo I desta dissertação.

Se eu matasse Julião Tavares, o guarda-civil não levantaria o cassetete: apitaria. Chegariam outros, que me ameaçariam de longe. O guarda-civil não tem coragem. Se tivesse, não olharia os automóveis horas e horas, junto ao relógio oficial: ocupar-se-ia devastando fazendas, incendiando casas, deflorando moças brancas, enforcando proprietários nos galhos do juazeiro. (RAMOS, 2009, p. 195)

Na citação acima, o guarda-civil é visto sob o ponto de vista de Luís da Silva, a partir do seu valor anacrônico, a prática da violência naturalizada como expressão da autêntica liberdade. Para ele, o guarda civil seria tolhido na expressão dessa liberdade, seria um ser acovardado, submisso à forma de vida citadina, sem coragem, incapaz de

rebelar-se. Ambos, o guarda de trânsito, como também Luís da Silva, sob o ponto de vista deste último, seriam covardes, respeitadores da lei, submetidos à rotina do trabalho nas cidades, diferentes dos senhores de terras, tal como o avô, o velho Trajano, nos seus tempos áureos, que impunha a sua vontade pela força, como também diferentes dos cangaceiros, que não se dobravam às determinações da justiça, da lei, da ordem, rebelando-se contra a opressão dos fazendeiros, tal como fizera Lampião.

Seu Ivo, silencioso e faminto, vem visitar-me. Faz agrado ao gato e ao papagaio, entende-se com Vitória e arranja um osso na cozinha. Não quero vê-lo, baixo os olhos para não vê-lo. Fico de pé, encostado à mesa da sala de jantar, olhando a janela, a porta aberta, os degraus de cimento que dão para o quintal. Água estagnada, lixo, o canteiro de alfaces amarelas, a sombra da mangueira. Por cima do muro baixo ao fundo vêm-se pipas, montes de ciscos e cacos de vidro, um homem triste que enche dornas sob um telheiro, uma mulher magra que lava garrafas. Seu Ivo está invisível. Ouço a voz áspera de Vitória e isto me desagrada. Entro no quarto, procuro um refúgio no passado. Mas não me posso esconder inteiramente nele. Não sou o que era naquele tempo. Falta-me tranquilidade, falta-me inocência, estou feito um molambo que a cidade puiu demais e sujou. (RAMOS, 2009, p. 24)

Pode-se afirmar que Luís da Silva sente de forma negativa a passagem do antigo “município sertanejo” para o anonimato da cidade (Maceió), atribuindo a esta transição certo sentimento de perda de liberdade, de inferioridade. O personagem do romance que, aos olhos de Luís da Silva, espelha a sua auto-imagem de dominado, de oprimido e inferior, é a do mendigo seu Ivo, aquele que é incapaz de se rebelar. Daí, além do sentimento de compaixão para com o mendigo, Luís da Silva sentir repulsa, pois aquele seria o exemplo daquilo que este não quer ser, isto é, um covarde, medroso, impotente, incapaz de se rebelar por meio da violência naturalizada, tal como os cangaceiros faziam no passado. Há, no romance, personagens relacionados ao passado da infância de Luís da Silva, que destoam deste perfil do mendigo seu Ivo, por expressarem liberdade ilimitada, por meio da prática da violência naturalizada, seja como forma de dominação, tal como o caso do avô, o velho Trajano, seja como forma de rebeldia, tais como as figuras de criminosos: Chico Cobra, Fabrício, Cirilo da Engrácia etc. Na citação acima, há uma auto-avaliação de cunho moral do protagonista, o qual se vê como degradado por um modo de vida citadino, faltando-lhe “tranquilidade”, submetido ao regime disciplinar do trabalho, à vontade do chefe,

e há a consciência de que, em nome da sobrevivência, fora obrigado a fazer coisas erradas, tal como escrever artigos defendendo os mais fortes, mais poderosos. Diferentemente do avô, Luís da Silva não é aquele que exerce o poder, mas que, na condição de “molambo”, se transforma em instrumento dele, sem a coragem de se rebelar. Luís da Silva vê uma causa exterior para a sua degradação moral, pois se vê como aquele que, devido às circunstâncias de vida, a necessidade de sobrevivência, fora obrigado a agir de forma antiética, servindo ao interesse dos mais ricos, na condição de articulista de jornal, quando na verdade deveria lutar pela justiça social, por igualdade de direitos, daí a cidade tê-lo “puído” demais e “sujado”. Vê também uma causa externa para o seu desequilíbrio emocional, o seu sentimento de inferioridade, e de opressão, no caso, o duplo, a imagem do dominante degradado, projetada sobre o rival, Julião Tavares. Na visão do protagonista, a sua existência na cidade o teria “puído”, desgastado, transformando-o em “molambo”, um farrapo, impotente diante das novas relações de poder, às quais ele se submete, em suma, o teria transformado em alguém incapaz de agir segundo a liberdade ilimitada, característica da já ultrapassada sociedade patriarcal. Nesse sentido, os sentimentos de opressão e inferioridade – cuja causa seria o fator subjetivo, a dificuldade de auto-afirmação –, ao serem atribuídos ao exterior, leva o protagonista a se avaliar de acordo com a moral do dominado, aquele que se vê como oprimido e inferiorizado pelo outro, Julião Tavares, o duplo, dominante degradado, alegoria da nova classe dominante, a burguesia: “Considerava-me um valor, valor miúdo, uma espécie de níquel social, mas enfim valor.” (RAMOS, 2009, p. 46) A ausência de ideais, a mera necessidade de sobrevivência, revela um Luís da Silva sem projetos de vida, que não busca um sentido para a vida, a auto-realização como ser portador de um sentimento de liberdade, daí a necessidade de atribuir as suas frustrações, os seus fracassos, ao exterior, e não a si mesmo, passando a ver-se como oprimido na sua existência citadina, o que o conduzirá ao motivo aparente do assassinato, a idéia de vingança. A sua atividade profissional, o emprego na repartição pública, por exemplo, não se constitui em realização pessoal, visto como algo maçante, opressor, não sendo, portanto, um projeto de vida, mas sim mera necessidade de sobrevivência: “Se pudesse, abandonaria tudo e recomeçaria as minhas viagens. Esta vida monótona, agarrada à

banca das nove horas ao meio dia e das duas às cinco, é estúpida.” (RAMOS, 2009, p. 10)

Luís da Silva, na sua anônima existência citadina, na sua vida de subalterno funcionário público, sentindo-se inferior e oprimido, vendo-se como dominado, mantém reprimido um desejo de violência, o qual acabará por extravasar num ato extremado, o assassinato, movido pela idéia de vingança. Ao ver-se como inferior e oprimido, Luís da Silva segue um padrão de avaliação moral que chamaremos de dialética do senhor e do escravo. Na impossibilidade de se identificar com a imagem do dominante degradado – embora o inveje –, ou seja, na impossibilidade de ocupar o lugar do dominante degradado, Julião Tavares, dada sua inferior posição social, Luís da Silva, tendo-se em vista o valor anacrônico da hierarquia, se identificará com a imagem do dominado, e ao fazê-lo, escamoteará o fator de ordem subjetiva, a sua dificuldade de auto-afirmação, culpando o outro pelo seu sentimento de inferioridade.

Em primeiro lugar o homem era bacharel, o que nos distanciava. Pimentel, forte na palavra escrita, anulava-se diante de Julião Tavares. Moisés, apesar de falar cinco línguas, emudecia. Eu, que viajei muito e sei que há doutores quataus, metia também a viola no saco. (RAMOS, 2009, p. 58)

Luís da Silva reconhece a superioridade intelectual de Julião Tavares, como também a sua superioridade financeira, porém, o sentido desta superioridade não se restringe ao fator econômico (ter mais dinheiro) e educacional (grau de letramento), assumindo também um sentido cultural, segundo a dialética do senhor e do escravo, fundada no valor da hierarquia, traço ideológico da formação da sua personalidade, com origem na ultrapassada sociedade patriarcal, que ele alcançou já em decadência, quando menino. A forma como Luís da Silva descreve as diferenças existentes entre o rival e ele, e em relação a seus dois amigos, Moises e Pimentel, parece colocar uma barreira invisível, que não se forma apenas pelo fator econômico e educacional, mas também pelo valor anacrônico da hierarquia, da divisão entre superiores e inferiores, dominantes e dominados (dependentes e escravos), típico de uma sociedade de cunho aristocrático, a sociedade patriarcal, dividida em estamentos: “Diante dele eu me sentia estúpido. Sorria, esfregava as mãos com esta covardia que a vida áspera me deu e não encontrava uma palavra para dizer.” (RAMOS, 2009, p. 59) Há nesta afirmação

de Luís da Silva uma dimensão afetiva, o sentimento de inferioridade diante do rival, decorrente do traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação, mas também há um traço ideológico, a mentalidade do dominado, que potencializa aquele outro. Desta forma, o sentimento de inferioridade de Luís da Silva, vazado pela dialética do senhor e do escravo, pelo valor da hierarquia, o conduz a ver-se como dominado – dada impossibilidade de reconhecer a dificuldade de auto-afirmação –, daí a aversão para com o duplo, imagem do dominante degradado: “Além disso Julião Tavares tinha educação diferente da nossa. Vestia casaca, freqüentava os bailes da Associação Comercial e era amável em demasia.” (RAMOS, 2009, p. 58) Como se vê, Luís da Silva se sente inferior e, por conseguinte, oprimido pelo rival, mas não atribui a causa destes sentimentos a si mesmo, mas sim ao exterior, à posição social de Julião Tavares, vista à luz do valor anacrônico da hierarquia, vista, portanto, como a posição do superior, do dominante, porém, do dominante degradado, inautêntico.

A imagem do dominante degradado, o duplo, no seu sentido aparente, ideológico, faz com que Luís da Silva estabeleça uma fronteira intransponível entre o rival e ele, uma vez que, dada necessidade de mascarar a conflitante dificuldade de auto-afirmação, ele se coloca na posição de inferior, de dominado, tal como pode ser evidenciado na citação abaixo.

A minha linguagem é baixa, acanhada. Às vezes sapeco palavrões obscenos. Não os adoto escrevendo por falta de hábito e porque os jornais não os publicariam, mas é a minha maneira ordinária de falar quando não estou na presença dos chefes. Com Moisés dá-se coisa semelhante. Apenas, se lhe acontece engasgar-se, recorre a locuções estrangeiras. As nossas conversas são naturais, não temos papas na língua. (...) Julião Tavares veio tornar impossíveis expansões assim. Dizia referindo-se a um poeta morto: – Era um grande espírito, um grande espírito. (RAMOS, 2009, p. 59)

Luís da Silva, embora se veja como dominado, inveja, aspira à posição de dominante, ainda que a de dominante degradado, inautêntico. Desta forma, o reconhecimento da superioridade de Julião Tavares, ainda que inautêntica, já que fundada num valor degradado – a posição social que o dinheiro pode dar, ou a aparente intelectualidade que o discurso empolado pode forjar –, faz com que Luís da Silva se imagine como pertencente ao lugar do dominado:

Soltei a pena, Moisés dobrou o jornal, Pimentel roeu as unhas. E assim ficamos seis meses, roendo as unhas, o jornal dobrado, a pena suspensa, ouvindo opiniões muito diferentes das nossas. As de Moisés são francamente revolucionárias; as minhas são fragmentadas, instáveis e numerosas; Pimentel às vezes está comigo, outras vezes inclina-se para Moisés. (RAMOS, 2009, p. 57)

Na citação acima, Luís da Silva descreve o seu estado emocional, e dos seus amigos, Pimentel e Moises, caracterizado pelo nervosismo, os quais se sentem incomodados pela presença de Julião Tavares, incômodo este que transparece nas suas ações, dobrar o jornal e roer as unhas. O mecanismo mental usado para isentar-se da responsabilidade por este desconforto, este mal estar diante do outro, marcado pelo sentimento de inferioridade, é ver neste uma causa externa, no caso, o rival. Cabe frisar ainda, no que se refere à citação acima, a referência do protagonista às suas opiniões instáveis, volúveis, o que revela uma personalidade fraca, em crise existencial, com dificuldade de auto-afirmar valores que dariam contorno à sua identidade subjetiva, daí a sua dificuldade de sustentar pontos de vistas, de se posicionar ideologicamente.

Esta relação entre dominante e dominado, opressor e oprimido, inferior e superior, forte e fraco, reflexo estético da matéria histórica na obra do escritor, será interpretada à luz da filosofia nietzschiana¹, isto é, segundo a dialética do senhor e do escravo, da existência de uma moral dupla, a do senhor, e a do escravo. Segundo a nossa interpretação, Luís da Silva apresentaria esta moral dupla, uma vez que aspiraria à posição de dominante, ainda que degradado, porém, incapaz de atingi-la, dado que não possui a posição social do rival, o dinheiro que este tem, daí o significado da repetição, durante a narrativa, de um número de loteria, anunciado por um personagem cego:

Se eu pegasse a sorte grande, Marina teria colchas bordadas a mão. Pobre de Marina! Precisava fazenda macia, pulseiras de couro, penduricalhos. As

¹ Para Nietzsche: “As diferenciações morais de valor nasceram, seja sob uma espécie dominante, que se sentia bem ao tomar consciência de sua diferença em relação à dominada – ou entre os dominados, os escravos e dependentes de todo grau. No primeiro caso, quando são os orgulhosos, que são sentidos como o distintivo e determinante da hierarquia. O homem nobre aparta de si os seres em que o contrário de tais estados orgulhosos e elevados chega à expressão: ele os despreza. Note-se desde já que nessa primeira espécie de moral a oposição “bom” e “ruim” significa o mesmo que “nobre” e “desprezível”: – a oposição “bom” e “mau” é de outra origem.” (NIETZSCHE, 1978, p. 291)

cadeiras de minha casa eram bem ordinárias. No tijolo safado não havia tapete. Nem um quadro na parede. E o colchão, duro como pedra, fazia escoriações no corpo de Marina. Contento-me com muito pouco, habituei-me cedo a dormir nas estradas, nos bancos dos jardins. – 16. 384, gemia o cego batendo com a bengala no cimento. Ou seria outro número. Cem contos de reis, dinheiro bastante para a felicidade de Marina. Se eu possuísse aquilo, construiria um bangalô no alto do Farol, um bangalô com vistas para a lagoa. Sentar-me-ia ali, de volta da repartição, à tarde, como Tavares & Cia., dr. Gouveia e os outros, contaria histórias à minha mulher, olhando os coqueiros, as canoas dos pescadores. (RAMOS, 2009, p. 88)

O interesse de Luís da Silva em ganhar o premio da loteria se deve menos a Marina, à busca da “felicidade desta”, e mais a ele mesmo, ao seu ego, à sua necessidade de sair do desconfortante sentimento de inferioridade, por meio da ocupação da posição do dominante degradado, a posição que ocupa o rival, herdeiro de Tavares & Cia, e a posição social de dr. Gouveia. Nesse sentido, haveria no protagonista uma demanda de liberdade entendida no seu sentido externo, em que ser livre significaria ocupar o lugar do duplo, o que, em parte, explicaria o assassinato, a saída do lugar de dominado, como também explicaria a necessidade de ganhar dinheiro. Desta forma, o desejo de ocupar a mesma posição social do rival, de Tavares & Cia, de dr. Gouveia, seria o desejo de ocupar o lugar do dominante, no caso, do dominante degradado, do ser superior, como forma de se sentir superior e, portanto, livre. Portanto, com o padrão anacrônico de auto-afirmação, a dialética do senhor e do escravo, do dominante e do dominado, na qual estaria implicado o sentido externo da liberdade – onde ser livre seria ocupar o lugar social do dominante degradado, e ser oprimido não ocupá-lo –, escamoteia-se o sentido existencial daquela, isto é, a necessidade de auto-afirmação diante do mundo, por meio de ideais, de projetos de vida etc. Em outras palavras, se é angustiante para Luís da Silva reconhecer a sua liberdade de escolha, dada dificuldade de auto-afirmação, visto que esta sinaliza afetos latentes, referentes à não superada rivalidade edipiana, ele, de má-fé, irá negá-la, valendo-se de seus valores anacrônicos, tal como o valor da prática da violência naturalizada (liberdade ilimitada), valor este implicado nas arcaicas relações de dominação. Sendo assim, a demanda externa de sentimento de liberdade se colocaria como a necessidade de se sentir superior, um dominante degradado, ajustando-se à realidade, daí o desejo de possuir dinheiro, de ter uma mulher, viver de forma igual aos indivíduos das classes mais alta, igual a Tavares & Cia, a Dr. Gouveia, a

impossibilidade disso, em parte, explica o assassinato de Julião Tavares, motivado pela idéia de vingança.

Esta é a atitude de má-fé do protagonista, a de negar a liberdade entendida no seu sentido existencial, liberdade de escolha, por meio do seu sentido externo, ultrapassado, a liberdade do dominante, do senhor, do superior, exercida sobre o dominado, o escravo, o inferior, o conduzirá para o aniquilamento final do seu ser, o assassinato: “Julião Tavares era um caminho errado. Tantos caminhos errados na vida! Quem sabe lá escolher com segurança os atalhos menos perigosos?” (RAMOS, 2009, p. 126) Na citação a seguir, o que leva Luís da Silva a conceber uma possível volta de Marina, é a tendência que ele tem de mascarar a realidade, seja a sua dificuldade de auto-afirmação, que o leva a perder a noiva para o rival, seja os traços morais daquela, o interesse material, a futilidade, que a leva trocá-lo por Julião Tavares. Sendo assim, dois fatores teriam levado Luís da Silva a perder a noiva, o primeiro estaria nele, sua incapacidade de se impor perante o rival, o outro, estaria nela, os traços morais de Marina, mais interessada no conforto que a relação conjugal pode trazer do que na relação em si.

Se Marina voltasse... Porque não? Se voltasse esquecida inteiramente de Julião Tavares, seríamos felizes. Absurdo pretender que uma pessoa passe a vida com olhos fechados e vá abri-los exatamente na hora em que aparecemos diante dela. (RAMOS, 2009, p. 125)

Passar a vida de olhos fechados, tal como afirma o narrador-protagonista, significa que ele se enganou voluntariamente durante toda a sua existência, fugindo de uma verdade a respeito de si mesmo, no caso, a sua personalidade fraca, com dificuldade de auto-afirmação. São duas as ações no romance que o jogam violentamente para essa realidade da sua existência, para esse traço subjetivo, tirando-lhe do aparente equilíbrio que o seu comportamento misantropo lhe dava, a saber: a traição de Marina, e o assassinato de Julião Tavares, ambos interligados, seja no plano aparente, da mera rivalidade entre homens que disputam uma mulher, seja no plano latente, da rivalidade edipiana. O que a traição e o assassinato trazem é uma maior consciência da sua impotência diante do mundo de que faz parte, e que a causa desta impotência, no limite, não está no exterior, a sua condição social, mas sim em si

mesmo, o seu desarranjo interno, sua consciência perturbada: “Está claro que todo desarranjo é interior. Por fora devo ser um cidadão como os outros, um diminuto cidadão que vai para o trabalho massador, um Luís da Silva qualquer.” (RAMOS, 2009, p. 26) O fracassado projeto de casamento com Marina tira-lhe a possibilidade de tentar se sentir ajustado ao mundo, de se sentir menos impotente, menos oprimido e inferior na sua existência cidadina, restando-lhe a derradeira tentativa de tentar se auto-afirmar pelo ato de vingança – o assassinato.

O assassinato – ação central do romance, é dirigido por um grande esforço de afirmação e, enquanto desfecho desse longo processo, toma caráter compulsivo: se é, primeiramente, uma ação a que o personagem não consegue furtar-se, é ainda, de um lado, vingança da frustração de um casamento que para ele representava a tentativa máxima de adaptação à existência – e como tal reprovado – e, de outro lado, é aplicação da justiça pelo mal praticado pelo rival – e como tal aprovado. (Puccinelli, 1975, p. 4)

Como afirma Lamberto Puccinelli, o assassinato, a priori, é um “esforço de afirmação”, mas que, a nosso ver, surte resultado inverso do pretendido, já que tem como consequência o aniquilamento do ser de Luís da Silva – aniquilamento moral, pois acentua a sua auto-imagem de fraco, dominado, inferior; e aniquilamento psicológico, que se evidencia pelo seu desequilíbrio emocional, após ter cometido o ato, quando então ele entra numa espécie de vertigem, de delírio alucinatório, quando as coisas à sua volta perdem a consistência, e ele passa a ter visões do passado: “Os caibros engrossavam, torciam-se, alvacentos e repugnantes como cobras descascadas.” (RAMOS, 2009, p. 278) A traição de Marina, e o consequente assassinato de Julião Tavares, fazem com que o duplo seja ressaltado como representação, imagem produzida pela própria consciência, a qual fora projetada sobre a realidade objetiva, o outro intra-mundano, Julião Tavares. Isso significa que o duplo, na sua faceta ideológica – enquanto imagem do dominante degradado – decorreria da cultura característica da ultrapassada sociedade patriarcal, calcada no valor da hierarquia, num padrão de afirmação da identidade subjetiva fundado na dialética do senhor e do escravo. Já o duplo na sua faceta psíquica, enquanto latente imagem do pai castrador, que sinaliza a não superada rivalidade edipiana, tem a sua origem na história do indivíduo, na fase da infância. A morte de Julião Tavares tornará o duplo insuperável, o revelando na sua faceta mais opressiva, a imagem do pai castrador, a qual sinaliza os

angustiantes afetos latentes, o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância.

Partimos do princípio de que a necessidade de escrever o livro, de tornar-se narrador-protagonista da própria história, teria uma dupla finalidade: a de ordem aparente, isentar-se da responsabilidade pelos próprios descaminhos tomados na vida, afastando a idéia angustiante de abandono, de absoluta liberdade de escolha; a de ordem latente, recalcar a culpa pelo desejo da morte do pai na infância, que tende a vir à tona, após o assassinato. A escrita do livro, como forma de isentar-se da responsabilidade pelos descaminhos tomados na vida, atenderia à necessidade de manter recalcados os angustiantes afetos latentes, que tenderiam a vir à tona após a traição de Marina, e após o assassinato de Julião Tavares. A escrita do livro, portanto, a priori, se colocaria como atitude de má-fé, negação da responsabilidade pelas escolhas tomadas na vida, dentre as quais, o assassinato, porém, a posteriori, a narrativa se mostrará como auto-análise, revelando os referidos afetos latentes. Se a princípio a narrativa, dirigida pela razão, pela intencionalidade do autor, se pretenderia linear, restringindo-se ao relato dos fatos recém passados da sua vida, o breve relacionamento com Marina, a traição desta, e o assassinato do rival, posteriormente, a revelia da razão, ela será guiada pelos afetos latentes, assumindo a sua forma digressiva.

Misturando-se, os desejos formam um novelo confuso – o texto. São eles, os desejos, que tecem o texto, afirma Lacan. Texto cada vez mais indecifrável à medida que outras demandas e outros desejos nele vêm se entrelaçar. Usurpando ao sujeito a função agenciadora, passam a mobilizar o discurso, tramando-o: calam-se acovardados ante as forças inibidoras, ocultam-se, para mais adiante despontarem transformados em novas representações. Correm à infância e lançam longínquas lembranças, que traçam episódios presentes e/ ou imaginários, forjando a malha. Invertem-se, portanto, os papéis: o sujeito, que intencionava ser o autor do texto, submete-se ante a violência dos desejos (...) (CARVALHO, 1983, p. 99)

Os desejos, no caso, os afetos recalcados, tomam a direção na constituição do texto, a despeito das intenções do sujeito, derivando a narrativa para os fatos da infância do narrador-protagonista, onde está a explicação dos motivos aparente (vingança) e latente do assassinato (medo da castração simbólica), como também a explicação da necessidade inconsciente de escrever o livro, manter recalcados os

conflitantes afetos latentes. “Em duas horas escrevo uma palavra: Marina. Depois, aproveitando letras deste nome, arranjo coisas absurdas: ar, mar, rima, ira, amar. Uns vinte nomes.” (RAMOS, 2009, p. 8) Após cometido o assassinato, Luís da Silva entra numa espécie de letargia, prostração física e intelectual, além da referida perturbação psicológica, vertigem, alucinações, como ele mesmo afirma, “impossível trabalhar. Dão-me um ofício, um relatório para datilografar, na repartição. Até as dez linhas vou bem. Daí em diante a cara balofa de Julião Tavares aparece em cima do original (...)” (RAMOS, 2009, p. 8) Pelas citações acima, é possível perceber que o ato de escrever – tão habitual e controlado da parte do articulista de jornal Luís da Silva, habilidoso ao escolher as palavras, de acordo com o que pretendia dizer – deixa de ser controlado pela intencionalidade da consciência, pela razão, e se transforma em pulsão, ditado num plano inconsciente, o plano dos afetos latentes. Desta forma, no plano aparente da análise, da rivalidade entre dominante (que toma a mulher do outro) e dominado (que perde a mulher para o outro), há o explícito sentimento de vingança da parte de Luís da Silva contra aquele que o impediu de ajustar-se ao mundo de que faz parte, de compartilhar das formas de sociabilidade vigentes, dentre as quais, o casamento, a constituição de família, em suma, a tentativa de sair da sua angustiante solidão existencial, e no plano latente, há a rivalidade edipiana, a não aceitação do roubo do objeto de desejo, a mãe, à qual estão associados os referidos afetos latentes, que a narrativa digressiva, enquanto auto-análise, revelará.

Estava tão abandonado neste deserto... Só se dirigiam a mim para dar ordens: – Seu Luís, é bom modificar esta informação. Corrija isto, seu Luís. Fora daí, o silêncio, a indiferença. Agradavam-me os passageiros que me pisavam os pés, nos bondes, e se voltavam, atenciosos: – Perdão, perdão. Faz favor de desculpar. – Sem dúvida. Ora essa. (RAMOS, 2009, p. 30)

Há no protagonista, tal como pode ser evidenciado por meio da citação acima, uma demanda afetiva de atenção, consequência de uma vida de isolamento, o menino que brincava só, o adulto de poucos amigos, misantropo, e de indiferença, da parte da família que não lhe dava atenção, esquecendo até de chamá-lo, na escola, num momento crucial, quando o pai estava morrendo; indiferença das pessoas em geral, na sua vida adulta, por se dirigirem a ele, não para dar atenção, mas para perguntar algo, ou para dar ordens, salvo o seu diminuto círculo de amizades: Moisés e Pimentel. Este

sentimento de solidão existencial, que o assola ao longo da sua vida, é acrescido por uma carência afetiva, decorrente da ausência da figura materna na infância, e pelas neuroses decorrentes da não superação do complexo de Édipo. A imposição da lei paterna, a separação do filho do seu objeto de desejo, a mãe, não é acatada pelo menino Luís da Silva, o qual deseja, inconscientemente, a morte do pai. É no passado da infância que se encontram as explicações para a aniquilada vida presente, só que elas não se mostram de forma evidente e, no caso dos referidos afetos latentes, eles se escondem por detrás do conteúdo aparente do texto: “Não sei porque mexi com eles, tão remotos, diluídos em tantos anos de separação. Não têm nenhuma relação com as pessoas e coisas que me cercam.” (RAMOS, 2009, p. 16) Após o assassinato, o pensamento de Luís da Silva é impulsionado para o passado, suscitando lembranças da infância, porém, não mais como uma espécie de fuga da sua desagradável vida citadina, marcada pela submissão ao chefe, tal como fazia ao pegar o bonde de volta para casa, mas sim como explicitação dos afetos latentes. Em outras palavras, se ao sair do trabalho a fuga para o passado da infância se dava de forma consciente, guiada pela necessidade de aplacar o sentimento de desajuste em relação ao mundo de que faz parte, afastando o pensamento das pessoas e lugares que lhe desagradavam, após o assassinato, por meio da escrita do livro, a lembrança do passado não se constitui como fuga, mas sim como pulsão, explicitação não controlada dos afetos latentes, que tendem vir à tona, no plano da consciência.

O carro passa pelos fundos do tesouro. É ali que trabalho. Ocupação estúpida e quinhentos mil reis de ordenado. Rua do Comércio. Lá estão os grupos que me desgostam. (...) Distraio-me, esqueço Marina que algumas ruas apenas separam de mim. Afasto-me da realidade, mas agora não vejo os navios, a recordação da cidade grande desapareceu completamente. O bonde roda para oeste, dirige-se para o interior. Tenho a impressão de que ele me vai levar ao meu município sertanejo. (...) Volto a ser criança, revejo a figura de meu avô, Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, que alcancei velhíssimo. Os negócios na fazenda andavam mal. E meu pai, reduzido a Camilo Pereira da Silva, ficava dias inteiros manzanzando numa rede amarrada nos esteios do copiar (...) (RAMOS, 2009, p. 12)

Na citação acima, há uma motivação consciente para Luís da Silva querer refugiar-se no passado, certo sentimento de tédio com a sua ocupação profissional, e a frustração decorrente da traição de Marina. Na “rua do Comercio” estariam as pessoas que desagradariam Luís da Silva, aquelas que assumiriam como critério de excelência

um valor que ele considera degradado, o valor do dinheiro, embora o deseje, valor este que se contrapunha ao valor que ele considera autêntico, a liberdade ilimitada, característica do estado de natureza, a prática da violência naturalizada, seja como dominação, seja como rebeldia, tendo-se em vista a sobrevivência. Daí o seu olhar nostálgico para o passado da infância, contexto sócio-histórico da rústica sociedade nordestina, onde prevalecia a transgressão da lei, tanto na forma da violência arbitrária dos senhores de terras contra os dominados, como na rebeldia destes últimos contra as arcaicas relações de poder, que ameaçavam a sobrevivência dos mais pobres. No passado, esse arcaico sentido de liberdade, cultuado na figura do avô – como também nas figuras de criminosos – estava ao alcance de todos, visto que a prática da violência naturalizada era atributo tanto dos mais fortes, que a usavam para dominar, como dos mais fracos, que a usavam como única forma de sobrevivência, tal como fizera Lampião, analisado por Graciliano Ramos em uma de suas crônicas, como se verá no seguinte capítulo. Já no presente da existência citadina de Luís da Silva, o dinheiro dita o sentido degradado de liberdade, a liberdade de fazer não aquilo que a lei permite, mas sim aquilo que a posição social permite, ou seja, a liberdade de Julião Tavares que, por ser descendente de Tavares & Cia, “deflora” garotas pobres, a despeito da propalada idéia de justiça. Se antes a vontade despótica do velho Trajano prevalecia sobre a justiça, ao dar ordens ao juiz de direito para soltar um cangaceiro, agora a justiça, sob a aparência da imparcialidade, é negligente com a punição dos mais ricos, Julião Tavares, porém, aplicada corretamente sobre os mais pobres, já que, na sua existência citadina, proletária, não mais podem se rebelar, tal como fizeram as figuras de cangaceiros do sertão, foras da lei, da época do menino Luis da Silva.

Graciliano Ramos, ao construir um personagem cujas motivações de suas ações são de ordem subjetiva, seja a motivação de ordem aparente, ideológica, a mentalidade do dominado, do escravo, pautada pela idéia de vingança, seja a motivação de ordem latente, o medo da castração simbólica, foge ao determinismo histórico, ao tratamento mecanicista dado às ações do indivíduo, uma vez que tais características subjetivas passam pelo crivo consciência individual, por uma singularidade marcada pela angústia da escolha, distanciando-se, neste sentido, do regionalismo da década de 30, focado na representação artística de tipos sociais. Luís da Silva é a representação artística de uma singularidade diante do mundo, uma vez

que não se reduz à estrita explicação de cunho sociológico, ou à de cunho psicanalítico, o que nos daria meros tipos sociais, ou tipos psicológicos, daí o ponto de vista filosófico, a leitura existencialista, calcada na idéia da absoluta liberdade de escolha, apreender de forma mais acabada o drama do personagem diante do mundo de que faz parte. Ao assumirmos o viés existencialista de análise, estamos considerando que as ações do personagem são consequência de suas escolhas tomadas a partir de seus valores e afetos, os quais, portanto, não determinam a sua maneira de ser no mundo, apenas servem de motivo para suas condutas, pelas quais Luís da Silva é responsável, daí o realismo do escritor, com a presente romance, representar o drama da condição humana no mundo, a liberdade.

As duas facetas da luta de morte na literatura de Graciliano Ramos: a violência naturalizada como dominação e sobrevivência

Uma parte do brasileiro quer civilizar-se, a outra conservar-se bugre, pintada a jenipapo e urucu; usa enduape e tem saudade da antropofagia. Há alguns meses, esse funcionário tamoio foi levemente funcionário e tamoio demais. Intratável, nostálgico, só pensava em Anchieta e outros missionários de épocas obscuras. Bons tempos! Não havia automóvel, nem aeroplano, essas máquinas exóticas que não se harmonizam com a índole pacífica do nosso povo, mas, em compensação, existia fé nos corações. E quando isso faltava, um medo salutar envergava os espinhaços. Bons tempos, tempos de força e de ordem! Mas, os espíritos irrequietos inventaram novidades, cantaram a “Marselhesa”, outra esquisitice, incompatíveis com as nossas tendências ordeiras, puseram-se a ler em demasia. Afastamo-nos da tradição. Necessário por fim a semelhantes desregramentos, retomar o bom caminho. Pois não! Seria bom a gente recuar uns duzentos anos, suprimir inovações perigosas e adotar a candeia de azeite. Dois séculos ou mais. Devíamos era restaurar o Brasil de Cunhambebe, rebaixar o funcionário e elevar o canibal.

(Graciliano Ramos)

O propósito deste capítulo é o de verificar uma temática recorrente nos escritos de Graciliano Ramos, que denominaremos violência naturalizada, reflexo estético da matéria histórica, da ultrapassada sociedade patriarcal. A importância desse tema para a análise das condutas de Luís da Silva se explica pelo sentido anacrônico da liberdade implicado nele, isto é, a liberdade ilimitada, característica de uma sociedade marcada pela anomia. A literatura de Graciliano Ramos, ao seguir o princípio estético do realismo, da literatura enquanto representação da realidade, dá forma artística à matéria histórica, a uma dimensão antropológica, em que a violência entra como elemento formador da identidade cultural do brasileiro, particularmente falando do nordestino. Luís da Silva, na sua existência citadina, de maior vigência da sociedade de direito, por cultuar essa violência, se transformaria em alegoria do atraso, por meio de uma mentalidade ainda presa aos valores do passado, da referida sociedade patriarcal.

A intenção de verificar a recorrência desta temática da violência naturalizada, nos escritos ficcionais, como também nos não ficcionais do escritor, é de mostrar que

ela não é algo pontual na obra do autor, o que favorece a nossa interpretação do personagem Luís da Silva, de que ele possui traços ideológicos com origem no passado, o que contribui para entender o seu desajuste ao contexto de mundo em que vive, a cidade, com novas formas de sociabilidade, diferentes da rústica sociedade patriarcal. Luís da Silva, seguindo um padrão retrógrado de auto-afirmação da identidade subjetiva, calcado na dialética do senhor e do escravo, cultua a figura do dominante autêntico, o velho Trajano, que domina pela violência, e as figuras de criminosos, que se rebelam por meio daquela. Daí a necessidade de se estabelecer um olhar panorâmico sobre a obra do escritor, apreendendo as nuances da prática desta violência naturalizada e, ao fazê-lo, entender melhor o motivo consciente, de ordem cultural, o valor da coragem, entendida enquanto transgressão da norma, expressão da liberdade ilimitada, que levou Luís da Silva a cometer o assassinato, ação central do romance. Como veremos, nos diferentes textos de Graciliano Ramos, em suas crônicas, presentes em **Viventes das Alagoas**, no caso, **Lampião, Cabeças, Dois Cangacos, O fator econômico no cangaço**, e em seus romances, **Caetés, São Bernardo, Angústia e Vidas Secas**, a referida violência, enquanto expressão de liberdade ilimitada, apresentaria dois sentidos: exploração do mais fraco por parte do mais forte, e sobrevivência daquele por meio da rebeldia. Como se verá, ao longo desta dissertação, o misantropo Luís da Silva, dada a dificuldade de auto-afirmação, de assumir o sentido existencial da liberdade, a liberdade enquanto liberdade de escolha, a nega, escamoteia, por meio do valor da coragem. A idéia de vingança – fundada nesse valor superado pelas novas formas de sociabilidade típicas da vida na cidade –, característica do tipo dominado, do escravo, daquele que não consegue se rebelar, sentindo-se impotente diante do mundo de que faz parte, seria o motivo consciente do assassinato de Julião Tavares, como vã tentativa de realizar a demanda externa do sentimento de liberdade, saída do complexo de inferioridade.

Sendo assim, o assassinato teria causa na liberdade de escolha do protagonista, motivado pela idéia de vingança, no plano consciente; e por um afeto latente, o medo da castração simbólica, no plano inconsciente. Luís da Silva admira a época em que o avô viveu o auge da sua figura de aristocrata, de dominante, de patriarca, época também das figuras de cangaceiros, uma vez que vê nela a expressão da autêntica

liberdade, da qual ele se sente destituído na cidade, atribuindo a esta o seu sentimento de opressão, de inferioridade, daí a frustração que o conduz à idéia de vingança, que se define diante do duplo, Julião Tavares. Na cidade, Luís da Silva se vê como “um níquel social”, tolhido na expressão desta autêntica liberdade, a tal ponto de se comparar à figura do avô, nos tempos áureos deste, vendo-se como sendo diferente dele, o oposto, como dominado, que não consegue se rebelar, tornando-se ressentido, portanto, vingativo. Ao ver-se como dominado, como fracassado a priori, o protagonista escamoteia o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação e, ao fazê-lo, se nega a estabelecer um embate com o mundo de que faz parte, se eximindo de buscar um sentido para a vida, unicamente a partir de si, de suas escolhas, do engajamento da realização de seus projetos de vida. A frustração decorrente da impotência diante do outro, vendo-se como oprimido e inferior, ao longo de uma vida, conduz Luís da Silva ao ato desesperado de vingança, o assassinato.

A respeito desta figura do fracassado – que nós denominaremos de fracassado a priori, o que se exime da luta, herói anti-existencialista –, presente na literatura do regionalismo de 30, nos fala Mário de Andrade, na Elegia de Abril.

Observo mais uma vez não estar esquecido de que pra se dar entrecho, há sempre um qualquer fracasso a descrever, um amor, uma terra, uma luta social, um ser que faliu. Um Dom Quixote fracassa, como fracassam Otelo e Mme. Bovary. Mas estes, e com eles quase todos os heróis do bom romance, são seres dotados de ideais, de grandes ambições, de forças morais, intelectuais ou físicas. São, enfim, seres capacitados para se impor, conquistar, vencer na vida, mas que diante de forças mais transcendentais, sociais ou psicológicas se esfacelam, se morrem na luta. (...) o que está se fixando, não é o fracasso proveniente de forças em luta, mas a descrição do ser incapacitado para viver, o indivíduo desfibrado, incompetente, que não opõe força pessoal nenhuma, nenhum elemento de caráter, contra as forças da vida (...) O fenômeno não tem raízes que não sejam contemporâneas e não prolonga qualquer espécie de tradição. Talvez esteja no Carlos de Melo do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* a primeira amostra bem típica desse fracassado nacional. Nos lembremos ainda da triste personagem de *Angústia*... (ANDRADE, 2002, p. 212 – 213)

Mário de Andrade, na citação acima, descreve um perfil de personagem que se aproxima do que estamos definindo como herói anti-existencialista, aquele que se coloca na condição de dominado, de fracassado a priori, impotente diante das vicissitudes da vida, incapaz de estabelecer um embate com a realidade, tal como é o caso do misantropo Luís da Silva. Temos aí, portanto, uma categoria de herói estranha

à categoria lukácsiana do herói do romance moderno, o qual não se exime da luta, se embate contra a realidade, tal como Dom Quixote, que luta contra os moinhos de vento, imaginando que eles fossem gigantes.

Desta forma, o assassinato, enquanto atitude vingativa, a priori, seria a atitude característica do tipo dominado que se rebela contra a opressão por meio da prática da violência, porém, a posteriori, se mostra como ato de fraqueza, típico do “indivíduo desfibrado”, daquele que tem dificuldade de auto-afirmação, dificuldade de se engajar na busca do sentido para a vida, de assumir um ideal, uma paixão qualquer, importante para a constituição da identidade subjetiva, o que lhe traria a demandada sensação de liberdade. Em outras palavras, a mentalidade anacrônica de Luís da Silva, pautada pelo valor da violência naturalizada, a liberdade enquanto demonstração de força, de coragem, o leva a cometer o assassinato, porém, este não tem o efeito esperado, revelando aos seus olhos o seu caráter anti-existencialista, a sua condição de fracassado a priori, de incapaz de buscar um sentido para a vida por meio de projetos, de ideais, o que realmente o faria se sentir livre, mas que pressupunha assumir a angustiante liberdade de escolha, portanto, a necessidade de auto-afirmação, de que ele é incapaz. Luís da Silva sequer impõe-se diante do chefe de repartição, ou mesmo diante de Julião Tavares, que ele considera um “rato”, alguém que só faz o que faz, isto é, desvirgina moças pobres, permanecendo impune, porque se esconde por detrás do dinheiro da família, porque é descendente de Tavares & Cia.

A impotência de Luís da Silva diante do mundo citadino, seu sentimento de opressão e inferioridade, o leva a cultuar a violência naturalizada, típica de uma sociedade com características do estado de natureza, a sociedade patriarcal, na qual ele vivera, quando menino. No passado, no meio rural em que vivia o menino, havia a prevalência da transgressão da norma, da lei, sobre a idéia de justiça, imperando, portanto, a violência arbitrária, onde prevalecia a vontade do mais forte, do senhor de terras, o qual, para manter o seu status social de dominante, ameaça a sobrevivência dos mais fracos, dos dominados, restando a estes a uma única alternativa de sobrevivência, isto é, a rebeldia. No hipotético estado de natureza, sem contrato social, segundo o filósofo Thomas Hobbes, não haveria noção de justiça, mas sim a luta pela auto-preservação, estando o indivíduo submetido ao risco da morte iminente, o medo da morte súbita, tanto o mais forte e astuto, como o menos forte e astuto:

(...) a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro também não possa aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. (HOBBS, 1988, p. 109.)

Em **Viventes das Alagoas**, o tema da violência naturalizada – implicada no fenômeno social do cangaço, como também no autoritarismo do Estado getulista – figura em quatro crônicas, já referidas: **Lampião**, **Cabeças**, **Dois Cangaço**, e **O fator econômico no cangaço**. Nessas crônicas, assim como na ficção, os romances, aquela, enquanto exercício da liberdade ilimitada, adquire o sentido de auto-preservação, seja pela dominação do mais forte sobre o mais fraco, seja pela rebeldia deste último em relação àquele. Se para o tipo dominante o objetivo da prática da violência naturalizada é o de afastar o medo da morte súbita, subjugando o outro, explorando; para o tipo dominado, explorado, é o de afastar a iminência daquela, rebelando-se contra a opressão. Ou seja, a condição de dominante, de opressor, num contexto de anomia, teria a finalidade de garantir a defesa contra possíveis ameaças à auto-preservação, aplacando, desta forma, o medo da morte súbita; já a condição de dominado que se rebela, portanto, de rebelde, tal como Lampião, teria a finalidade de garantir a sobrevivência.

Desta forma, na sociedade patriarcal nordestina, a árida natureza e a opressão do mais forte conduziam o oprimido ao limite de suas forças para sobreviver, sendo que a idéia de civilização, de justiça, como também a religião, se apresentam apenas como elemento retórico, forma de controle ideológico, a serviço da contenção de possíveis rebeliões. Se há violência institucionalizada, monopólio do Estado, ela se transforma não em instrumento da justiça, mas sim do interesse particular, do dominante, dos coronéis, dos senhores de terra. Na literatura de Graciliano Ramos, figura como reflexo estético da matéria sócio-histórica a sobreposição do estado de natureza, a barbárie, sobre o estado de civilização, daí a violência promovida pelo Estado, através dos seus aparatos de repressão, tais como polícia e exército, ser expressão da barbárie institucionalizada, principalmente no que se refere à arcaica sociedade patriarcal. Para Freud, uma das características da civilização é o esforço que

o homem faz para regular as relações sociais, não permitindo, portanto, que a vontade do mais forte prevaleça sobre a vontade comum.

Talvez possamos começar pela explicação de que o elemento de civilização entre em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos. (...) A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder dessa comunidade é estabelecido como 'direito', em oposição ao poder do indivíduo, condenado como 'força bruta'. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização. (FREUD, 1978, p. 155)

Os textos de Graciliano Ramos refletem justamente o contrário daquilo que Sigmund Freud indica como característica civilizacional, uma vez que, ao contrário de representar artisticamente a vontade individual se submetendo à vontade comum, representam a preponderância da vontade do indivíduo, do fazendeiro, do coronel, do patrão, portanto, do mais forte, sobre a vontade comum. A lei, como se verá em textos tais como **São Bernardo** e **Vidas Secas**, se transforma em elementos meramente retóricos, a serviço do mais forte, apresentando-se desvirtuada no seu sentido civilizacional, enquanto representação da vontade comum, para se transformar em instrumento da vontade do indivíduo, do senhor de terras. Sendo assim, a sociedade nordestina, representada na literatura de Graciliano Ramos, se apresenta como a preponderância da barbárie sobre a civilização, o que levaria Lampião a se rebelar, por meio da violência naturalizada, como única forma de sobreviver à morte iminente, seja por fome, ou pela violência da polícia.

Na crônica intitulada **Lampião**, Graciliano Ramos, ao analisar o motivo que levou aquele a se tornar um fora da lei, um cangaceiro, refere-se à necessidade de sobrevivência, num contexto social em que a espoliação do mais fraco pelo mais forte era extrema, a tal ponto de ameaçar a sua vida. O fato de Lampião tornar-se um fora da lei implica que ele não crê mais que a vigente ordem social, fundada no regime patriarcal, na relação de dominação, possa assegurar a sua sobrevivência. Desta forma, Lampião está inserido num contexto sócio-histórico em que as características da civilização – a idéia de justiça, de bem comum, de igualdade de direitos – aparecem

apenas como verniz, sob o qual se esconde a anomia, a barbárie, luta de todos contra todos, que o cangaceiro compreende, na prática, ao sentir a iminência da morte pela fome, e pela violência arbitrária da polícia. Nessa rústica sociedade nordestina, matéria dos escritos de Graciliano Ramos, “onde os pastos carecem de fecho”, para usar a expressão de Guimarães Rosa, em **Grande Sertão: Veredas**, “carece de coragem” para sobreviver, citando as palavras do personagem Diadorim, ditas a Riobaldo, no referido livro. Neste meio rústico, o valor da posse da terra, e da tradição do nome, mais que fator de distinção social, significa exercício arbitrário de poder, a espoliação do mais fraco pelo mais forte, com o intuito de aplacar o medo da morte súbita, característico de uma sociedade com traços do estado de natureza. O desejo de posse, com o intuito de sobrevivência, por exemplo, move Paulo Honório, de **São Bernardo**, a se tornar fazendeiro, um empreendedor, como forma de superar a condição de dominado, ao passar de miserável a fazendeiro. Desta forma, o ódio que Lampião tem pelo Governo e pelos fazendeiros parece se explicar mais pela ameaça de morte que aqueles representam para os pobres, ao delegarem a estes uma condição de miserabilidade, sujeitos à violência arbitrária da polícia, ameaçados na sua sobrevivência, do que propriamente sobre o modelo de sociedade, isto é, o regime patriarcal, sem mobilidade social. Na passagem a seguir, Graciliano se refere à necessidade de sobrevivência, a qual motivou Lampião a se tornar cangaceiro, praticando a violência naturalizada, impondo, desta forma, o medo da morte súbita aos mais poderosos, seu único instrumento contra a opressão, contra a miséria em que se encontrava.

O que transformou Lampião em besta-fera foi a necessidade de viver. Enquanto possuía um bocado de farinha e rapadura, trabalhou. Mas quando viu o alastrado morrer e em redor dos bebedouros secos, o gado mastigando ossos, quando já não havia no mato raiz de imbu ou caroço de mucunã pôs o chapéu de couro, o patuá com orações da cabra preta, tomou o rifle e ganhou a capoeira. Lá está como bicho mondado. (RAMOS, 1976, p. 131)

É possível perceber que Lampião não se rebelou motivado por questões de ordem política, contra o regime patriarcal em si, contra uma sociedade hierarquizada, estamental, mas sim por um motivo de ordem existencial, a necessidade de sobrevivência, que aquela não garantia. Lampião, dada a necessidade de sobrevivência, portanto, irá transgredir a lei, uma vez que percebe que esta, enquanto fundamento do contrato social, vige de forma desvirtuada, servindo apenas de

instrumento para que a vontade do mais forte se exerça de forma arbitrária. O cangaceiro percebe, intuitivamente, sem maiores reflexões teóricas, que o Estado, o Governo, ao contrário de buscar a paz, a ordem social, o bem comum, e a justiça, promove a barbárie, em benefício de interesses particulares, o interesse dos poderosos, sob risco de vida para os dominados. A polícia, e o exercito, braços armados do Estado, sob o pretexto de defenderem a ordem, a paz, promovem a defesa dos interesses dos fazendeiros, oprimindo os mais pobres, sufocando rebeliões, tal como o fenômeno social do cangaço. A religião, nesse contexto, se transforma em instrumento ideológico de dominação, com a idéia de bem supremo (Deus), com a idéia de pecado, impedindo os mais pobres de se rebelarem, mesmo sob circunstâncias de vida que ameçassem a sua sobrevivência. Lampião se rebela transgredindo normas e costumes, diferentemente daqueles que seguem as leis, como também diferentemente daqueles que adotam para si a religião como forma de vida, como instância orientadora das condutas no mundo, como, por exemplo, os cristãos, com as idéias de pacifismo, e de redenção pelo sofrimento, daí afirmar Graciliano Ramos, em **Dois cangaços**:

(...) Lampião era religioso, não por temperamento: por hábito e por influência de Pare Cícero de Juazeiro. E, religioso, entrando numa igreja, de povoação conquistada, tirava uma nota de quinhentos mil reis da capanga e introduzia-a na rachadura da caixa das almas, a punhal. (RAMOS, 1976, p. 146)

Como se vê, a religião, para Lampião, não se constitui em ideologia internalizada, fazendo parte do seu “temperamento”, determinando a sua maneira de ser, mas sim adotada por “hábito”, de forma não ortodoxa, segundo as inclinações pessoais, talvez por admiração e respeito a alguém de que ele gostasse muito, no caso, o Padre Cícero. A religião não lhe servira como mecanismo de controle, que pudesse impedi-lo de se rebelar por meio da violência, da qual ele sempre fora vítima, ao longo de sua vida. Lampião percebe que o respeito à aparente ordem vigente – às instituições político-sociais (Estado, lei), como também aos dogmas religiosos – não assegura a vida do dominado, visto que ela escamoteia a desordem, a anomia, a guerra de todos contra todos, a lei do mais forte, seja a força daquele que oprime, seja a força daquele que se rebela.

A violência arbitrária dos poderosos, exercida muitas vezes através do aparato repressor do Estado, a polícia, a serviço dos coronéis, será combatida com a mesma violência, avessa à norma, exercida pelo cangaço. Lampião agira segundo o estado de guerra de todos contra todos, segundo a luta de morte, onde cada indivíduo, fraco ou forte, exerce a sua liberdade ilimitada, sem que haja lei, sem que haja justiça, segundo o que afirma Hobbes:

Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há justiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais. (HOBBS, 1988, p. 112)

Sendo assim, Lampião parece simbolizar a liberdade entendida no seu sentido externo, a liberdade enquanto rebeldia por meio da prática da violência naturalizada. Em **Caetés**, **São Bernardo**, **Angústia**, e **Vidas Secas**, esse sentido externo da liberdade – seja enquanto opressão, ou rebeldia – aparece como valor que faz surgir intenções, orientando as ações dos protagonistas. João Valério, de **Caetés**, para romper com as convenções sociais, no caso, com o valor da fidelidade conjugal, usa do artifício de se imaginar como um índio caetés, pensando que poderia agir segundo uma suposta natureza selvagem, sem remorso, sem a necessidade de avaliações morais, no que se refere a um possível assassinato do marido para ficar com a esposa, e com os negócios deste; Paulo Honório, na sua “vida agreste”, para ascender socialmente, transgride a lei, expandindo os limites da sua fazenda pela força, age de forma imoral, enganando, na sua condição de agiota; é violento com os empregados; Luís da Silva se imagina um cangaceiro, assassina Julião Tavares; Fabiano cogita em entrar para o cangaço, para vingar-se do soldado amarelo, espécie de alegoria das injustiças que os pobres, assim como ele, sofreram na vida. Embora os citados protagonistas tenham no horizonte de suas ações a possibilidade de praticar a violência, por vezes só ficam na intenção de praticá-la, mas não chegam às fias de fato, como no caso de João Valério e Fabiano, este por deliberação própria, pautando suas condutas pelo sentimento de responsabilidade para com a família, o primeiro, por contingência do destino, isto é, o suicídio do rival; por vezes, a praticam de fato, como no caso de Paulo Honório e Luís da Silva, este, por um motivo de ordem latente, a rivalidade edipiana, como também de ordem aparente, a idéia de vingança, aquele, por um fator externo, de ordem

cultural, a necessidade de ser corajoso, praticar a violência como forma de auto-defesa, a necessidade de ser violento numa sociedade brutalizada. Paulo Honório e Luís da Silva, enquanto personagens escritores, escrevem sobre si mesmos e, ao fazê-lo, estabelecem um processo de auto-análise, na tentativa de dirimir a culpa pelos descaminhos tomados na vida, em vão, pois as suas desventuras, sua angústia existencial, decorrem de sentirem o peso da responsabilidade por suas ações no mundo, guiadas unicamente por si mesmos, por suas liberdades de escolha. No caso de Lampião, os seus atos de violência não recebem uma avaliação moral da sua parte, uma vez que ele rompera totalmente com as convenções sociais, ao tornar-se um fora da lei, ao suspender as noções de certo e errado, de bem e de mal, num meio em que não há lei, não há justiça, apenas a luta de morte, a guerra de todos contra todos. De forma semelhante ao que faz Lampião, portanto, as personagens Paulo Honório e Luís da Silva praticam a violência naturalizada, mas, diferentemente daquele, sentem culpa por seus atos, daí a necessidade de escrever, como forma de amenizar esse sentimento de responsabilidade por seus descaminhos na vida. A seguir, Graciliano Ramos se refere ao modo de vida de Lampião, às ações do cangaceiro, guiadas estritamente por questões de ordem pragmática, a necessidade de sobrevivência, e não por princípios éticos, ou por ideais políticos.

Lampião é cruel. Naturalmente. Se ele não se poupa, como pouparia os inimigos que lhe caem entre as garras? Marchas infinitas, sem destino, fome, sede, sono curto nas brenhas, longe dos companheiros, porque a traição vigia... E de vez em quando a necessidade de sapecar um amigo que deita o pé adiante da mão... Não podemos esperar razoavelmente que ele proceda como os que têm ordenado, os que depositam dinheiro no banco, os que escrevem em jornais e os que fazem discursos. Quando a polícia o apanhar ele estará metido numa toca, ferido, comendo uma cascavel ainda viva. Como somos diferentes dele! Perdemos a coragem e perdemos a confiança que tínhamos em nós. Trememos diante dos professores, diante dos chefes e diante dos jornais (...) (RAMOS, 1976, p. 132)

Este “perdemos a coragem e perdemos a confiança que tínhamos em nós” poderia ser interpretado como o tolhimento da liberdade ilimitada, dos “atos de coragem”, quando da instituição do contrato social, dos costumes, das normas de convivência, e das leis. Portanto, num contexto citadino, a que Graciliano se refere, vige a sociedade de direitos, o contrato social, em que o indivíduo renuncia ao direito natural ser totalmente livre, em nome da paz, da ordem. Lampião renega a vida em

sociedade, torna-se radicalmente livre, assumindo o ônus dessa liberdade ilimitada, a constante fuga da justiça, por outro lado, não é mais obrigado a se submeter aos condicionamentos da vida em sociedade, ao regime do trabalho, aos costumes, e à lei.

Se pensarmos no personagem Luís da Silva de **Angústia** – diferentemente de Lampião –, ele é aquele que se submete a esses condicionamentos da vida em sociedade, uma vez que têm uma existência cidadina, submetido ao regime do trabalho, na condição de funcionário público, e articulista de um jornal, frequenta lugares sociais, tais como cinema, bares, onde é necessário acatar determinado padrão de conduta, na infância fora à escola, na mocidade, fizera o serviço militar. Como se analisará melhor, a forma civilizada de vida, a existência cidadina de Luís da Silva, na visão deste, o teria degradado, e esta degradação será interpretada no sentido de tolhimento da expressão do que ele considera como autêntica liberdade, a liberdade ilimitada, que ele admira na figura do avô, o velho Trajano, como também nas figuras de criminosos. Julião Tavares, a imagem do dominante degradado, espécie de alegoria da classe burguesa, filho de uma família de comerciantes, será responsabilizado por Luís da Silva pelo sentimento de opressão e inferioridade deste, sentimentos este que, após a traição de Marina, engendrarão a idéia de vingança, motivo aparente do assassinato.

O caráter anti-existencialista do herói seria depreendido da análise de suas condutas no mundo, as quais demonstram a sua dificuldade de se impor perante o outro, de se auto-afirmar, daí a atitude misantropa, caracterizando o seu desajuste ao universo citadino de que faz parte, desajuste este que se deve não apenas àquele traço psicológico do personagem, como também à sua mentalidade anacrônica, o velado culto à referida violência naturalizada. Diferentemente do avô que, enquanto chefe político local, se impunha pela força, Luís da Silva, para usar as palavras de Graciliano Ramos, referidas na citação acima, é alguém que “treme diante dos chefes”, que está inserido no contexto de civilização, submetido ao referido regime disciplinar, sendo-lhe, portanto, impraticável a violência naturalizada como afirmação da liberdade ilimitada. Este demandado da saída do sentimento de opressão, superação do estado psicológico de auto-alienação, de formulação de uma auto-imagem orientada para o outro, a imagem de inferior, só seria possível a partir do ponto de vista da liberdade entendida no seu sentido existencial, isto é, a liberdade de escolha, busca de um

sentido para a vida, por meio do engajamento em projetos existenciais, o que Luís da Silva não é capaz, dada a dificuldade de auto-afirmação, o que explica o culto à violência naturalizada, como demanda externa de sentimento de liberdade.

Em outra crônica, **Cabeças**, o escritor lança um olhar crítico em relação ao aparente ato de Heroísmo da polícia em exterminar o bando de Lampião, referindo-se à barbárie, no caso, à barbárie institucionalizada, promovida pelo Estado getulista. O extermínio de Lampião e seu bando se dão segundo a prática da barbárie institucionalizada, em nome da demagógica idéia de justiça, e da paz, da ordem social, por trás da qual se esconde os interesses particulares dos dominantes, a classe dos proprietários de terras, os fazendeiros, os quais exercem, pela força bruta, a posse arbitrária terra, explorando os mais fracos. Portanto, a atitude da polícia – liderada pelo tenente Bezerra – de expor as cabeças cotadas dos cangaceiros em praça pública representaria a prática da barbárie, a prática da violência naturalizada por parte do Estado, em nome desses interesses particulares. A atitude de cortar as cabeças, impondo o medo da punição, no caso, o medo da morte súbita, teria a finalidade de controlar os ímpetos de rebelião, o mesmo controle, como afirmado acima, exercido pela religião, só que nesta através da idéia de pecado. O Estado, através das idéias de paz e de justiça, auxiliado pela religião, através da noção de culpa, cumpriram a sua função de controle ideológico dos oprimidos. O medo da morte súbita, portanto, é o elemento fundamental nesta rústica sociedade nordestina, com características do estado de natureza, servindo de instrumento de dominação, e como instrumento de sobrevivência, da parte dos dominados que se transformam em rebeldes, tal como Lampião. A capacidade de impor esse medo ao outro se transforma em instrumento de auto-preservação, seja na condição de dominante, que controla o dominado pela ameaça de morte, seja na condição de rebelde, cangaceiro que, ao impor o seu regime do terror, faz com que os fazendeiros se dobrem às suas exigências. As ações da polícia – especificamente falando do Tenente Bezerra, comandante da volante que executou Lampião, e o que restava do seu grupo de cangaceiros –, ao se revestirem de um aparente sentido civilizatório e patriótico, tem por objetivo escamotear a barbárie, na forma de barbárie institucionalizada, instrumento da vontade despótica dos dominantes, segundo a qual o dominado é conduzido ao limite da sua capacidade de sobrevivência, sendo necessário lutar pela própria vida, tal como fizera Lampião, ao

perceber que poderia morrer de fome. O ideal civilizatório, de ordem social, se constitui apenas em elemento retórico, não tendo reflexo na práxis da vida. A atitude de cortar as cabeças de seus inimigos, da parte do Tenente Bezerra, expressa uma atitude pouco civilizada, uma vez que o objetivo é dar exemplo, implantando o sentimento de medo aos possíveis rebeldes futuros. Seu ato de matar Lampião e seu bando, a mando do Estado, sem um julgamento formal por parte de uma corte, revela o quanto a ação, aparentemente em nome da “justiça”, da civilização, da paz, da ordem social, é marcada pela arbitrariedade, a serviço de interesses particulares. O discurso heróico do tenente Bezerra destoa do seu ato de apresentar cabeças cortadas, ou seja, se com as palavras ele expressa a busca do bem comum, da paz, ideal civilizatório, em ato ele expressa a barbárie, a implantação do terror. Sendo assim, Graciliano Ramos colocaria em questão o sentido heróico do ato do Tenente Bezerra, como também a sua eficácia no que se refere ao extermínio do cangaço, dado que este, para além de um problema de ordem policial, seria um problema de ordem social, com origem na miséria nordestina, como também de ordem política, consequência da força arbitrária do Estado, que oprime os mais fracos, a mando dos poderosos, o que impulsiona o indivíduo a se tornar um fora da lei.

Quando, há algum tempo, o tenente Bezerra deu cabo de Lampião e se dirigiu triunfante a Maceió, conduzindo uma bela coleção de cabeças, os sertanejos de Santana do Ipanema receberam-no com festas – e o herói fez um discurso. Os jornais não publicaram essa oração noticiada nos telegramas; sabemos, porém, que o bravo oficial declarou o cangaço definitivamente morto, juízo imprudente que não devia ter transmitido. (...) Com essas qualidades ele pode ter-se exercitado em deitar falações patrióticas aos camaradas (...) Por outro lado existem pessoas demasiado sensíveis que estremecem vendo a fotografia de cabeças fora dos corpos. Essas pessoas necessitam uma explicação. Cortar cabeças nem sempre é barbaridade. Cortá-las no interior da África, e sem discurso, é barbaridade, naturalmente; mas na Europa, a machado e com discurso, não é barbaridade. O discurso nos aproxima da Alemanha. Claro que ainda precisamos andar um pouco para chegar lá, mas vamos progredindo, não somos bárbaros, graças a Deus. (RAMOS, 1976, pp. 139-140)

Na citação acima, a ironia cortante de Graciliano Ramos nos indica que muitas vezes a barbárie institucionalizada pode ser legitimada por meio do discurso retórico, patriótico, e em nome da civilização. Daí, como afirma o escritor, “cortar cabeças na África sem discurso ser barbaridade”, mas “cortar cabeças” na Europa, na Alemanha

nazista, como também no Brasil, em nome da aparente busca da ordem social, de ideais civilizatórios e patrióticos, não o ser.

Na crônica **Dois cangaços**, a violência naturalizada, enquanto forma de auto-preservação, também aparece sob duas perspectivas, ou seja, sob a perspectiva do dominado, cuja finalidade seria a sobrevivência, ao se tornar rebelde, e sob a perspectiva do dominante, enquanto opressão exercida sobre os dominados, na forma da posse arbitrária da terra do outro, demanda de expressão de poder esta que, como se verá, não tem um sentido meramente econômico, material, mas sim psicológico, corresponde à necessidade de aplacar o medo da morte súbita. A crônica aborda a origem do cangaço, cuja violência naturalizada aparecerá sob a perspectiva do dominante, não como forma de sobrevivência, mas sim como subjugação do mais fraco, já que os bandoleiros lutavam pelo símbolo do poder, numa sociedade de economia eminentemente agrária, no caso, a terra. Na sua origem, o cangaço, como afirma Graciliano Ramos, tinha uma finalidade diversa daquela da época de Lampião, tinha por objetivo a posse arbitrária da terra, e não a luta pela sobrevivência. Havia também diferença no que se refere ao número de cangaceiros que integravam o bando, e quanto à origem social de cada um, sendo que muitos não provinham das classes mais baixas. O escritor irá buscar a origem desse cangaço do início do século XX, cujo Lampião foi o maior representante, no nordeste do século XIX. Os grupos de cangaceiros do século XIX apresentariam número reduzido de indivíduos, vindo de famílias com certa tradição, de certa posição social.

Comparem-se os minguados grupos dos bandoleiros antigos às grandes massas que se têm posto em armas ultimamente em certas regiões flageladas. Casimiro Honório combatia só, os dois irmãos Moraes não tinham companheiros, Jesuíno Brilhante dispunha duma dezena de homens – e os bandidos que atacaram Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1926, eram cerca de duzentos. Entre aqueles e estes notaremos uma diferença de qualidade. Casimiro Honório, pessoa de consideração, proprietário, tinha imenso orgulho; os dois Moraes eram filhos de padre Moraes, de Palmeiras dos Índios, Jesuíno Brilhante ligara-se a uma boa família (...) Os cangaceiros atuais são de ordinário criaturas vindas de baixo, rebotalho social. Os métodos antigos divergiam dos presentemente adotados. Em geral os malfeitores ocultavam as suas truculências ou apresentavam-nas como fatos necessários e justos. (...) Casimiro Honório, os Moraes, Jesuíno Brilhante e Antônio Silvino tinham alguma coisa que perder, terra ou fazenda, pelo menos um nome, valor tradicional. (...) eram de alguma forma elementos de ordem, amigos da propriedade. O que eles combatiam era, não a propriedade em si, mas a propriedade de seus inimigos. Daí talvez surgirem conservadores, poetizados e aumentados na literatura branca do nordeste.

(...) O cangaceiro de hoje, infinitamente distante do coronel, não conta com ele, nenhuma razão tem para confiar nele. E se o utiliza algumas vezes, é porque o aterroriza, ameaça o que ele mais preza. (RAMOS, 1976, pp. 145-147)

Esses cangaceiros do século XIX, segundo Graciliano, por não serem oriundos das classes mais baixas, por serem, em alguns casos, até proprietários de terra, seguiriam certas convenções sociais, em nome da tradição do nome. A ação desses bandoleiros, como afirmar o escritor, muitas vezes apareceria de forma romanceada, por meio da literatura popular, muitas vezes revestida do ideal de justiça, uma ação heróica, vista positivamente pelos mais pobres. Aparentemente, agiam em nome da “vingança” e da “reivindicação” de melhores condições de vida para os oprimidos, sendo, portanto, bem vistos pelos “matutos”, aos quais “distribuíam punhados de moedas roubadas, queimavam regularmente as cercas, assolavam as fazendas dos amigos do Governo, coisas agradáveis à gente miúda (...) (RAMOS, 1976, p. 146) O fato de “derrubarem cercas”, atacarem fazendas, não significa que se colocavam contra a instituição da propriedade privada, mas sim que visavam ampliar o seu poder, por meio da posse arbitrária da terra, num contexto social marcado pela luta de morte, a guerra de todos contra todos, com o intuito de aplacar o medo da morte súbita. Na verdade, nesta sociedade dividida entre proprietários e não proprietários de terras, os antigos bandoleiros combatiam em causa própria, com o propósito de auto-preservação, daí praticarem a posse arbitrária, lutando não no sentido político, da luta de classes, contra a instituição da propriedade privada, mas sim contra a propriedade do inimigo. Interpretando as ações dos antigos cangaceiros, à Luz da filosofia política de Hobbes, portanto, poderíamos afirmar que eles agiriam de forma semelhante ao homem do hipotético estado de natureza, uma vez que se valiam da força bruta para adquirir a posse arbitrária da terra, atendendo-se a uma demanda de aumento de poder, aumento da capacidade de subjugação do outro. Portanto, a posse arbitrária da terra teria uma finalidade não apenas de ordem econômica, com também psicológica, o aumento do sentimento de poder, da capacidade de subjugação do outro, cuja consequência seria diminuição do medo da morte súbita, numa sociedade com fortes características do estado de natureza. O sentido que a propriedade adquire, portanto, é o da posse arbitrária, a posse da terra do outro por meio da violência, expressão de força, de poder, num meio em que impor o medo, subjugar o outro, significa afirmar a

condição de dominante, de superior. O limiar entre a vida e a morte, entre viver como dominante e morrer lentamente como dominado, de fome, era determinado pela capacidade de possuir arbitrariamente a terra, ou outros bens, uma vez que não havia a instituição da propriedade privada. Lampião percebe que ter um comportamento pacífico não garante a sua sobrevivência, daí passar a saquear, a tomar posse arbitrariamente daquilo que ele precisava, rebelando-se, não contra a instituição da propriedade privada, mesmo porque esta era inexistente, mas sim contra os que representavam ameaça iminente de morte, os fazendeiros, e a polícia, braço armado do Estado. Em **Vidas Secas**, Fabiano não aceita a partilha dos animais imposta pelo padrão, o fazendeiro, uma vez que esta é injusta, já que não segue nenhum tipo de contrato pré-estabelecido entre ambas as partes, mas sim a vontade despótica do patrão, constituindo-se, portanto, em exploração. Fabiano sente-se lesado, vítima da posse arbitrária exercida pelo mais forte, o fazendeiro: “Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro. O que havia era safadeza.” (RAMOS, 1996, p. 94) Fabiano percebe que na partilha imposta pelo patrão está implicado um ato de injustiça, palavra esta que, no discurso despótico deste último, apresentaria sentido meramente retórico, visaria convencer, impor ao interlocutor uma idéia que não teria a sua correspondência na práxis da vida. Ou seja, o patrão apresentaria a Fabiano um ato injusto tal como se fosse justo, sem considerar a opinião deste último, impondo a sua vontade pela força.

Na citação a seguir, há referência a este aspecto da literatura de Graciliano Ramos, que, em nossa análise, denominamos posse arbitrária da terra, a qual seria paradoxal em relação aos índices de modernidade, em relação à sociedade de direitos, com sua noção de justiça, e sua instituição burguesa da propriedade privada.

O sentido da propriedade para Lampião evidencia a naturalidade da violência em seu mundo. Em sua vida agreste, para usar a expressão de Graciliano referente a Paulo Honório, aprendeu que o sujeito é dono daquilo que “agadonha” para si. Com franqueza, acha besteira essa história de propriedade: “Isso por aqui é nosso: gado, cachaça, mulher, tudo. É de quem passar a mão, entende?” (LEBENSZTAYN, 2005, p. 116)

Como afirma Ieda Lebensztayn, o “sentido da propriedade para Lampião”, no contexto sócio-histórico em que ele viveu, é o saque, a revelia de qualquer noção de

direito, da instituição da propriedade privada. Os antigos cangaceiros do século XIX, muitas vezes próximos dos coronéis, conseguiam a simpatia e confiança destes últimos, pois de certa forma representavam a permanência da mesma lógica da dominação, a posse da terra pela força. Já os cangaceiros do século XX, das décadas de 20 e 30, se distanciam do coronel, e dos cangaceiros do século XIX, pois a sua posse arbitrária não tinha por finalidade exprimir poder, por meio do aumento de suas terras, mas sim a sobrevivência: “(...) com fome, o sertanejo, como ‘bicho montado’, passou a matar e a roubar; era natural que se vingasse do soldado e do delegado que o haviam pisado e do proprietário ‘que lhe deixava a família em jejum’.” (LEBENSZTAYN, 2005, p. 118)

No trecho a seguir, tirado da crônica **O fator econômico no cangaço**, o escritor também se refere a isto que denominamos posse arbitrária da terra, uma vez que esta era fator de distinção social e de dominação na rústica sociedade nordestina.

O cangaço, de que tanto se têm ocupado os jornais por causa da morte de um dos seus mais notáveis componentes, é um fenômeno próprio da zona de indústria pastoril, no Nordeste. Sem dúvida lá existem malfeitores em toda parte, mas os que operam na mata, lugar de agricultura e repouso, não são cangaceiros: ordinariamente são cabras de confiança de proprietários que, para conservar seus bens e aumentá-los, precisam organizar defesa armada. Um anacronismo, certamente. O Nordeste, porém, é atrasado em demasia, a propriedade aí se mantém pela força, às vezes cresce pela força. (RAMOS, 1976, p. 123)

Como afirma o escritor, na sociedade nordestina a manutenção e ampliação da propriedade não eram garantidas pela lei, mas sim pela violência arbitrária do mais forte, pelo fazendeiro, que tinha a seu serviço jagunços, homens armados. Se Lampião, enquanto cangaceiro, lutava pela sobrevivência, o fazendeiro exercia a violência como forma de manter a sua condição de dominante, ampliando as suas terras. O “crescimento da propriedade pela força”, para usar as palavras de Graciliano Ramos, no contexto de uma sociedade sem leis, significaria aumento da capacidade de dominação, de subjugação do outro, portanto, significaria o tornar-se menos suscetível à ameaça de morte, de acordo com o princípio de atacar para não ser atacado, dominar para não se tornar dominado, oprimir para não se tornar oprimido.

Dentre os textos ficcionais de Graciliano Ramos, **São Bernardo** é aquele em que fica mais evidente esse sentido da aquisição da propriedade através da posse

arbitrária, com a finalidade de se tornar opressor, dominante, fazendeiro, superando a condição de oprimido, de despossuído, vivendo sob constante ameaça iminente de morte, seja pela fome, seja pela violência arbitrária do mais forte. Nesse romance, o protagonista, Paulo Honório, um arrivista social, passa da condição de miserabilidade, de carência material, de trabalhador braçal explorado pelo patrão, pelo fazendeiro, para a de comerciante ambulante, tendo que usar da violência no trato com homens brutos do sertão. E, finalmente, o seu alçar-se à condição de fazendeiro, de opressor, dono da fazenda São Bernardo, lugar em que ele fora empregado. A ampliação dos limites da fazenda destoa do paradigma da sociedade de direitos, uma vez que se dá pela força, pela transgressão da norma, da lei, assim como na aquisição da propriedade há uma atitude anti-ética, a traição da confiança do outro, uma vez que Paulo Honório, usando de ardil e força, fingindo ser amigo do antigo dono (Padilha), convence-o e o pressiona a vendê-la para ele. Paulo Honório usa de força para mudar o lugar da cerca que delimita as suas terras, assim como convencera Padilha a fazer negócio com visíveis perdas para este último. Cabe observar que, embora Paulo Honório tenha, ao longo de sua vida, transgredido a lei, a ponto de cair na cadeia por esfaquear um homem, embora tenha agido de forma violenta com os seus empregados, agredindo fisicamente Marciano, paradoxalmente, no momento de cobrar a dívida de Padilha, a obediência à lei é reivindicada no seu sentido ortodoxo: “– Isso não são maneiras, Padilha. Olhe que as letras se venceram.” (RAMOS, 1984, p. 23) A justiça, a aplicação da lei, para Paulo Honório, aparece no seu sentido de universalidade, de imparcialidade, desvirtuado, uma vez que ela serve de instrumento para uma causa própria, ao seu interesse particular, segundo as suas conveniências, no caso, a aquisição da fazenda São Bernardo. Embora os métodos de produção implementados por Paulo Honório em sua fazenda sejam modernizantes, a sua relação com o outro, particularmente, com os empregados, guarda certo arcaísmo, típico da sociedade patriarcal, fundada no trabalho escravo. A punição que Paulo Honório aplica ao empregado na passagem a seguir destoa das relações de produção no mundo capitalista, aproximando-se mais da relação de dominação existente entre senhor e escravo, típica do regime patriarcal.

Gritei em vão. Desci a ladeira, com raiva. Lá embaixo, à porta da escola, descobri Marciano escanchado num tamborete, taramelando com Padilha. –

Já para o seu trabalho, safado. – Acabei o serviço, seu Paulo, gaguejou Marciano perfilando-se. (...) Marciano teve um rompante: – Ainda agorinha os cochos estavam cheios. Nunca vi gado comer tanto. E ninguém agüenta mais viver nesta terra. Não se descansa. Era verdade, mas nenhum morador me havia falado de semelhante modo. (...) Mandeí-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. (RAMOS, 1984, p. 108)

O questionamento de Marciano sobre o regime extenuante de trabalho, embora seja entendido por parte de Paulo Honório, o qual também estivera, no passado, nas mesmas condições do empregado, não é aceito pelo fazendeiro, uma vez que isso implicaria quebra das relações de poder instituídas no interior da fazenda. O que explica a reação violenta do patrão, agredindo o empregado, tal como o senhor fazia com o escravo, no passado, como forma disciplinar. A relação de produção a que Marciano é sujeitado tem um cunho bem menos legalista, contratual, nos moldes da relação de produção capitalista, da relação formal entre patrão e empregado, e bem mais escravista, fundada no mando, na subjugação do outro pela força. Podemos dizer que o sentido da propriedade, no caso, o progresso e a ampliação dos limites da fazenda São Bernardo, para Paulo Honório, é o desejo de posse, irracional, a posse arbitrária da propriedade, como forma de sair da condição de dominado, ameaçado na sua sobrevivência, alçando-se à condição de dominante. Desta forma, a ascensão de Paulo Honório de dominado, destituído de posses, explorado como trabalhador braçal, a dominante, fazendeiro, praticante da posse arbitrária, explorador dos mais fracos, se dá pela necessidade de sobrevivência à luta de morte, daí, portanto, o seu percurso existencial, a passagem de oprimido, vítima da violência naturalizada, a opressor. Portanto, Paulo Honório, intuitivamente, sem maiores reflexões teóricas, compreende o sentido da sobrevivência numa sociedade sem leis, sem justiça, da mesma forma que Lampião compreendera, só que, diferentemente deste, aquele não se rebela contra o opressor (fazendeiro), mas sim ocupa o lugar dele, tornando-se, portanto, dono de terras. Na citação a seguir, Paulo Honório, ao questionar o conceito liberal, burguês, de justiça, no contexto em que vive, relata a sua passagem de dominado a dominante, sobrevivente da luta de morte, por meio da opressão exercida sobre o outro, os empregados, ao tornar-se dono de São Bernardo, na qual ele fora trabalhador braçal no passado.

A princípio o capital se desviava de mim e persegui-o sem descanso, viajando pelo sertão, negociando com redes, gado, imagens, rosários (...) Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas. Está um exemplo. O dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. (...) Chorei as minhas desgraças: (...) aquilo não era trato, turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue. O doutor, que ensinou rato a furar almotolia, sacudiu-me a justiça e a religião. – Que justiça! Não há justiça nem há religião. O que há é que o senhor vai espichar aqui trinta contos e mais os juros de seis meses. Ou paga ou eu mando sangrá-lo devagarinho. (...) Passei o recibo, agradei e despedi-me: – Obrigado, Deus o acrescente. Sinto muito ter-lhe causado incômodo. Adeus. E não me venha com a sua justiça, porque se vier, eu viro cachorro doido e o senhor morre na faca cega. (RAMOS, 1984, pp. 14 - 15)

Na citação acima, o personagem Paulo Honório se refere ao que denominamos luta de morte, num contexto social marcado pela anomia, pela ausência de lei, de justiça, entendida no seu sentido próprio, de imparcialidade, de universalidade. A justiça, pelo contrário, figura no seu sentido desvirtuado, a serviço de interesses particulares, o interesse dos mais fortes, dos dominantes, transformando-se em elemento meramente retórico, de controle do dominado, assim como a religião: “O doutor, que ensinou rato a furar almotolia, sacudiu-me a justiça e a religião (...)” O discurso do advogado, conhecedor da lei, não está de acordo com o significado autêntico da justiça, isto é, dar a cada um o que lhe é de direito, mas sim como forma de tentar escamotear a posse arbitrária, a sua “safadeza”, daí o seu sentido desvirtuado, cujo propósito seria apenas convencer o outro de que ele deve aceitar pacificamente a exploração. Da mesma forma que a justiça, a religião também figura como elemento apenas retórico no discurso do advogado, visto que as idéias de pacifismo e de redenção pelo sofrimento, em nome da transcendência, de uma vida melhor após a morte, poderiam funcionar como controle ideológico. Por outro lado, o agradecimento polido de Paulo Honório, citando Deus, após o recebimento do que lhe era devido, soa irônico, dada a ameaça que o precede, o qual, portanto, demonstra que também ele é capaz de usar as palavras como mera forma de convenção, sem que elas reflitam a realidade.

Vidas Secas, ao contrário dos outros romances ficcionais de Graciliano Ramos, **Caetés**, **São Bernardo**, e **Angústia**, apresentaria uma perspectiva otimista, uma vez que não apresentaria uma visão totalmente desencantada do homem, havendo uma

centelha de humanidade, de recusa à prática violência naturalizada, a despeito das adversidades naturais, da seca, e das injustiças sociais, tais como a violência arbitrária do soldado amarelo, e a exploração do patrão. Em **Caetés**, **São Bernardo**, **Angústia** e **Vidas Secas**, de acordo com a estética neo-realista, a condição do homem no mundo, a liberdade de escolha, é representada artisticamente, como também o contexto sócio-histórico que serve de pano de fundo às dramáticas ações dos protagonistas. No caso de **São Bernardo**, com o personagem Paulo Honório, e **Angústia**, com Luís da Silva, a liberdade é exercida negativamente, isto é, enquanto fator de desumanização do homem, exercício da violência, já em **Caetés**, esta fica só no plano da intencionalidade. Diferentemente do que acontece nos romances anteriores, em **Vidas Secas** a liberdade é exercida no seu sentido positivo, civilizatório, uma vez que, deliberadamente, Fabiano, em nome da família, recusa-se a matar o soldado amarelo, decidindo não rebelar-se contra a exploração do patrão, o fazendeiro. Portanto, a despeito dos imperativos de ordem cultural, o valor que a valentia assume no sertão, e a despeito das injustiças sociais, a exploração do fazendeiro, e o abuso de autoridade do soldado amarelo, como também a despeito das adversidades naturais, a seca, cuja consequência imediata é a fome para o nordestino pobre, Fabiano adota um comportamento típico do homem civilizado, ou seja, não se rebela. Em **Vidas Secas**, no capítulo intitulado **Cadeia**, Fabiano pensa em entrar para o cangaço, para se vingar daqueles que o oprimem, a princípio do soldado amarelo, de quem recebera a agressão arbitrária, o qual fora responsável pela sua prisão, posteriormente, das pessoas às quais este era subordinado. Mas, ao pensar na família, característica civilizacional, ele afasta de si esta idéia de entrar para o cangaço, negando, portanto, a prática da violência naturalizada. Em seguida temos o monólogo interior do personagem Fabiano, preso na cadeia:

Agora Fabiano conseguia arranjar as idéias. O que o segurava era a família. Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente. Se não fosse isso um soldado amarelo não lhe pisava o pé não. O que lhe amolecia o corpo era a lembrança da mulher e dos filhos. (...) Não. O soldado amarelo era um infeliz que nem merecia um tabefe com as costas da mão. Mataria os donos dele. Entraria num bando de cangaceiro e faria estrago nos homens que dirigiam o soldado amarelo. (RAMOS, 1996, pp. 37-38)

A família é a força que impede Fabiano de praticar a barbárie, de agir de acordo com a violência naturalizada, daí a refutação da idéia de se tornar cangaceiro. A isenção de responsabilidade dada por Fabiano ao soldado amarelo, no que se refere à violência arbitrária cometida por este, deve-se ao fato daquele não ver nela uma determinação idiossincrática, característica do indivíduo, mas sim uma determinação política, referente às relações de poder da sociedade de que faz parte. Desta forma, na sua luta pela sobrevivência, enquanto retirante, Fabiano não adota o mesmo método de Lampião, a rebeldia, mas sim resiste à animalização, à prática da violência naturalizada, esforçando-se para conservar o que possui de traço civilizatório, a família, como também o que o caracteriza como humano, o pensamento, o esforço para “arranjar as idéias”, que se exprimem por meio da linguagem. É a reflexão, o pensamento, que, por exemplo, dirimi a idéia que Fabiano tem de entrar para o cangaço, como também é ela que suspende o ato automático de cortar o mato com o facão, na caatinga, no momento em que se encontra repentinamente com o soldado amarelo, imaginando que poderia tê-lo matado, ali, naquele lugar ermo, distante da cidade, da civilização.

A violência naturalizada como valor anacrônico e a demanda externa do sentimento de liberdade

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade.

(Sigmund Freud)

Neste capítulo, a intenção será a de, ao analisar diferentes trechos do romance, mostrar que o narrador-protagonista de **Angústia** é portador de uma mentalidade anacrônica em relação ao contexto citadino em que vive, já que preso a valores forjados na sociedade patriarcal, da época do avô, o velho Trajano, valores tais como a coragem, a honra, a vingança, a rebeldia (transgressão da lei), e a subjugação do mais fraco (dominação). Nesses valores está implicado um sentido ultrapassado de liberdade, sentido externo, a liberdade ilimitada, a vontade arbitrária do indivíduo, seja a do dominante, do fazendeiro, do chefe político local, que se afirma como tal pelo mando, seja a do dominado que se rebela, tornando-se livre, por meio da mesma prática da violência naturalizada. Este sentido arcaico da liberdade, a prática da violência naturalizada, seja como dominação, seja como rebeldia, teria a finalidade de escamotear o sentido existencial da liberdade, a liberdade de escolha, uma vez que esta ressaltaria o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação, ligada à não superada rivalidade edipiana na infância. Este sentido externo da liberdade, com origem na infância de Luís da Silva, assumido como valor, forjaria a mentalidade do protagonista, orientando as suas escolhas livres no mundo, dentre as quais, o assassinato. Como se verá, para Luís da Silva, ser livre significaria agir segundo a liberdade ilimitada, o que poderia realizar-se por meio de duas formas, a primeira, pela condição de dominante, no caso, a condição do dominante degradado, do duplo, Julião Tavares – que deflora meninas e sai impune –, o que lhe está vetado, dada sua condição social inferior; a segunda, por meio do assassinato, ato de vingança, que ele pratica, mas que não surte o efeito desejado, isto é, exorcizar-se dos sentimentos de opressão e de inferioridade de toda uma vida. O duplo, Julião Tavares – alegoria da

nova classe dominante, que sucedera a aristocracia rural nordestina, da qual o avô, o velho Trajano, era representante – seria culpado por tirar de Luís da Silva a posição que pertenceria de direito a este, a posição de dominante, daquele que age segundo a sua vontade arbitrária, sem estar sujeito a nenhum tipo de controle exterior, exercendo, portanto, a liberdade ilimitada. Impedido de ocupar a posição de dominante, o sentimento de liberdade será buscado no pólo oposto, na posição de dominado que se rebela, por meio da prática do assassinato, ato de vingança. Aqui, diferentemente do capítulo anterior, centrado na análise da recorrência da violência naturalizada – a qual figurava em vários textos do escritor –, a intenção será a de analisá-la, enquanto ato de vingança, como motivo aparente do assassinato, demanda externa de sentimento de liberdade. Entender o sentido retrógrado da liberdade será importante para entender o caráter anti-existencialista do herói, uma vez que Luís da Silva, ao valer-se da idéia de vingança contra o duplo, como forma de isentar-se da responsabilidade pelos sentimentos de inferioridade e opressão, os atribui ao exterior, ao rival, e não a si próprio, à sua dificuldade de auto-afirmação.

Como se verá, Luís da Silva tende a interpretar a sua existência citadina a partir de seus valores anacrônicos, relativos à sociedade patriarcal – que ficara no passado da sua infância –, portanto, a partir das arbitrárias relações de dominação, marcadas pela vontade do dominante (senhor) exercida sobre o dominado (dependentes e escravos). Desta forma, do ponto de vista ideológico, Luís da Silva adulto seria atrasado em relação ao contexto de mundo em que vive, de onde decorre, em parte, o seu desajuste em relação à vida citadina, às modernas formas de sociabilidade. A decisão de escrever o livro, narrando os acontecimentos recentes de sua vida, o breve relacionamento com Marina, como também o assassinato de Julião Tavares, visa, a priori, isentar Luís da Silva da responsabilidade pelos seus descaminhos na vida, o que só poderia dar-se por meio da sua mentalidade de dominado, isto é, daquele que fora oprimido durante a sua existência, vendo-se como destituído do demandado sentimento de liberdade, restando-lhe, portanto, cometer um ato extremado, de rebeldia, o assassinato. Desta forma, o angustiante sentido existencial da liberdade seria recusado, assumindo Luís da Silva o sentido externo da liberdade, a prática da violência naturalizada, que se exprime por meio do assassinato. Como se verá, de forma mais atenta, em momento oportuno, a intenção de escrever o livro, por parte

de Luís da Silva, se revestiria desta visão de má-fé, negar a responsabilidade pelas suas escolhas para colocar-se na posição de dominado, de oprimido na sua existência cidadina, obrigado a respeitar as leis, submetido à disciplina do trabalho, degradado, diferente do avô, nos tempos áureos deste, que mandava na família, no Juiz, e nos escravos, e das figuras de criminosos, foras da lei. A forma digressiva que a narrativa irá adquirir irá contradizer essa intenção de má-fé do narrador-protagonista: escamotear a responsabilidade pelos seus descaminhos na vida, seu aniquilamento, pois ressaltará o sentido existencial da liberdade, em contradição com o seu sentido ultrapassado, típico da sociedade patriarcal. A narrativa digressiva, ao revelar os afetos latentes, o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância, ressaltará a sua dificuldade de auto-afirmação, daí a escrita do livro não minimizar a angustiante idéia de abandono, de responsabilidade pela existência, pelo contrário, irá aumentá-la. Portanto, entender a diferença entre estas duas concepções de liberdade, a retrógrada, enquanto prática da violência naturalizada, e a existencial, inerente ao ser do indivíduo, inalienável, a angustiante liberdade de escolha, seria importante para entender o motivo aparente do assassinato, a vingança enquanto demanda externa do sentimento de liberdade, demanda esta irrealizada.

O insucesso de Luís da Silva, no que tange à finalidade do ato de vingança, isto é, o demandado sentimento de liberdade, de superioridade, se explica, em parte, pela mudança de contexto, ou seja, na rústica sociedade patriarcal o referido ato seria visto como demonstração de coragem, porém, no contexto da vida cidadina, poderia ser visto como insensatez, desequilíbrio mental, crime; por outro lado, o assassinato, enquanto ato de vingança, seria um atestado de impotência, revelando-se como fraqueza, acabando por ressaltar o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação, daí, mesmo após a morte do rival, este se transformar em imagem fantasmagórica. Seu comportamento submisso em relação ao chefe, como também seu complexo de inferioridade em relação ao Julião Tavares, revelam-se como condutas típicas do herói anti-existencialista que, por ser incapaz de auto-afirmação diante do outro, passa a se ver como dominado, subjugado, desejoso de vingança, como forma de tentar se livrar dos sentimentos de opressão e inferioridade.

Tive um deslumbramento. O homenzinho da repartição e do jornal não era eu. Esta convicção afastou qualquer receio de perigo. Uma alegria enorme encheu-me. (...) Tinham-me enganado. Em trinta e cinco anos haviam-me convencido de que só me podia mexer pela vontade dos outros. Os mergulhos que meu pai me dava no poço da Pedra, a palmatória de mestre Antonio Justino, os berros do sargento, a grosseria do chefe da revisão, a impertinência macia do diretor, tudo virou fumaça. Julião Tavares estrebuchava. (...) Eu tinha os braços doídos e as mãos cortadas. (...) Quando bebia demais, seu Ivo tinha aquele jeito de arriar, não havia conversa que o levantasse. A lembrança de seu Ivo enfureceu-me. (RAMOS, 2009, p. 238)

No trecho acima, evidencia-se a sensação de liberdade de Luís da Silva, após assassinar Julião Tavares, porém, efêmera, e aquele que vem diminuí-la é justamente a imagem do dominado, do impotente, a imagem que ele faz do mendigo seu Ivo, a qual o espelha, lembrando a sua própria vida de mendicância, como também a sua existência submissa, medrosa, misantropa. Da mesma forma que o paradigma de superioridade, de liberdade, entendida no seu sentido externo, para Luís da Silva, é o avô, o velho Trajano, e as figuras de criminosos, os quais agiam segundo a violência naturalizada, o paradigma de inferioridade, de submissão, da incapacidade de se rebelar, portanto, a imagem do fracassado a priori, do dominado, é o mendigo seu Ivo, daí este lhe causar repulsa, embora o ajude por compaixão. A lembrança do mendigo seu Ivo, neste momento de euforia, de breve sentimento de liberdade, após o ato de assassinato, desagrade Luís da Silva, pois o lembra da sua própria posição subalterna, na sua existência cidadina, incapaz de se rebelar, submetido ao regime disciplinar do trabalho, ao mando do chefe. O motivo aparente do assassinato, a idéia de vingança, típico do dominado, suscitaria a imagem do mendigo, idéia esta que seria indiferente à figura do avô, ou mesmo às figuras de criminosos, os quais praticavam a violência naturalizada não como forma de vingança, mas sim como forma de afirmar a sua condição de seres livres, entendendo-se aqui liberdade no seu sentido externo, como transgressão da norma, seja enquanto dominação, ou enquanto ato de rebeldia. Desta forma, o ato de vingança de Luís da Silva revela a sua condição de ressentido, que reage a partir de um estímulo externo, preso na esfera de influência do Outro, do duplo, diferentemente do tipo superior, tal como o avô, e das figuras de criminosos, que afirmavam a sua condição de seres livres sobre o mundo exterior, agindo, e não reagindo. Sendo assim, o valor da vingança partiria daquilo que Nietzsche chamou de moral do escravo, o ser ressentido, que culpa o exterior por suas desventuras, seus descaminhos na vida, tal como Luís da Silva, já o valor da liberdade, entendida neste sentido externo, enquanto

prática da violência naturalizada, transgressão da norma, partiria do tipo superior, daquele que se afirma como livre sobre o que lhe é exterior.

Enquanto toda moral nobre brota de um triunfante dizer-sim a si próprio, a moral de escravos diz não, logo de início, a um “fora”, a um “outro”, a um “não mesmo”: e esse “não” é seu ato criador – essa direção necessária para fora, em vez de voltar-se para si próprio – pertence, justamente, ao ressentimento: a moral de escravos precisa sempre, para surgir, de um mundo oposto e exterior (...) (NIETZSCHE, 1978, p. 301)

A recordação do mendigo, momentos após o assassinato, reforça a idéia de que este fora um ato típico do ser reativo, ressentido, que se vê como oprimido, dominado, desejoso de vingança, e não daquele que pretende afirmar a sua liberdade, não por acaso, é o mendigo seu Ivo – a imagem do dominado – aquele que lhe entrega o instrumento da vingança, a corda. A vingança não era típica do avô, nos seus tempos áureos, o qual praticava a violência naturalizada como forma de dominação, de afirmação da sua liberdade ilimitada, como também desconhecido do matador José Baía, que matava sob equilíbrio emocional, mero exercício da profissão: “Não me seria possível imaginar José Baía atacado de uma crise de ódios como a que me fazia pregar as unhas nas palmas.” (RAMOS, 2009, p. 234) A repulsa de Luís da Silva em relação à corda que o mendigo lhe entrega teria duplo motivo, o de ordem latente, enquanto símbolo fálico, que remeteria à rivalidade edipiana, ao latente medo da castração simbólica; o de ordem aparente, enquanto instrumento de vingança, típico do dominado, que Luís da Silva não quer ser: “– Muito obrigado, seu Ivo. Aproximei-me da mesa, desenrolei a peça de corda. Mas, com um estremecimento, larguei-a e meti as mãos nos bolsos, indignado com o caboclo.” (RAMOS, 2009, p. 177.) Luís da Silva não quer se identificar com a imagem do dominado, o mendigo seu Ivo, que lhe entrega o instrumento de vingança, daí a corda ser repelida, pois o assassinato, enquanto atitude vingativa, diferiria do comportamento típico do dominante, do avô, como também da figura do rebelde, das figuras de cangaceiros, que o praticavam como forma de afirmarem a sua liberdade ilimitada, como forma de sobrevivência, por meio da violência arbitrária: “(...) um cabra de Cabo Preto apareceu na fazenda com uma carta do chefe. (...) O cabra juntou, recebeu a nota de vinte mil reis (...) Natal meu avô foi à vila com a mulher, e encontrou no caminho o grupo de Cabo Preto, que se meteu na capoeira para não assustar a dona.” (RAMOS, 2009, p.33) Luís da Silva adulto não vive na violenta sociedade nordestina de que o avô, o velho Trajano, fizera parte, na qual, dada a transgressão da lei, da justiça, o senhor de terras era obrigado – para defender a

própria vida, e a propriedade – a negociar com os cangaceiros, como se vê na citação acima. Da mesma forma, a ameaça, a imposição do medo típico do estado de natureza, isto é, o medo da morte súbita, por parte dos cangaceiros, era a única forma de assegurar a vida e a liberdade, num regime patriarcal, de arbitrárias relações de poder.

Se a corda, e seus correlatos, quando associada ao mendigo seu Ivo, produzira repulsa a Luís da Silva, quando associada a outras personagens, tais como Amaro Vaqueiro e Chico Cobra, transforma-se em símbolo de liberdade, da qual o protagonista se sente cerceado na sua existência cidadina. Portanto, o signo corda, correlato com outros significantes do romance, tais como cobra, laço e cano, no plano do conteúdo aparente do texto, apresentaria dois significados, expressão de liberdade, e o de cerceamento da liberdade. Quando consideramos, por exemplo, personagens tais como Amaro vaqueiro, com seu laço a girar, ou a personagem Chico Cobra, que utiliza as cobras para resistir à prisão da polícia, se percebe que em ambos os casos o significado é de liberdade, entendida no seu sentido arcaico, o primeiro, pela sua imagem imponente, viril, dominador do mundo, cujo giro do laço traça a configuração; e o segundo, dada sua transgressão da norma, o assassinato, e a posterior resistência à prisão, exprime também a sua liberdade ilimitada. A respeito do personagem Amaro Vaqueiro, cujo manejar do laço se transforma em símbolo de liberdade, assim se expressão Lúcia Helena Carvalho, em seu livro intitulado **A ponta do novelo**.

Na figura quase mítica de Amaro vaqueiro pode-se, então, depreender o desejo de dominação circulando ocultamente o gesto assassino de Luís da Silva (...) Amaro Vaqueiro é senhor do seu laço (a corda de couro) e com ele domina as reses; a corda que gira é como a Terra. Ter o domínio do laço significa ter o domínio da Terra, metáfora da força, do heroísmo, qualidades que Luís da Silva obsessivamente deseja possuir. (CARVALHO, 1983, p. 38)

Assim se refere Luís da Silva à figura de Amaro Vaqueiro: “na escola de seu Antonio Justino, decorando a geografia, eu comparava Amaro Vaqueiro ao sol” e, longo em seguida, “o laço que girava em torno dele era a terra” (RAMOS, 2009, p.184), o que nos deixa perceber o sentido heróico, grandioso, da personagem, para o narrador-protagonista de **Angústia**. Se a corda, enquanto símbolo da liberdade, na forma de laço, enfatiza o sentido heróico, destemido, de Amaro Vaqueiro, no seu mundo rural da sociedade patriarcal; quando associada ao mendigo seu Ivo, ela adquire um significado de cerceamento da liberdade, uma vez que sinalizaria a atitude reativa, de vingança, típica do dominado, não do rebelde, não é por acaso que o sentimento de liberdade se

esvai rapidamente após o assassinato, reconhecendo o protagonista que dali para frente terá a mesma vida de submissão que tivera até então. A corda na mão do mendigo seu Ivo, pelo significado de prisão que assume, ressalta a auto-imagem de dominado, daquele que se sente oprimido, cerceado na expressão de liberdade, já que submetido às novas relações de poder no mundo capitalista, diante do qual ele é incapaz de auto-afirmação, vivendo, portanto, de forma misantropa, desejoso de vingança.

– Não quero. Tire isso depressa. Evitava dizer o nome da coisa que ali estava em cima da mesa, junto ao prato de seu Ivo. Parecia que se pronunciasse o nome uma parte das minhas preocupações se revelaria. Enquanto estivera dobrada, não tinha semelhança com o objeto que me perseguia. Era um rolo pequeno, inofensivo. Logo que se desenroscara, dera-me um choque violento, fizera-me recuar tremendo. Antes de refletir, tive a impressão de que aquilo me ia amarrar ou morder. Lembrei-me de Chico Cobra, um curandeiro que na vila andava sempre com um cabaço cheio de jararacas. Quando Chico cobra matou um homem na feira, entrou na mata, fez um rancho de palha e cercou-se de surucucus e outros viventes semelhantes. Todas as diligências da polícia para prendê-lo falharam. Nunca ninguém chegou ao rancho do criminoso: à distância de quinhentas braças o que se via eram barracos com enormes rodilhas de serpentes. (RAMOS, 2009, p. 178)

É conveniente atentar para as impressões do protagonista em relação ao pedaço de corda que o mendigo lhe entrega – “dera-me um choque violento, fizera-me recuar tremendo”, “tive a impressão de que aquilo me ia amarrar ou morder” –, pois elas revelam o sentimento de opressão, de cerceamento da liberdade, que Luís da Silva atribui ao exterior. Daí a digressão para o passado da infância, para a violenta sociedade patriarcal, na qual, segundo a sua visão, os homens eram mais livres, não submetidos à lei, à justiça, agindo apenas segundo a sua vontade, impondo-se pela força. Luís da Silva repele a corda, pois ela representa, quando associada ao mendigo seu Ivo, como ele não quer sentir-se na sua anônima existência citadina, submetido ao regime disciplinar do trabalho, isto é, um dominado, cerceado em sua demanda de liberdade. A lembrança de Chico Cobra desloca o sentido negativo da corda (de cerceamento da liberdade) para o sentido positivo implicado na imagem da cobra, correlato daquela, visto que esta simbolizaria rebeldia. Se Amaro Vaqueiro domina o seu laço, domina a natureza, os animais, submetendo-os à sua vontade por meio da violência, aprisionando-os, Chico Cobra se vale das cobras para transgredir a lei, para revelar-se, permanecendo impune, não se deixando aprisionar. Portanto, na cena acima, o que a imagem da corda, associada ao mendigo seu Ivo, e a imagem da cobra

associada a Chico Cobra, vem sugerir é a idéia de vingança, da parte daquele que se sente dominado, inferior e oprimido pelo outro, na sua existência citadina, vingança esta dirigida para o duplo, Julião Tavares. Uma vez que ele não possa ocupar a posição do duplo, do dominante degradado, dada sua condição social, o que lhe resta é tentar ocupar a posição de rebelde, de fora da lei, como forma de realizar a demanda de liberdade, entendida como prática da violência arbitrária, tal como fizera Chico Cobra. Não por acaso Luís da Silva chega a ver-se como um cangaceiro, numa tocaia imaginária contra o rival, chegando até a imaginar o cano da casa como arma.

Outra figura de fora da lei, cuja história é ouvida pelo menino Luís da Silva, e narrada por este já adulto, é a do matador Fabrício, cuja morte impressiona o protagonista, possivelmente por sua tenaz resistência à captura por parte da polícia. Aqui, embora o criminoso tenha sido dominado, vencido pela polícia, submetido à lei, ele não deixa de ter, para Luís da Silva, uma imagem heróica: “Quitéria falava de Fabrício como de uma criatura extraordinária, narrava façanhas maravilhosas dele.” (RAMOS, 2009, p. 180) Desta forma, a figura de Amaro Vaqueiro, a imagem da imponência, como também, a dos dois criminosos, Chico Cobra e Fabrício, por sua atitude transgressora da lei, teriam, aos olhos de Luís da Silva, a condição de seres livres, de rebeldes, ou de dominadores da natureza selvagem, no caso dos dois primeiros. Esse sentido arcaico da liberdade, como forma de mascarar a dificuldade de auto-afirmação, o faz recuar no tempo, no momento em que os sentimentos de opressão e inferioridade se tornam mais agudos, operando-se uma digressão na narrativa.

Desta forma, se pode dizer que Luís da Silva irá atribuir os seus sentimentos de opressão e inferioridade àquele que representa este novo estilo de vida citadino, alegoria da nova classe dominante, Julião Tavares, a imagem do dominante degradado, cuja superioridade não mais se fundamenta na prática da violência naturalizada, tal como ocorria com o velho Trajano, mas sim na posição social, fundada no valor do dinheiro. Luís da Silva vê Julião Tavares como superior, porém, como uma superioridade degradada, como um “rato”, usurpador.

Não podíamos ser amigos. Em primeiro lugar o homem era bacharel, o que nos distanciava. Pimentel, forte na palavra escrita, anulava-se diante de Julião Tavares. Moisés, apesar de falar cinco línguas, emudecia. Eu, que já viajei

muito e sei que há doutores quartaus, metia também a viola no saco.
(RAMOS, 2009, p. 58)

Portanto, embora viva num mundo já degradado pelo valor do dinheiro, já norteado pelos valores burgueses, pela sociedade de direito, que postula a igualdade em tese entre os indivíduos, segundo o princípio liberal, Luís da Silva vê no rival a imagem do dominante, do superior, à luz do seu valor da hierarquia, originário da sociedade patriarcal, pautada por relações verticais de dominação e dependência. O valor da hierarquia, característico dessas arcaicas relações de dominação, da dialética do senhor e do escravo, se constitui em valor que entra na formação da personalidade de Luís da Silva, o qual atribui superioridade à imagem dominante degradado, e inferioridade a si mesmo, a auto-imagem do dominado. A superioridade do dominante, no passado, se resumia em oprimir pela prática da violência naturalizada, tal como fazia o avô, o velho Trajano, o contrário, a inferioridade do dominado, em sofrer aquela, a menos que se rebele, tal como fizera Lampião. A respeito da violência como um valor que vai moldando a personalidade de Luís da Silva, forjando a sua mentalidade, nos afirma Lamberto Puccinelli, no seu livro intitulado **Graciliano Ramos: relações entre ficção e realidade**: “(...) a violência, na sua família e no seu meio, fora um fator de reconhecimento social, espelho em que se via refletida, no temor e no respeito alheio, a importância pessoal.” (PUCCINELLI, 1975, p. 12) Duas personagens são admiradas pelo narrador-protagonista, o seu avô, o velho Trajano, já referido, e seu amigo, o matador José Baía, ambos bem vistos, até certo ponto cultuados, por Luís da Silva, pela liberdade que eles exprimem, não se sujeitando a lei, ou aos costumes, impondo respeito pela violência. O velho Trajano, nos seus tempos áureos, se impunha como chefe político local, exercendo a sua vontade despótica sobre escravos e dependentes, como também interferindo em questões de ordem política e judicial; José Baía, matador sem culpa, agindo a serviço dos poderosos, amigo do menino Luís da Silva, era respeitado pelo medo que despertava nas pessoas. Ambos, o velho Trajano e José baía, seriam alegorias da liberdade ilimitada, da prática da violência naturalizada, típica de uma sociedade com características do estado hobbesiano de natureza, portanto, seres livres, ao contrário do cidadão Luís da Silva, submisso às ordens do chefe, respeitador das leis, salvo o ato estremado, o assassinato. O personagem do romance que representaria justamente o posto das figuras do avô e do

amigo José Baía é o mendigo seu Ivo, o qual, ao contrário daqueles, seria visto como fraco por Luís da Silva, incapaz de se rebelar.

As redes que transportavam indivíduos mortos em desgraça eram cobertas de vermelho e iam pelo outro lado da praça, dirigiam-se à cadeia. Escapuliam-me. Nenhum constrangimento. Tornei-me insensível. Cinquenta estocadas no peito e na barriga! Muito bem. – Agora estava ali com medo de pegar uma corda. – Você já matou gente, seu Ivo? O caboclo abriu os olhos, espantado: – Eu? Deus me livre. Dou pra isso não, não? – Deixe de histórias, seu Luisinho. Isso é conversa? De repente o riso se imobilizou, e fiquei em pé diante de seu Ivo, com as mãos postas, engasgado. (RAMOS, 2009, p. 181)

Na citação acima, pode-se notar que a violência sempre esteve muito próxima do menino Luís da Silva, o qual a fora associando, no processo da sua existência, à idéia de liberdade, daí ele perguntar ao mendigo seu Ivo, imagem do dominado, incapaz de se rebelar, se ele não teria matado alguém, ou pelo menos não gostaria. A narrativa digressiva joga Luís da Silva constantemente para a recordação da figura do avô, como também para as figuras de criminosos, daí, no plano aparente da análise, estabelecer-se a articulação entre o assassinato e o sentido externo da liberdade. Desta forma, os momentos da narrativa em que se opera digressão são aqueles em que há maior tensão, quando a responsabilidade pelo próprio sentimento de opressão e inferioridade se torna mais aguda, o que explica a necessidade de buscar no passado um sentido externo da liberdade, como se esta fosse perdida quando da transição da sociedade patriarcal para a existência cidadina de Luís da Silva, o qual se vê como degradado, um “molambo”, que a cidade “puiu” demais e “sujou”. No trecho a seguir, a presença incômoda do mendigo seu Ivo lembra Luís da Silva da sua condição submissa, submetido à rotina da vida cidadina, à disciplina do trabalho, daí o sentimento de degradação, que nem a fuga para o passado da infância minimiza.

Seu Ivo, silencioso e faminto, vem visitar-me. Faz agrados ao gato e ao papagaio, entende-se com Vitória e arranja um osso na cozinha. Não quero vê-lo, baixo os olhos para não vê-lo. (...) Seu Ivo está invisível. Ouço a voz áspera de Vitória e isto me desagrada. Entro no quarto, procuro um refúgio no passado. Mas não me posso esconder inteiramente. Não sou o que era naquele tempo. Falta-me tranqüilidade, falta-me inocência, estou feito um molambo que a cidade puiu demais e sujou. (RAMOS, 2009, p. 24)

A seguir, temos uma nova digressão operada em direção ao passado da infância, a qual se dá motivada pelo opressor sentimento de cerceamento da liberdade, que a imagem do mendigo vem ressaltar, dada sua existência furtiva, medrosa. Luís da Silva, portanto, repugna o mendigo seu Ivo, naquilo que este tem de fraco, sua incapacidade de se rebelar, diferente da figura do avô, o velho Trajano, que transgredia a lei, e das figuras de criminosos do passado, que não se deixavam subjugar pelas relações arbitrárias de poder, que não furtavam, sorrateiramente, vivendo de migalhas, como “ratos”, mas sim saqueavam, obrigavam os fazendeiros a se render à sua vontade, tal como faziam os grupos de cangaceiros.

– Informe lá, Seu Luís. E eu informo. Como sou diferente do meu avô! (...) Quando a política de Padre Inácio caiu, o delegado prendeu um cangaceiro de Cabo Preto. O velho Trajano subiu à vila e pediu ao doutor juiz de direito a soltura do criminoso. Impossível. Andou, virou, mexeu, gastou dinheiro com *habeas-corpus* – e o outro duro como chifre. – Está direito, exclamou Trajano plantando o sapato de couro cru na palha da cadeira do juiz. Eu vou soltar o rapaz. No sábado reuniu o povo da feira, homens e mulheres, moços e velhos, mandou desmanchar o cercado do vigário, armou todos com estacas e foi derrubar a cadeia. Está aí uma história que narro com satisfação a Moisés. Ouve-me desatento. O que lhe interessa na minha terra é o sofrimento da multidão, a tragédia periódica das secas. (RAMOS, 2009, pp. 32 – 33)

Luís da Silva admira o avô, pois este age transgredindo normas e costumes, não respeitando a justiça nem a religião, exercendo a liberdade ilimitada, impondo a sua vontade arbitrária, a revelia do interesse comum. O ato de desmanchar o cercado do vigário, para que a população o usasse como instrumento para derrubar a cadeia, representa, ao mesmo tempo, a sobreposição da liberdade ilimitada sobre a justiça e religião, a prevalência da vontade arbitrária do indivíduo sobre a sociedade. É esta atitude anárquica do avô que Luís da Silva admira, pois nela está implicado o sentido externo da liberdade, a liberdade enquanto prática da violência arbitrária. Embora Luís da Silva e seus dois amigos – Moisés, com ideais revolucionários, e Pimentel – façam parte do mesmo contexto sócio-histórico, tendo uma existência cidadina, em contado com valores novos, referentes à moderna sociedade de direitos, ele não compartilha da mesma mentalidade daqueles. Por exemplo, o ponto de vista humanitário, da defesa do bem estar e da vida humana, como também a defesa da liberdade do indivíduo, a liberdade de fazer tudo que a lei permite, princípio liberal, era estranho à

arcaica sociedade patriarcal, na qual o menino Luís da Silva forjara a sua mentalidade. O valor da igualdade seria um valor reconhecido pelo capitalista, pelo liberal, no caso, a igualdade em tese, de direito, principalmente a liberdade necessária para o indivíduo vender a sua força de trabalho, e para comprar mercadorias, como também seria um valor do comunista, só que este pretenderia a igualdade material, a superação da divisão da sociedade em classes sociais. Porém, o valor da igualdade era um valor estranho à sociedade patriarcal, com relações de dominação, em que o senhor, o patriarca, o chefe político local, mandava, e os dominados, escravos e dependentes, obedeciam. Daí, na citação acima, Luís da Silva afirmar que o que impressiona o amigo revolucionário Moisés é o sofrimento humano, no que se refere à vida de miséria e violência arbitrária sofrida pelos nordestinos pobres. Ao amigo Moisés, portanto, escaparia o valor da coragem, entendida como transgressão da lei, seja como dominação, seja como sobrevivência, ser-lhe-ia estranho o valor da prática da violência naturalizada como expressão da liberdade ilimitada. Nesse sentido, Moisés e Pimentel, avaliariam a história que Luís da Silva conta de sua terra a partir de uma perspectiva modernizante, do valor da igualdade de direitos, já a perspectiva do narrador-protagonista de **Angústia** é arcaizante, visto que calcada no valor da hierarquia, na dialética do senhor e do escravo. Para Luís da Silva, a miséria e a violência, no passado da sua infância, diferentemente de ser considerada como uma questão de ordem político-social, era considerada do ponto de vista existencial, em que viver ou morrer dependeria do indivíduo, da sua capacidade de se rebelar, tal como fizera Lampião, ao tornar-se cangaceiro.

Movido pela idéia de vingança, Luís da Silva irá invocar a força de José Baía para assassinar Julião Tavares, porém, diferentemente deste, que agia tranquilamente, profissionalmente, sem remorso, aquele apresentará desequilíbrio emocional, até certo sentimento de compaixão pelo rival, na iminência de cometer o ato. Como se vê, a demanda externa do sentimento de liberdade, por meio do assassinato, já começaria a ser minada antes mesmo da consumação do ato, dado desequilíbrio emocional de Luís da Silva, e uma vez que o referido ato adquire o sentido de vingança, da parte de um indivíduo frustrado, ao invés de ser um ato de rebeldia, típico das figuras de criminosos do passado.

Na passagem a seguir, tendo-se em vista essa demanda externa do sentimento de liberdade, o desejo de dominação do outro, no caso, da mulher, no interior das relações conjugais, típicas do regime patriarcal, comenta Luís da Silva em relação ao relacionamento do avô, o velho Trajano, com a avó, Sinhá Germana.

Que me importava que Marina fosse de outro? As mulheres não são de ninguém, não tem dono. Sinhá Germana fora de Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, só dele, mas há que tempo! Trajano possuía escravos, prendera cabras no tronco. Tudo agora diferente. (...) E Sinhá Germana, doente ou com saúde, quisesse ou não quisesse, lá estava pronta, livre de desejos, tranqüila, para o rápido amor dos brutos. Malícia nenhuma. Como a cidade me afastara de meu avô. O amor para mim sempre fora uma coisa dolorosa, complicada e incompleta. (RAMOS, 2009, p. 124)

O desejo de posse seria definidor da identidade subjetiva de dominante, o caracterizando, portanto, como superior, aristocrata (do grego, *aristo*, o melhor), livre, sentimento de posse este que começava com a posse da terra, muitas vezes adquirida de forma arbitrária, a exemplo, Paulo Honório, de **São Bernardo**, como visto anteriormente. O avô, na sua posição de patriarca, tinha uma relação de dominação, de posse, para com seus dependentes, no caso, para com a mulher, sinhá Germana, constituindo-se esta em mero objeto de desejo. Sendo assim, Luís da Silva admira no avô a afirmação da sua liberdade sobre tudo o que lhe é exterior, sobre os escravos e dependentes (mulher e filhos), como também sobre a administração da justiça, como afirmado anteriormente, com a ordem dada ao juiz para que este libertasse um contraventor que fora preso, um cangaceiro. Vendo-se como dominado, como oprimido, inferior, Luís da Silva se vê como diferente do avô, o qual, na condição de patriarca, exercia o domínio sobre as mulheres, sobre Sinhá Germana e as escravas, portanto, diferente do protagonista, que perde Marina para Julião Tavares, por não possuir a posição social deste. Luís da Silva não possui a condição de patriarca do avô, de dono de terras, de chefe político local, visto que vive em outro contexto sócio-histórico, a existência cidadina, das modernas formas de produção, e não possui a coragem e o equilíbrio de José Baía, ao executar uma ordem de extermínio, de assassinato, tampouco possui o dinheiro de Julião Tavares, que permite a este realizar os desejos fúteis de Marina, engravidá-la, abandoná-la, e permanecer impune.

Sendo assim, é possível entender a afirmação do narrador a seguir como a repulsa em relação às novas classes dominantes, surgidas após a revolução de 30, as quais sucederam a antiga aristocracia rural nordestina, marcando a transição do meio

rural – marcado pelas formas arcaicas de produção, baseadas no trabalho escravo – para o meio urbano, com as modernas formas de produção, baseadas no trabalho assalariado, e sociedade de direito, a justiça, a lei, regulamentando com maior força as relações entre os indivíduos.

Dinheiro e propriedade, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições, as duas colunas mal impressas, caixilho, dr. Gouveia, Moisés, homem da luz, negociantes, políticos, diretor e secretário, tudo se move na minha cabeça, como um bando de vermes, em cima de uma coisa amarela, gorda e mole que é, reparando-se bem, a cara balofa de Julião Tavares muito aumentada. (RAMOS, 2009, p. 9)

Luís da Silva não possui dinheiro nem propriedades, os quais se perderam com a decadência econômica da família, restando-lhe trabalhar para sobreviver, num contexto de mundo em que ele se sente inferior e oprimido, um “rato”, daí o desejo de “mortandade e outras destruições”, que culminara com o ato de vingança, o ato de assassinato do rival. Há em Luís da Silva uma demanda de poder irrealizada, um desejo de dominação frustrado, que se daria por meio do relacionamento com Marina, uma vez que ele a perde para o rival, já que este possui melhor posição social, frustração esta que o conduzirá ao referido ato de vingança. Do avô (Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva) que possuía escravos, terras, transformava as mulheres, as escravas e Sinhá Germana, em mero objeto de desejo, que impunha a sua vontade pela força, passando pelo pai (Camilo Pereira da Silva), que vivia no ócio, alienado da realidade, até chegar a Luís da Silva, um anônimo cidadão, há a diminuição da importância do nome, da estirpe, o que o leva a sentir desprezo pelas figuras que representam a nova classe dominante, os industriais, os comerciantes, os homens de negócios, sucessores da antiga aristocracia rural. O itinerário de Luís da Silva, o seu percurso do trabalho, centro da cidade, para casa, periferia da cidade, é caracterizada pela fuga dessas figuras desagradáveis, daquilo que elas representam: um novo estilo de vida, as formas burguesas de vida, fundadas no valor degradado do dinheiro, do lucro, diverso dos valores que ele considera autênticos, a prática da violência naturalizada, a coragem, a honra, a dominação, com origem no seu passado da infância.

Rua do Comercio. Lá estão os grupos que me desgostam. Conto as pessoas conhecidas: quase sempre até os Martírios encontro umas vinte. Distraio-me, esqueço Marina, que algumas ruas apenas separam de mim. Afasto-me outra vez da realidade, mas agora não vejo os navios, a recordação da cidade grande desapareceu completamente. O bonde roda para oeste, dirige-se ao interior. Tenho a impressão de que ele me vai levar ao meu município sertanejo. (...) Quanto mais me aproximo do Bebedouro mais removo.

Marina, Julião Tavares, as preocupações que tenho experimentado estes últimos tempos, nunca existiram. Volto a ser criança, revejo a figura de meu avô, Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, que alcancei velhíssimo. Os negócios da fazenda andavam mal. E meu pai, reduzido a Camilo Pereira da Silva, ficava dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar, cortando palha de milho para cigarros (...) (RAMOS, 2009 p. 12)

Os grupos que desagradam Luís da Silva têm no dinheiro um valor acima de todos os outros valores, diferente da vida no seu antigo município sertanejo, em que o valor principal era a coragem, condição para afirmação da liberdade, seja como dominante, seja como rebelde. Luís da Silva, dada sua mentalidade arcaica, cultua a coragem, e despreza o valor do dinheiro, como também o fetiche da mercadoria, que dá o tom da relação do indivíduo com os objetos do mundo, e também das relações intersubjetivas, onde o próprio ser humano é transformado em mercadoria, a exemplo, a prostituição, representada artisticamente no livro: “Passo diante de uma livraria, olho com desgosto as vitrinas, tenham a impressão de que se acham ali pessoas exibindo títulos e preços nos rostos, vendendo-se. É uma espécie de prostituição.” (RAMOS, 2009, p. 7)

Luís da Silva sente que a sua posição de dominante, de direito, dada a sua origem aristocrática, fora usurpada por essa nova classe burguesa, a qual, de fato, exerce o poder neste novo contexto de mundo urbano, de que ele faz parte, distanciado da sociedade patriarcal. Ou seja, Luís da Silva, portador de certa mentalidade reacionária, não aceita que a nova classe de comerciantes e industriais – que tomou o poder político da aristocracia rural, após a revolução de 30 – assuma o papel de classe dominante, lugar que ele vê como legítimo da figura do aristocrata, do avô. Julião Tavares, enquanto imagem do dominante degradado, teria usurpado de Luís da Silva a única possibilidade deste se sentir dominante, uma espécie de patriarca reduzido da cidade, quando aquele, um “rato”, “rouba-lhe” a mulher desejada. Marina, movida por interesses fúteis, prefere o rival, Julião Tavares a Luís da Silva, daí o ódio deste crescer, quando dinheiro e propriedade lhe dão “sempre desejos violentos de mortandade e outras e destruições (...)” (RAMOS, 2009, p. 9)

O primeiro contato com Julião Tavares se dá no “Instituto Histórico”, por ocasião de uma “festa de arte”, em que as pessoas liam composições literárias, quando aquele aproveita para fazer um discurso patriótico, causando má impressão no

protagonista. Luís da Silva fica “sabendo por alto a vida, o nome e as intenções do homem”, o qual era de “família rica”, “Tavares & Cia., negociante de secos e molhados, donos de prédios, membros influentes da Associação Comercial, eram uns ratos.” (RAMOS, 2009, p. 53) Como se vê, Luís da Silva reconhece, de fato, a superioridade de Julião Tavares, embora a considere inautêntica, degradada, pois fundada num valor que o protagonista considera degradado, o dinheiro, reconhecendo também a sua superioridade discursiva, embora discorde da forma e do conteúdo: “(...) afirmar, em linguagem pulha, que o Brasil é um mundo, os poetas alagoanos uns poetas enormes e Tavares pai, chefe da firma Tavares & Cia., um talento notável, porque juntou dinheiro.” (RAMOS, 2009, p. 60)

Na visão de Luís da Silva, Julião Tavares, com “dentes miúdos, afiados, devia ser um rato, como o pai.” (RAMOS, 2009, p. 53) Se o significante “rato”, quando associado ao rival, representa usurpação, quando associado a Luís da Silva, representaria a existência furtiva, medrosa, ameaçada. A decadência do avô de Luís da Silva, como também a morte do pai, conduz o menino – que tinha uma existência marcada pela carência afetiva – a uma vida de carências materiais, sendo obrigado a trabalhar para sobreviver, a se submeter às ordens do chefe, muitas vezes a escrever artigos elogiosos sobre aqueles que deveriam ser atacados, e deixando de colar-se a favor daqueles que deveriam ser defendidos.

Agora Moises está contando as perseguições aos judeus, na Europa. (...) Sofrimentos. Iniquidades. – Aqui há tanto disso! Mas somos fatalistas, estamos habituados e não temos imaginação como vocês. Entro a falar sobre a minha vida de cigano, de fazenda em fazenda, transformado em mestre de meninos. Quando ensinava tudo que seu Antônio me ensinara, passava a outra fazenda. Tinha o sustento. Depois era a caserna. Todas as manhãs nos exercícios. – “Meia-volta! Ordinário!” As peças do fuzil, marchas na lama, a bandeira nacional, o hino, as tarimbas sujas, os desaforos do sargento. Em seguida vinha a banca de revisão: seis horas de trabalho por noite, os olhos queimando junto a um foco de cem velas, cinco mil-reis de salário, multas, suspensões. (RAMOS, 2009, p. 31)

Luís da Silva, dada origem aristocrática, é aquele que seria predestinado ao lugar do dominante, do patriarca, se não fosse o fim do regime patriarcal, e a conseqüente decadência econômica da sua família, aquele que, portanto, exerceria a liberdade ilimitada, a sua vontade despótica, porém, ao se tornar um anônimo na massa de pessoas que povoam a cidade, submetido ao regime disciplinar desta, seja

no exército, seja no trabalho, se vê como oprimido, como dominado, o que em parte explica o desejo de vingança para com Julião Tavares. O percurso existencial de Luís da Silva, após uma infância oprimida pelo pai, submetida ao ambiente autoritário da escola, com o interregno de uma relativa liberdade, ensinando meninos de fazenda em fazenda, é marcado pela submissão ao regime disciplinar, seja o do exército, seja o do trabalho, o que o leva, de má-fé, a atribuir o seu sentimento de opressão e inferioridade a estas fatalidades, à decadência econômica da família, ao regime de vida das cidades.

A porta escancarada convidara-me a abandonar tudo, a sair sem destino – um, dois, um, dois – e não parar tão cedo. Nenhum sargento me mandaria fazer meia-volta. Os meus passos me levariam para oeste, e à medida que me embrenhasse do interior, perderia as peias que me impuseram, como um cavalo que aprende a trotar. Tornar-me-ia de novo meio cigano, meio selvagem (...) (RAMOS, 2009, pp. 91 – 94)

Luís da Silva não se identifica com Julião Tavares por se sentir inferior a ele, como também por considerá-lo degradado, distante da idealizada figura do autêntico dominante (o avô), uma vez que ele considera o rival “inútil”, incapaz de agir de acordo com o valor da liberdade ilimitada, a prática da violência naturalizada, na sua visão, autêntica expressão da liberdade. Isso se deve ao fato dele ver o estilo de vida do rival como inferior ao da aristocracia rural nordestina, cujos membros, patriarcas, faziam valer a sua vontade despótica pela força, diferentemente de Julião Tavares, escondido por detrás da posição social que o dinheiro lhe dava, herdeiro de Tavares & Cia dinheiro. Porém, ainda que degradado, inautêntico, Julião Tavares surgirá aos seus olhos como a imagem do dominante, daquele que é responsável por cercear-lhe a liberdade, o fazendo se sentir oprimido e inferior, daí a gestação, ao poucos, do motivo aparente do assassinato, no caso, o sentimento de vingança, cujo ápice se dá com o abandono de Marina grávida pelo rival. Na citação acima, é interessante notar que a idéia de liberdade ilimitada, avessa à lei, típica do estado de natureza, se exprime pela imagem do selvagem, que Luís desejaria tornar-se, deixando a sua existência citadina.

Portanto, com o presente capítulo, pretendemos analisar a demanda externa do sentimento de liberdade, entendendo-se esta no sentido da liberdade ilimitada, o valor da prática da violência naturalizada, típico da sociedade patriarcal em que vivera o menino Luís da Silva, o qual se apresentava seja como forma de dominação, seja como forma de rebeldia. Desse valor arcaico decorreria a idéia de vingança em Luís da Silva, motivo aparente do assassinato, como demanda irrealizada de saída dos sentimentos de opressão e inferioridade.

O caráter anti-existencialista do herói: o não engajamento na busca do auto-conhecimento enquanto ser livre

Afortunados os tempos para os quais o céu estrelado é o mapa dos caminhos transitáveis e a serem transitados, e cujos rumos a luz das estrelas ilumina. Tudo lhes é novo e no entanto familiar, aventureiro e no entanto próprio. O mundo é vasto, e no entanto é como a própria casa, pois o fogo que arde na alma é da mesma essência que as estrelas; distinguem-se eles nitidamente, o mundo e o eu, a luz e o fogo, porém jamais se tornarão para sempre alheios um ao outro, pois o fogo é a alma de toda luz e a luz veste-se de fogo.

(Georg Lukács)

No capítulo anterior, buscamos discorrer sobre o sentido externo da liberdade, a prática da violência naturalizada, traço ideológico da formação da personalidade de Luís da Silva, com origem na sociedade patriarcal, o qual teria a função de escamotear seu caráter anti-existencialista, sua dificuldade de auto-afirmação diante do outro. Disso decorre a sua misantropia, adotando um olhar rasteiro, e uma atitude covarde, submissa, inferiorizando-se diante do mundo de que faz parte, a tal ponto de se ver como oprimido, negando-se a estabelecer um embate com a realidade: “Tipos bestas. Ficam dias inteiros fuxicando nos cafés e preguiçando, indecentes. Quando avisto essa cambada, encolho-me, colo-me às paredes como um rato assustado.” (RAMOS, 2009, p. 9) No seu comportamento misantropo está implicada uma visão de má-fé, uma vez que ele atribui ao exterior o seu estado mental de auto-alienação, o seu sentimento de inferioridade, de vergonha, ou seja, atribui aos “comerciantes que soltam gargalhadas enormes, discutem política e putaria” (RAMOS, 2009, p. 9), e não a si mesmo, à sua dificuldade de se impor enquanto livre subjetividade diante do mundo. Se anteriormente nos preocupamos em analisar o sentido externo da liberdade, que conduziu Luís da Silva ao ato de vingança, ao assassinato de Julião Tavares, como vã tentativa de atingir o demandado sentimento de liberdade, saí da do complexo de inferioridade, agora nos preocuparemos em analisar o seu sentido existencial, de ordem psico-existencial, referente à ação do indivíduo no mundo, tomada a partir da sua absoluta liberdade de escolha, da sua auto-certificação de valores, na qual está implicada a necessidade de auto-afirmação. No caso de Luís da Silva, o sentido

existencial da liberdade, a absoluta liberdade de escolha, o conduz à angustiante idéia de abandono, de que se escolhe só, sem nenhum sinal dado no mundo que oriente a escolha. Esta angústia, portanto, sinaliza o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação-afirmação, ou seja, a dificuldade de buscar um sentido para a vida, não mais imanente à realidade, dado no mundo, no caso, o sentimento de liberdade. Daí a necessidade de engajamento existencial, em projetos de vida, que ele não consegue, seja por meio da realização amorosa, profissional, artística, ou mesmo a adoção de uma ideologia etc. Desta forma, diferentemente do herói lukácsiano do romance moderno, que engendra uma busca de sentido num mundo em que ele perdeu a sua imanência, Luís da Silva se nega a fazê-lo, constituindo-se seus empreendimentos em necessidade de sobrevivência, tal como o emprego; em meras veleidades, no caso, a sua atividade artística, ou um acontecimento considerado por ele como algo insignificante, tal como a breve relação com Marina: “O que receava era transformar as nossas relações, miúdas, num acontecimento social importante”. (RAMOS, 2009, p. 82)

Desta forma, cabe analisar como o caráter anti-existencialista de Luís da Silva encontra reflexo na sua forma de se portar perante o mundo, em diferentes âmbitos da sua vida, na sua vida profissional, na sua atividade artística, na relação com as mulheres, e até mesmo na percepção da realidade a sua volta, contaminada por seu estado de espírito, extremamente subjetivada. Isso faria com que Luís da Silva se tornasse estranho ao paradigma do “herói problemático” lukácsiano, o herói do romance moderno.

O processo segundo o qual foi concebida a forma interna do romance é a peregrinação do indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativeiro da realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento. Depois da conquista desse auto-conhecimento, o ideal encontrado irradia-se como sentido vital na imanência da vida, mas a discrepância entre ser e dever-ser não é superada, e tampouco poderá sê-lo na esfera em que tal se desenrola, a esfera vital do romance; só é possível alcançar um máximo de aproximação, uma profunda e intensa iluminação do homem pelo sentido de sua vida. (LUKÁCS, 2000, p. 82)

Luís da Silva não busca o autoconhecimento enquanto ser livre, uma vez que implicaria a necessidade de auto-afirmação, de auto-certificação de valores, busca de

um sentido para a vida, por meio do engajamento existencial, o que explica o culto ao sentido externo da liberdade, a violência naturalizada, como já analisado anteriormente. Luís da Silva se mostraria como incapaz de buscar um sentido para a sua vida, num mundo que ele considera degradado pelo valor do dinheiro, não tendo força para propor outro valor, não possuindo, portanto, nenhuma ideologia, seja de esquerda, transformista, seja de direita, reformista, ou mesmo reacionária. Não há um “ser” em Luís da Silva, como, por exemplo, o identificar-se com o ponto de vista humanitário, defensor da igualdade, da justiça social, que o levasse a um “dever ser”, a lutar por causas humanitárias, por justiça social, por igualdade de direitos, havendo apenas a sua existência atormentada, seu incômodo diante do outro, no trabalho, enquanto funcionário público, ou enquanto articulista de jornal, submetido às ordens do chefe, e sua misantropia, aversão ao convívio social: “Se pudesse, abandonaria tudo e recomeçaria as minhas viagens. Esta vida monótona, agarrada à banca das nove horas ao meio-dia e das duas às cinco, é estúpida. Vida de sururu”. (RAMOS, 2009, p. 10) O “herói problemático” lukácsiano engendra uma busca degradada de sentido para a vida, num mundo em que este perdeu a sua imanência, Luís da Silva sequer faz isso, não busca o autoconhecimento, imerso na crise existencial, na sua misantropia, negando a realidade em que vive, sentindo-se oprimido e inferiorizado, o que o conduzirá a um ato extremo de negação, de autodestruição, o assassinato de Julião Tavares.

O romance é a epopéia do mundo abandonado por deus; a psicologia do herói romanesco é a demoníaca; a objetividade do romance, a percepção virilmente madura de que o sentido jamais é capaz de penetrar inteiramente a realidade, mas de que, sem ele, esta sucumbiria ao nada da inessencialidade (...) O romance é a forma da aventura do valor próprio da interioridade; seu conteúdo é a história da alma que sai a campo para conhecer a si mesma, que busca aventuras para por elas ser provada e, pondo-se à prova, encontrar a sua própria essência. (LUKACS, 2000, pp. 89-91)

Se Luís da Silva não busca um sentido para a vida num mundo em que este não é mais imanente, no caso, na sua existência citadina, essa realidade em que vive reduzir-se ao “nada da inessencialidade”, destituída de sentido, quando então surge o desejo de fuga para o passado, para a infância. Esta dificuldade de buscar o auto-

conhecimento, não engajando-se na busca de sentido no mundo a partir de si mesmo, a partir de projetos existenciais, atribuiria a Luís da Silva a categoria que denominamos de herói anti-existencialista, o fracassado a priori, aquele que se nega ao embate com o mundo, para usar as palavras de Mário de Andrade, na **Elegia de Abril**, o “ser sem força nenhuma, indivíduo desfibrado, incompetente para viver, e que não consegue opor elemento pessoal nenhum, nenhum traço de caráter, nenhum músculo como nenhum ideal, contra a vida ambiente.” (ANDRADE, 2002, p. 212)

Luís da Silva não é uma “alma que sai a campo para conhecer a si mesma”, “pondo-se” a prova, isto é, provando a sua liberdade, a sua capacidade de auto-afirmação diante do outro, o que explica a sua misantropia, o seu sentimento de opressão, como também de inferioridade. Não há nele defesa, ainda que fraca, de idéias, de ideologias, tal como no amigo comunista, o revolucionário Moisés, tampouco projetos de vida, seu trabalho lhe desagrada, e sua atividade literária, uma veleidade, na sua visão, marcada pela leitura de romances fáceis, e pela escrita de textos sem maior valor artístico. Desta forma, tendo-se em vista o propósito deste capítulo, de analisar o caráter anti-existencialista de Luís, cabe analisar os seus empreendimentos na vida, sua vida profissional, artística, e seu posicionamento ideológico perante a realidade iníqua de que faz parte. Há outros aspectos do personagem Luís da Silva que sinalizam esse perfil, no caso, a subjetivação da realidade, percebida pela consciência perturbada do protagonista, o que dá um tom expressionista à narrativa. Se não há a busca de sentido para a vida que defina a essência do eu, a sua identidade, a personalidade se apresenta enfraquecida, esgarçada, em crise existencial, o que encontra reflexo na realidade, transfigurada pelos afetos, aparentes e latentes. Os sentimentos de inferioridade e de opressão, por exemplo, seriam aludidos pelo significante corda e seus correlatos, como veremos, de forma mais atenta. A inconsistência que a realidade adquire seria – à luz do existencialismo sartreano – indício de angústia diante do absurdo da existência, a idéia de abandono. A perda dos contornos definidos da realidade, tornando-se esta inconsistente, cena clássica de romances de tonalidade existencialista, por exemplo, pode ser encontrada na literatura de Jean Paul Sartre, com o romance intitulado **A Náusea**. Este romance nos apresenta um protagonista, Antoine Roquentin, imerso em reflexões existenciais, a respeito da gratuidade da existência, ausência de sentido da

vida, cujo estado de espírito se reflete nas suas percepções do mundo exterior, transfiguradas pela sua consciência.

Assim se refere o personagem: “Considerava-me um valor, valor miúdo, uma espécie de níquel social, mas enfim valor (...)” (RAMOS, 2009, p. 46), sendo que aí estaria implicada a sua crise existencial, a dificuldade de se auto-afirmar, daí o sentimento de inferioridade diante do outro, sua dificuldade de se impor perante este. Seu olhar auto-depreciativo, o olhar do vencido pela vida, do fracassado a priori, aquele que se nega ao embate com o mundo, contamina a realidade exterior, estendendo-se ao seu diminuto círculo de convivência, composto da empregada Vitória, dos amigos Moisés e Pimentel, e do mendigo seu Ivo. Luís da Silva restringe a sua convivência a este diminuto círculo de amigos, os quais não oferecem ameaça de auto-alienação para ele, de fazê-lo se sentir inferior, ou oprimido. Já diante de Julião Tavares o estado mental de auto-alienação de Luís da Silva se acentua, pois aquele é a representação daquilo que este não consegue ter, dinheiro e mulheres, vendo-se, portanto, como inferior.

Soltei a pena, Moisés dobrou o jornal, Pimentel roeu as unhas. E assim ficamos seis meses, roendo as unhas, o jornal dobrado, a pena suspensa, ouvindo opiniões muito diferentes das nossas. As de Moisés são francamente revolucionárias; as minhas são fragmentadas, instáveis e numerosas; Pimentel às vezes está comigo, outras vezes inclina-se para Moisés. (RAMOS, 2009, p. 57)

Na citação acima, a presença do outro, visto como diferente, incomoda Luís da Silva e os amigos, acostumados à convivência apenas entre si, seres com dificuldade de se impor perante o outro, Julião Tavares: os três, roendo as unhas, Pimentel, volúvel, Luís da Silva, com idéias indefinidas, “fragmentadas, instáveis e numerosas”. A dificuldade de auto-afirmação do protagonista se exprime por meio da incapacidade de auto-certificação de valores, da definição de uma ideologia, defesa de uma causa qualquer. Diante dos dois amigos isso não é conflitante, porém, diante do rival, sim, quando se instaura a auto-alienação, e Luís da Silva passa a ver-se como ele imagina que Julião Tavares o vê. Para Luís da Silva, a presença do outro se torna ainda mais dramática, visto que diante dele, ao se ressaltar a sua dificuldade de auto-afirmação, esta ameaçaria trazer à tona os afetos latentes, referentes à rivalidade edipiana. Sendo

assim, o duplo, enquanto imagem do dominante degradado, do superior porque teria mais dinheiro – ou seria mais letrado –, significaria, aos olhos do pequeno círculo de amigos, cerceamento do sentimento de liberdade (“soltei a pena, Moisés dobrou o jornal”). Este desconforto diante do outro suscitaria em Luís da Silva reminiscências da infância, a qual fora marcada pelo olhar recriminador e pela atitude disciplinadora do outro, no caso, o pai, que o acusara de ter dez anos e ainda não saber ler e escrever: “Meteram-me na escola de seu Antonio Justino, para desasnar, pois, como disse Camilo quando me apresentou ao mestre, eu era um cavalo de dez anos e não conhecia a mão direita.” (RAMOS, 2009, p. 15) O olhar recriminador do outro, como também a sua atitude disciplinadora, moldarão a personalidade do menino Luís da Silva, o que terá conseqüências no indivíduo adulto, tal como a dificuldade de se impor perante o outro, o que explica a sua misantropia. Na cena a seguir, o narrador-protagonista relembra o nado forçado a que fora submetido na infância.

Quando ainda não sabia nadar, meu pai me levava para ali, segurava-me um braço e atava-me num lugar fundo. Puxava-me para cima e deixava-me respirar um instante. Em seguida repetia a tortura. Com o correr do tempo aprendi natação com os bichos e librei-me disso. Mais tarde, na escola de mestre Antonio Justino, li a história de um pintor e de um cachorro que morria afogado. Pois para mim era no poço da Pedra que se dava o desastre. Sempre imaginei o pintor com a cara de Camilo Pereira da Silva, e o cachorro parecia-se comigo. (RAMOS, 2009, p. 18)

A sensação transmitida pela cena é de opressão, cerceamento da liberdade, associado associada à idéia de asfixia, não por acaso o assassinato de Julião Tavares se dará pelo enforcamento. A opressão sofrida no passado motivara conscientemente a escolha do instrumento do crime, no caso, a corda, daí ser bem sugestivo o fato do mendigo seu Ivo, a imagem do dominado, do oprimido, entregar-lhe o pedaço de corda.

Desta forma, o caráter anti-existencialista de Luís da Silva, sua dificuldade de auto-afirmação enquanto ser livre diante do outro, caracteriza a não busca do demandado sentido para a vida, isto é, o sentimento de liberdade. Caber analisar como se dá a recusa em buscar esse sentido para a vida, no caso, o seu não engajamento na realização de projetos existenciais, seja na vida pessoal, profissional, ou artística.

No interior do seu diminuto círculo social Luís da Silva se sente bem, porém, diante do duplo, da imagem do dominante degradado, sua dificuldade de auto-afirmação se torna aguda, seu pequeno mundo se desarranja, passando ele a odiar Julião Tavares.

Ora, foi uma vida assim cheia de ocupações cacetes que Julião Tavares veio perturbar. Atravancou-me o caminho, obrigou-me a paradas constantes, buliu-me com os nervos. (...) Moisés entrava, puxava uma cadeira, sentava-se, abria o jornal. Vinha Pimentel, amarelo, triste, silencioso. Seu Ivo, bêbado, acocorava-se a um canto e punha-se a babar, cochilando. Nenhuma dessas pessoas me incomodava. Trabalhava diante delas como se estivesse só, e ninguém me interrompia. (RAMOS, 2009, p. 55)

Diante de seus amigos, como se vê, ele se sente seguro, não sendo jogado para um estado psicológico de auto-alienação, porém, diante do rival o seu pequeno mundo desaba, agindo orientado pela imagem que ele faz do outro. Por exemplo, diante de Julião Tavares a consciência em Luís da Silva de que ele é um escritor medíocre se torna ainda mais acentuada, como também as suas deficiências de leitor e crítico, chegando a desacreditar até mesmo da linguagem enquanto valor universal, no seu sentido humanista, enquanto fator civilizacional, enquanto legítimo instrumento de combate às injustiças sociais: “a linguagem escrita é uma safadeza que vocês inventaram para enganar a humanidade, em negócios ou com mentiras.” (RAMOS, 2009, p. 96) Como afirma Luís da Silva: “Quando a realidade me entra pelos olhos, o meu pequeno mundo desaba” (RAMOS, 2009, p. 96), ou seja, quando os seus medíocres empreendimentos – tal como a atividade literária, de escritor – se mostram com mais força diante dos seus olhos, ressaltando o seu caráter anti-existencialista, o seu não engajamento em projetos de vida.

Moisés e Pimentel apareciam-me às vezes, e alguns rapazes acanhados vinham pedir-me em segredo artigos e composições poéticas, que eu vendia a dez, a quinze mil-reis. Isto chegava para o aluguel da casa – e dr. Gouveia não me importunava. Distraía-me com leituras inúteis. Quando me caía nas mãos uma obra ordinária, ficava contentíssimo: – Ora, muito bem. Isto é tão ruim que eu, com trabalho, poderia fazer coisa igual. Os livros idiotas animam a gente. Se não fossem eles, nem sei quem se atreveria a começar. (RAMOS, 2009, p. 39)

Pelo trecho acima, é possível perceber que a motivação para Luís da Silva escrever é mais de ordem pragmática, a necessidade de sobrevivência, do que um ideal, o projeto de se tornar um escritor cujos escritos apresentem valor literário. Nesse sentido, a sua dedicação à literatura não se apresenta de fato como a realização de um projeto existencial, permanecendo a intenção de se tornar um escritor reconhecido como uma idéia vaga e distante, que desaparece após o assassinato: “Emendo um artigo que Pimentel me pediu, artigo feito contra a vontade, só para não descontentar Pimentel. Felizmente a idéia do livro que me persegue às vezes dias e dias desapareceu.” (RAMOS, 2009, p. 16) Da mesma forma que a escrita do livro se coloca no plano do ideal irrealizado, visto que não há engajamento existencial para começá-lo, tampouco para terminá-lo, o mesmo se dá com a relação imaginada com a datilógrafa dos “olhos agateados”:

Invadia-me uma ternura, queria ligar-me àquela moça que vestia roupas ordinárias e andava à pressa, com uma pasta debaixo do braço. Seríamos felizes. Ela trabalharia menos. Ao chegar a casa, fatigada, distrair-se-ia papagueando com o Currupaco, meteria as mãos doídas no pelo do gato. Eu escreveria um livro de contos, que ela datilografaria nas horas vagas, interessando-se. (...) Onde andaria a datilógrafa de olhos agateados? O que é certo é que eu precisava de mulher. Devia acabar aquela maluqueira e meter-me na farra. Se achasse uma criatura como Berta... O diabo da alemã voltava-me sempre à lembrança, provavelmente por ter sido a primeira mulher bonita e limpa a que me encostei. – “Senhor não quer entrar?” (RAMOS, 2009, pp. 118 – 119)

Em primeiro lugar, a relação que Luís da Silva imagina com a datilógrafa é aquela que lhe permitiria se ajustar à realidade, por meio do casamento, a constituição de uma família. Em segundo, o sentimento implicado nesta relação idealizada seria o amor, o mútuo reconhecimento do valor subjetivo, em que um reconheceria o outro como um fim em si mesmo, portanto, como sujeitos, cujo atributo é a liberdade. A relação amorosa se mostrará como um ideal irrealizado, visto que não há engajamento na sua realização, constituindo a relação com as mulheres, no caso, as prostitutas, uma mera forma de dar vazão ao seu frenético desejo sexual. A dificuldade de auto-afirmação de Luís da Silva aparece até mesmo diante das figuras de prostitutas, daí ele afirmar à prostituta alemã Berta: “Tipo admirável, ariano puro. – ‘Madame, um sujeito como eu pode agarrar-se a uma pessoa da sua marca?’” (RAMOS, 2009, p. 119) Acabar

com a fantasia, com a “maluqueira”, implica aceitar que o único tipo de relação que Luís da Silva consegue com as mulheres é aquela mediada pelo valor degradado do dinheiro, uma relação, portanto, que o objetiva, pois o transforma unicamente em meio das prostitutas ganharem dinheiro – e não em um fim em si mesmo, em sujeito. A relação mercadológica que as prostitutas têm com Luís da Silva cumpre a função de objetivá-lo, como também a própria natureza do desejo sexual, que se manifesta de forma incontrolada, até mesmo na breve relação com Marina. Isso pode ser visto na forma desconjuntada como Luís da Silva percebe Marina, reflexo do seu desconcerto interior, de um eu submetido por afetos que ele não consegue controlar.

Estava num entorpecimento estúpido. Tive a impressão extravagante de que o ar havia tomado a consistência mole e pegajosa de goma-arábica. Nesse ambiente gelatinoso Marina se movia, nadava, desesperadamente bonita, o peitinho redondo subindo e descendo (...) Veio-me o pensamento doido que tinham dividido Marina. Serrada viva, como se fazia antigamente. Esta idéia absurda e sanguinária deu-me grande satisfação. Nádegas e pernas para um lado, cabeça e tronco para outro. A parte inferior mexia-se como um rabo de lagartixa cortado. Mas eu não reparava na parte inferior, que tanto me perturbava: recebia as faíscas dos olhos azuis e desejava enxugar com beijos a saliva que umedecia os beijos um pouco grossos da minha amiga. (RAMOS, 2009, p. 73)

Marina também não assumirá o relacionamento com Luís da Silva como um fim em si mesmo, mas sim como meio de realização dos seus desejos fúteis, daí a relação se constituir numa espécie de prostituição, em que este sacia seus desejos sexuais incontroláveis, e aquela busca a satisfação do seu desejo de consumo, suas futilidades. Destituído Luís da Silva do estatuto de sujeito, no interior de uma relação em que ele é tomado como meio – dado mero interesse material de Marina –, ressalta-se o caráter anti-existencialista do protagonista, isto é, o seu não engajamento em fazer o outro reconhecê-lo como livre subjetividade, como um fim em si mesmo. Na cena descrita acima, Marina é percebida à luz de dois aspectos da personalidade de Luís da Silva, o traço psicológico, a sua dificuldade de auto-afirmação, e o exacerbado desejo sexual, que a divide ao meio, na região da cintura. Partindo-se do princípio que Luís da Silva é um herói anti-existencialista, incapaz de se engajar na busca de um sentido para a vida no mundo, no caso, o sentimento de liberdade, a objetivação promovida pela natureza do sentimento de desejo lhe é perturbadora, visto que ele não quer se sentir como objeto para o outro, mas sim ser reconhecido como valor subjetivo, livre. A crise

existencial, a dificuldade de auto-afirmação, que o conduz ao estado mental de auto-alienação, formando uma imagem de si orientada para o outro, vendo-se como se imagina que o outro o vê, encontra o seu correlato na atitude de desejo, pois, em ambos os casos, o indivíduo se objetiva perante este outro, respectivamente, o ver-se como objeto perante ele, e sentir-se como objeto para ele. Na passagem a seguir, ocorre o estado mental de auto-alienação, o colocar-se na posição de objeto, sentindo-se observado pelo outro, cuja conseqüência é sensação de cerceamento da liberdade: “Tenho a impressão de que uma objetiva me pegou, num instantâneo. Fiquei assim, com a perna erguida, a pasta debaixo do braço, o chapéu.” (RAMOS, 2009, p. 27) Se no estado mental de auto-alienação Luís da Silva se vê como objeto diante do outro, na atitude de desejo ele se sente como corpo, objeto, diante de outro corpo, no caso, Marina. É por meio da atitude de desejo que duas consciências se fazem corpo reciprocamente, ou seja, se tornam objeto uma para a outra, o que nos afirma Sartre, no seu tratado de filosofia intitulado **O Ser e o Nada**: “(...) o desejo pode ser considerado desejo de um corpo por outro corpo. De fato é um apetite voltado para o corpo do outro, vivido como vertigem do Para-si [consciência] ante seu próprio corpo; e o ser que deseja é a consciência fazendo-se corpo.” (SARTRE, 2002, p. 484) À luz da afirmação sartreana, pode-se dizer que Luís da Silva, ao desejar Marina, se faz corpo, objeto, diante de outro corpo, o que faria com que a já esgarçada identidade subjetiva se desvanecesse, apagasse, tornado agudo o sentimento de cerceamento da liberdade. É por isso que Luís da Silva prefere não “reparar” na parte inferior, que tanto o “perturba”, pois ela, por simbolizar o desejo sexual, sinaliza a sua dificuldade de auto-afirmação, como também a não superada rivalidade edipiana. Seu olhar se desvia para a parte superior de Marina, para os olhos, na vã tentativa de afrontá-los, afirmando-se como livre subjetividade diante deles, porém, nesta rivalidade entre olhares, Luís da Silva perde o duelo, ressaltando-se a sua dificuldade de auto-afirmação diante do outro, isto é, a dificuldade de alçar-se ao auto-conhecimento enquanto ser livre.

Estava linda. Tinha corrido por ali alguns minutos como um rato, chiando. Eu era um gato ordinário. Podia saltar por cima dela e abocanhá-la: ao pé das estacas podres que Vitória remove todos os meses, desafiava-me com os olhos e com os dentes miúdos. Não saltei. O que fiz foi arranjar uma carranca séria, que devia ser burlesca, porque Marina soltou uma gargalhada. (RAMOS, 2009, p. 73)

No momento em que o rato, aquele que se sente perseguido, oprimido pela presença do outro, vivendo de forma misantropa, pode assumir a posição de gato, de perseguidor, o ímpeto de afirmação de liberdade diante do outro, Marina, se desvanece, sobrando apenas o estado emocional de perturbação diante daquela. Luís da Silva não sustenta o desafiador olhar de Marina e, no duelo de olhares, a sua intenção de impor-se perante ela fracassa.

Se o relacionamento fundado na inter-subjetividade, no sentimento de amor – e não no valor degradado do dinheiro –, seria idealizado pelo protagonista, como vimos com o imaginário relacionamento com a datilógrafa, o que ocorre, de fato, é o relacionamento com Marina, o qual, ao contrário de tranquilidade, traria desequilíbrio emocional, trazendo à tona afetos latentes. A traição de Marina, que prefere Julião Tavares a Luís da Silva, ressalta também o caráter anti-existencialista deste último, uma vez que aponta para o fracasso da relação e, conseqüentemente, para o fracasso da sua única e última tentativa de se ajustar à realidade por meio do casamento. Este fora a única tentativa de se ajustar à realidade, visto que o trabalho, a atividade de escritor, como também o diminuto círculo de amigos, exprimiam justamente o contrário, isto é, a sua dificuldade de se ajustar ao mundo de que faz parte. Seu trabalho, maçante, de submissão às ordens do chefe, não se constitui em realização pessoal, sua atividade de escrita, desacreditada por ele mesmo, não se coloca como forma de auto-afirmação enquanto escritor diante do contexto social em que está inserido e, finalmente, seu pequeno círculo de amigos aponta para sua misantropia, desajuste ao convívio social, dificuldade de integração com o outro. Cabe, a partir de agora, analisar como Luís da Silva fracassa na sua única tentativa de se ajustar à realidade, a tentativa de se inserir na estrutura social que ele considera degradada, por meio da instituição social do casamento, da família, fracasso este que, ao acentuar os sentimentos de inferioridade e de opressão, fará aumentar o ódio que ele tem pelo rival, contribuindo para conduzi-lo à idéia de vingança.

Sendo assim, analisaremos a cena em que Julião Tavares, após ter tomado Marina de Luís da Silva, a leva ao teatro, cena esta que espelha para ele a sua impotência diante do outro, o seu fracasso, acentuando os referidos sentimentos de opressão e inferioridade:

O último dia foi medonho. Quando a *limousine* rolou no paralelepípedo e o peitilho de Julião Tavares se sumiu, não me afastei da janela. Fiquei mastigando o cigarro e respirando aquela mistura desagradável que enchia a rua. Nenhum desejo de ir aos Martírios, subir o morro do Farol e escutar os tipos que se encostavam no balcão sujo e gorduroso da bodega. Apalpei a carteira vazia, meti os dedos nos bolsos miúdos, vazios. Sentia-me incompleto e sem ânimo de me aventurar sozinho por aquelas ruas esquisitas. Sentia-me fraco e desarmado. (RAMOS, 2009, p. 145)

A vista do carro levando Marina, juntamente com Julião Tavares, para o teatro, lugar interdito às classes mais baixas, às classes dominadas, frequentado pelas classes mais altas da sociedade, produz um desconcerto em Luís da Silva, menos pela traição em si, pela visão da ex-noiva saindo com outro, e mais pelo seu sentimento de inferioridade diante do rival. É quando o sentimento de inferioridade diante do rival se torna mais agudo que a ida a lugares que davam prazer a Luís da Silva é refutada por este, lugares em que, na sua visão, ele encontraria seres inferiores, “ratos”, seres do submundo, assim como ele. Sendo assim, Luís da Silva, ao invés de se encaminhar para as regiões periféricas da cidade, para o subúrbio, povoado por seres marginalizados, tal como ele se sente, oprimido, ele decidirá se encaminhar para o centro da cidade, para o teatro, símbolo de poder, local freqüentado por pessoas de classe social mais elevada, posição esta a que ele aspira, embora não consiga. Existe um elemento de ordem objetiva, um fator externo, de ordem contingencial, do qual ele depende para ir ao teatro, ocupando, desta forma, o lugar simbólico do superior, no caso, o dinheiro. Na citação acima, de forma implícita, Luís da Silva se compara ao rival, ou seja, este possui dinheiro para ir ao teatro de limousine, aquele não possui dinheiro sequer para pagar a entrada, pois é final de mês, e ele não havia ainda recebido o seu salário. A vista do rival levando a ex-noiva ao cinema torna aguda a sua dificuldade de auto-afirmação, a angustiante liberdade de escolha, o que se exprime por meio da náusea, sintoma da gratuidade da existência, de que o sentido da vida depende do engajamento do indivíduo em buscá-lo: “Os pneumáticos rodavam silenciosos em direção à praça Deodoro, e na rua ficou um cheiro esquisito de gasolina, pó-de-arroz e perfumes.” (RAMOS, 2009, p. 139) Mesmo distante do lugar em que o automóvel dera partida, levando Marina com Julião Tavares ao teatro, o cheiro de gasolina misturado com perfume não desaparece dos sentidos de Luís da Silva, o que reforça a idéia da náusea como sintoma da dificuldade de auto-afirmação diante do mundo: “Não me continha: saía de casa e andava à toa por estas ruas (...) la sentar-me num banco da

praça dos Martírios (...) Automóveis a roncar. Todos queimavam gasolina misturada com perfume.” (RAMOS, 2009, p. 139) A ida ao teatro se colocaria como uma demanda externa de saída dos sentimentos de inferioridade e de opressão, já que o relacionamento com Marina fracassou, o qual também tinha aquela finalidade. Porém, a escolha implicada nesta atitude a ser tomada é conflitante para Luís da Silva, isto é, a escolha inicial, o roubo das moedas da empregada.

Lembrei-me do jogo de crianças. Cara ou cunho? Se desse cara, sim; se desse cunho, não. Mergulharia a mão na terra úmida, tiraria uma moeda, acenderia um fósforo. Se saísse cunho iria deitar-me, não tornaria a ver Marina. Tantos tormentos por causa de uma fêmea! Dormir, dormir. Senti as pálpebras pesadas; julgo que, fascinado pelos olhos do gato, deixei a cabeça inclinar-se num cochilo. Se saísse cara acabaria depressa com aquilo e iria ao teatro. Tinha quase a certeza de que, indo ao teatro, tudo se arranjará: Marina voltaria para mim, Julião Tavares se achataria, se desagregaria, como um pouco de azeite em água corrente. (...) Não era nenhum selvagem para adotar recursos infantis. Sim ou não. Um homem livre. Perfeitamente um homem livre de superstições. (RAMOS, 2009, pp. 153 - 154)

A referência de Luís da Silva à brincadeira de crianças, “Cara ou cunho?”, pode ser interpretada como a tentativa de se isentar da responsabilidade da escolha, visto que não há nada exterior ao indivíduo que a oriente, nenhum sinal, nenhum sentido imanente à realidade. É como se o evento probabilístico pudesse isentá-lo da necessidade de escolher, dependendo, portanto, a escolha de fatores externos, e não do indivíduo, da atribuição de sentido positivo ao escolhido, roubar as moedas da empregada, com a finalidade de ir ao teatro. Há em Luís da Silva, a priori, a certeza de que o seu sentimento de inferioridade diante do duplo diminuiria com a ida ao teatro, de que a imagem de superior de Julião Tavares se dissiparia: “Por que seria que o peitilho de Julião Tavares brilhava tanto e não se amarrotava? Julião Tavares ficava duro como um osso fraturado envolvido em gesso, tinha o espinhaço apumado em demasia, olhava em frente, com segurança (...)” (RAMOS, 2009, p. 145) Na cena descrita acima, o próprio Luís da Silva reconhece que seria improcedente utilizar o recurso infantil do jogo para tomar a atitude de roubar o dinheiro da empregada e, posteriormente, ir ao teatro, sendo necessário assumir o peso da responsabilidade pelo ato a ser cometido. E a livre escolha com a qual Luís da Silva se depara é pegar ou

não o dinheiro da empregada, ir ao teatro, buscando superar o sentimento de inferioridade diante do rival, ou ficar em casa, sentindo-se inferior, um “rato”.

Em seu texto intitulado **O Existencialismo é um humanismo**, Jean Paul Sartre, ao colocar a existência como precedendo a essência, se contrapõe tanto à idéia de uma natureza humana, como também à idéia da existência de Deus, que pudessem orientar as escolhas tomadas na vida, sendo aquelas, portanto, livres, pois dependem apenas do indivíduo, daí a idéia de abandono, a angústia da escolha, pois se é obrigado a escolher só.

Dostoievski escreveu: “Se Deus não existe, tudo seria permitido”. Aí se situa o ponto de partida do existencialismo. Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, fica o homem, por conseguinte, abandonado, já que não encontra em si, nem fora de si, uma possibilidade a que se apegue. Antes de mais nada, não há desculpas para ele. Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, a justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. (SARTRE, 1973, p. 15)

O “homem está condenado a ser livre”, a buscar um sentido para a vida que não se encontra mais imanente ao mundo (ou na transcendência), justamente do que Luís da Silva não é capaz, não busca o autoconhecimento enquanto ser livre, visto que as escolhas lhes são angustiantes, daí, de má-fé, buscar o sentimento de liberdade a partir do exterior, da ocupação do lugar simbólico do dominante, o teatro. O roubo das moedas da empregada para ir ao teatro colocará a prova a ontológica liberdade de escolha de Luís da Silva, a qual se mostrara como conflitante. Como afirma Sartre, o “homem é liberdade”, a liberdade é ontológica, faz parte do seu ser, porém, em Luís da Silva, ela é encarada de forma negativa, é angustiante para ele, dada a crise existencial, o que explica a demanda externa do sentimento de liberdade, por meio do assassinato. A ação de desenterrar o dinheiro da empregada é concluída depois de alguns momentos de reflexão: “Meter a mão na terra, agarrar um dobrão do império, riscar um fósforo. Afastei a idéia. Que lembrança! Bastavam as Luzes medonhas dos olhos do gato. Acabar depressa, acabar depressa.” (RAMOS, 2009, p. 254) Os olhos do gato, enquanto instância vigilante do olhar do outro, sinaliza a dificuldade de auto-

afirmação de Luís da Silva. O olhar incômodo do gato estaria associado ao regime disciplinar a que o menino fora submetido na infância, o qual deixou marcas no sujeito adulto, misantropo, incapaz de se impor perante o outro: “Diante dele [Julião Tavares] eu me sentia estúpido. Sorria, esfregava as mãos com esta covardia que a vida áspera me deu e não encontrava nenhuma palavra para dizer.” (RAMOS, 2009, p. 59) Cometer um ato de transgressão, retirar o dinheiro da empregada, diante do olhar vigilante do gato, seria ter um comportamento livre que fora tolhido no passado da infância, e na sua vida adulta, por meio da submissão às ordens do sargento, e a subserviência ao chefe no ambiente de trabalho. O olhar do gato, por exemplo, no que se refere à infância, remete ao olhar vigilante e recriminador de Padre Inácio, o qual impressionara o menino Luís da Silva: “Era impossível saber onde se fixava o olho de padre Inácio, duro, de vidro, imóvel na órbita escura.” (RAMOS, 2009, p. 22) Desenterrar as moedas seria um ato de transgressão da norma, afirmação da liberdade no seu sentido externo, porém, Luís da Silva se deparará com o sentido existencial da liberdade, a liberdade de escolha, que se torna conflitante diante dos olhos vigilantes do gato.

– Nenhuma ação indigna. Nenhuma ação indigna. Continuei a aprofundar a cova com as unhas, como um gato. (...) Chegaria a tempo de alcançar o segundo ato? Agora não sentia vergonha: indignava-me por causa da hesitação que tinha consumido uma eternidade. Um homem livre, sem dúvida. O que me incomodava era o gato. Se não fosse o receio de fazer barulho, atiraria um punhado de torrões no animal. (RAMOS, 2009, p. 154)

Na citação acima, é possível perceber que Luís da Silva faz uma avaliação de cunho moral do ato a ser cometido, buscando, diante da transgressão da norma – o roubo das moedas da empregada –, isentar-se de qualquer sentimento de culpa, de responsabilidade pelo ato a ser cometido, daí a afirmação repetida para si mesmo: “nenhuma ação indigna”. A escolha por desenterrar as moedas não depende da moral, de valores correntes na sociedade, mas sim da auto-certificação daqueles, sendo, portanto, aquilo que se escolhe algo que decorre apenas da liberdade do indivíduo, da sua atribuição de sentido positivo ao escolhido, não encontrando amparo a nada exterior a ele. Sendo assim, considerar a ação de desenterrar as moedas da empregada como um ato que não seja indigno, não vergonhoso, dependeria apenas dele, da sua

atribuição de sentido ao referido ato. Momentaneamente, durante o ato de cavar, afasta-se o estado mental de auto-alienação, isto é, Luís da Silva deixa de se avaliar pela perspectiva do outro, deixa de se ver como ele imagina que o outro o vê, ocasionando com isso um efêmero sentimento de liberdade. Porém, o sentimento de culpa, de vergonha, por ter pegado as parcas economias da empregada, já começa a ser engendrado durante o ato de cavar, sinalizado pela presença incômoda do olhar do gato, acentuando-se diante da presença de Vitória, da constatação do estado de perturbação desta: “Tinha vergonha de chamá-la, temia que ela me pregasse os olhos brancos e cansados, cheios de aflição.” (RAMOS, 2009, 156) Como afirma o protagonista, há uma hesitação em cometer o ato, na qual está implicada a angústia da escolha, porém, iniciada a atividade de cavar a terra, um breve sentimento de liberdade o arrebatava, sentimento este que só voltará a aparecer, também durante um breve momento, após o assassinato de Julião Tavares. Se agora o olhar vigilante do gato, durante a escavação, perturba o breve sentimento de liberdade, após o assassinato do rival, a lembrança do mendigo seu Ivo, imagem do dominado, como veremos, de forma mais atenta, terá o mesmo efeito. A caminho do teatro, a consciência da posse das moedas produz um súbito mal estar que põe fim a este breve sentimento de liberdade – o qual já fora perturbado pela presença do gato –, tal como mostra a citação a seguir.

Pus-me a andar lentamente, a pressa havia desaparecido. Atônito, o lenço com as pratas na mão esquerda, as duas libras na direita, avizinhei-me da praça. Tinha repugnância de meter as moedas no bolso. Olhei os dedos com atenção, cheirei-os. Fedor de azinhavre, terras nas unhas. Porcaria. Esfreguei as mãos no lenço molhado. Era necessário livrar-me do dinheiro. Pensei em voltar, afrontar de novo os olhos do gato. (RAMOS, 2009, p. 155)

Se o dinheiro, por possibilitar a entrada no teatro, durante a ação de cavar a terra, significava a possibilidade de tornar-se livre, já que permitindo o acesso ao lugar simbólico do dominante, agora, com ele nas mãos, e diante da iminência de entrar no referido ressinto, aquele produz um súbito mal estar. Se entrar no teatro significaria afirmar a liberdade no seu sentido externo, a posse do dinheiro sinaliza o sentido existencial da liberdade, a responsabilidade da escolha, o sentimento de culpa pelo roubo das moedas da empregada. A culpa pelo roubo das moedas aponta para a dificuldade de auto-afirmação, para a idéia de abandono, de gratuidade da existência,

o que explica o mal estar súbito, a náusea, a “repugnância” às moedas, ao “fedor de alho” presente nos dedos. Entrar no teatro se colocaria como a busca do autoconhecimento enquanto ser livre, a busca, no mundo, por meio da livre escolha, desse sentido que não lhe é imanente, o que Luís da Silva não consegue. Devolver o dinheiro para o seu lugar de origem, o pé da mangueira, onde ele fora enterrado pela empregada, se mostra impossível, visto que Luís da Silva não conseguiria afrontar os olhos do gato, no momento em que seu caráter anti-existencialista fora ressaltado pela fracassada tentativa de entrar no teatro. Daí o único autoconhecimento a que ele se alça, com as suas referidas inações – não entrar no teatro, e não afrontar os olhos do gato –, se colocar como falta, como negatividade, uma extrema dificuldade de autoafirmação perante o mundo.

Outro aspecto do romance que aponta para o caráter anti-existencialista do protagonista se refere ao expressionismo da narrativa, em que a realidade exterior se torna reflexo dos seus afetos latentes e aparentes. Agora, cabe verificar como na percepção subjetivista da realidade à sua volta está implicada a dificuldade de autoafirmação, a crise existencial. A respeito desta subjetivação da realidade exterior, em que a mesma se torna reflexo da desagregação interior, anteparo sobre o qual se projetam as alucinações do personagem, se refere Alfredo Bosi.

Estamos no limite entre o romance de tensão crítica e o romance intimista. De um lado a brutalidade da linguagem que degrada os objetos do cotidiano, avilta o rosto contemplado e cria uma atmosfera de mau-humor e de pesadelo; de outro, a auto-análise, a “parada” que significa o esforço de compreender e de dizer a própria consciência. E tudo parece preparar o longo monólogo final que abraça um sem-número de imagens de um mundo hostil e as aquece com a febre que a recusa absoluta produziu na alma do narrador. (BOSI, 1976, p. 453)

Como afirma o crítico, em seu livro intitulado **História Concisa da Literatura Brasileira**, a linguagem “degrada os objetos do cotidiano”, reflexo do próprio sentimento de degradação que o personagem possui em relação a si mesmo. Luís da Silva se vê como um “molambo”, que a cidade “puiu demais” e “sujou”, daí a sua descrição da realidade ser carregada de seus afetos negativos, em tom expressionista. Em se tratando de uma narrativa em primeira pessoa, de um personagem escritor, que decide escrever um livro após o assassinato do rival, podemos afirmar que tudo seria narrado e descrito a partir da sua consciência perturbada, quando a realidade externa

se transforma em reflexo da realidade interior, marcada por traumas vivenciados na infância, tanto os traumas conscientes – a opressão do pai, que o obriga ao nado forçado, e da escola, na qual recebe castigos físicos –, como os traumas inconscientes, referentes à fase edipiana. Desta forma, na linguagem está implicado um fator subjetivo, a escolha de palavras pelo personagem escritor, influenciada por esse estado interior, pelos afetos latentes – o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai –, e aparentes, daí, por exemplo, a imagem da corda, e seus correlatos, tais como cano, arame e cobra, presentes no texto. A imagem da corda, no conteúdo aparente do texto, pela idéia de asfixia, de afogamento, aponta para os traumas conscientes, dentre os quais, a referida cena do nado forçado na infância, já em termos de conteúdo latente, se transformaria em símbolo fálico, referente à não superação da rivalidade edipiana na infância. A corda, por significar cerceamento da liberdade – instrumento este usado para amarrar os criminosos que a polícia capturava, e que o menino Luís da Silva via serem conduzidos para a vila onde morava –, sugere a prisão interior em que vive o personagem, imerso no sentimento de opressão, de inferioridade, diante do outro, assumindo uma existência misantropa.

Desta forma, o sentimento de cerceamento da liberdade estaria implicado na percepção fenomênica da realidade por parte de Luís da Silva. Na citação a seguir, podemos verificar como a perda de consistência da realidade se transforma em reflexo do caráter anti-existencialista do protagonista – o qual nega o sentido existencial da liberdade (a absoluta liberdade de escolha) –, pois ao sugerir a Idéia de vertigem, de náusea, aponta para o absurdo da existência, para a idéia de abandono.

Os caibros faziam voltas, as telhas se equilibravam por milagre. Algumas dobras daquelas coisas brancas e moles desciam, aproximavam-se da minha boca, davam-me náuseas. (...) Virava-me para o espelho. Por detrás das letras brancas, rostos medonhos arreganhavam os dentes e piscavam os olhos. As letras torciam-se, os caibros torciam-se, baixavam, brancos, moles, como cobras descascadas. (RAMOS, 2009, p. 279)

Como se vê, os caibros perdem a sua rigidez, transformando-se em “coisas brancas e moles”, cor e textura que remetem à imagem do duplo, diante do qual Luís da Silva se sente inferior, oprimido. A cor branca do rival, da mesma forma que a sua “carne gorda”, mole, que Luís da Silva chega a sentir ao tocar o teclado da máquina de escrever, reaparecem no momento alucinatório do final do romance, aludindo à

imagem do duplo. Os caibros perdem a consistência, assumindo a flexibilidade de cordas, ou de cobras, brancos, sugerindo, portanto, a relação entre o duplo, Julião Tavares (cuja tonalidade da pele é branca), e a idéia de cerceamento de liberdade. O duplo, por ser interno à consciência, ao estar associado à idéia de opressão, aponta para a causa interna desta, como também daquele, isto é, a dificuldade de auto-afirmação.

A recordação do avô enforcado pela cascavel, já em fase de decadência econômica, simboliza o fim da sociedade patriarcal, cujo patriarca exercia a liberdade ilimitada: “As cascavéis torciam-se por ali. Uma delas enroscou-se no pescoço de Trajano, que dormia no banco do alpendre. Trajano acordou, mas não acordou inteiramente, porque estava caduco.” (RAMOS, 2009, p. 176). A decadência do avô, do dominante autêntico, superior ao dominante degradado, inautêntico (o duplo), rememorada por Luís da Silva, alude à existência citadina, subalterna, misantrópica, deste último. Seguindo o rival, no escuro, momentos antes do assassinato, assim se refere o protagonista, em relação à sua gravata: “A gravata enrolava-se como uma corda sobre a camisa rasgada e suja (...)” (RAMOS, 2009, p. 226). A gravata, correlato de corda, ao sugerir vingança contra o duplo opressor, aponta para o sentimento de impotência de Luís da Silva diante do mundo de que faz parte, sua dificuldade de atingir o auto-conhecimento enquanto ser livre. A idéia de opressão, associada ao significante corda é reforçada, no decorrer da narrativa, no final desta, pela prisão, pela imagem das quatro paredes: “Quatro paredes. As quatro paredes da repartição esmagavam-me.” (RAMOS, 2009, p. 280). Na cena final do romance, Luís da Silva se encontra deitado na cama de seu quarto, cujas quatro paredes o remetem às quatro paredes da repartição, ambiente de trabalho no qual ele se sentia oprimido. Portanto, na referida cena, o caráter anti-existencialista de Luís da Silva se exprime pelo sentimento de aprisionamento entre quatro paredes.

Outro aspecto da narrativa que aponta para o caráter anti-existencialista do protagonista é a cena clássica, típica de romances de tonalidade existencialista, em que o personagem reflete sobre a sua existência diante do espelho, em busca de uma identidade, ou das justificativas pelos descaminhos tomados na vida, tal como podemos verificar com a seguinte citação:

Eu não podia temer a opinião pública. E talvez temesse. Com certeza temia tudo isso. Era um medo antigo, medo que estava no sangue e me esfriava os dedos trêmulos e suados. A corda áspera ia-se amaciando por causa do suor das minhas mãos. E as mãos tremiam. O chicote do feitor num avô negro, há duzentos anos, a emboscada dos brancos a outro avô, caboclo, em tempo mais remoto...Estudava-me ao espelho, via, por entre as linhas dos anúncios, os beijos franzidos, os dentes acavalados, os olhos sem brilho, a testa enrugada. Procurava o vestígio das duas raças infelizes. Foram elas que me tornaram a vida amarga e me fizeram rolar por este mundo, faminto, esmolambado e cheio de sonhos. (RAMOS, 2009, p. 194)

Na passagem acima, Luís da Silva, antes mesmo de matar Julião Tavares, conjectura sobre o que a opinião pública poderia pensar a seu respeito, considerando a possibilidade de sentir medo em relação àquela, medo este que ele, hereditariamente, de forma determinista, atribui a uma possível origem escrava, ou indígena, e não a si mesmo, às suas idiossincrasias. Ao afirmar que o medo estaria no sangue, Luís da Silva, para usar a expressão sartreana, estaria agindo de má-fé, uma vez que estaria negando a ontológica liberdade humana, em prol de um determinismo biológico, racial, como também histórico. Nesse sentido, ao atribuir o seu medo a uma possível origem escrava, ou indígena, vendo nelas, portanto, a causa externa da sua dificuldade de impor-se perante o outro – mesmo que seja por meio de um ato impróprio, o assassinato –, ele estaria escamoteando seu caráter anti-existencialista. A negação da sua ontológica liberdade, a sua liberdade de escolha, se daria por meio de uma visão de má-fé, ponto de vista determinista, daí o personagem atribuir ao exterior, a uma possível origem escrava, ou indígena, ao estigma do dominado, o seu medo de se impor sobre o outro, e não a si mesmo, à sua dificuldade de auto-afirmação.

A vingança como demanda imprópria do sentimento de liberdade: a vã tentativa do herói de escamotear a dificuldade de auto-afirmação

O levante dos escravos na moral começa quando o ressentimento mesmo se torna criador e pare valores: o ressentimento de seres tais, aos quais está vedada a reação propriamente dita, o ato, e que somente por uma vingança imaginária ficam quites. Enquanto toda moral nobre brota de um triunfante dizer-sim a si próprio, a moral de escravos diz não, logo de início, a um “fora”, a um “outro”, a um “não-mesmo”.

(Friedrich Nietzsche)

No capítulo anterior, verificamos que Luís da Silva, dado caráter anti-existencialista, não se engaja na busca de um sentido para a vida – o sentimento de liberdade – no mundo de que faz parte, o que explicaria a sua misantropia, o seu sentimento de opressão, de cerceamento da liberdade, principalmente diante do duplo, Julião Tavares. A culpa por não realizar a demanda de sentimento de liberdade será deslocada de si para o exterior, por meio da projeção do duplo sobre Julião Tavares, o qual, aos olhos de Luís da Silva, aparecerá como a imagem do dominante degradado, distinto do dominante autêntico, o seu avô, o velho Trajano. Escamotear a causa interna dos sentimentos de opressão e inferioridade, portanto, implica buscar uma causa externa para eles, no caso, Julião Tavares, daí a atitude de vingança surgir como a atitude típica do dominado diante do dominante degradado. No plano aparente da análise, o assassinato se explicaria pelo traço ideológico da personalidade de Luís da Silva, que denominaremos dialética do senhor e do escravo, cuja função seria escamotear o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação, uma vez que esta estaria ligada a uma dimensão latente, ainda mais angustiante, referente à não superada rivalidade edipiana. Nesse sentido, Luís da Silva, ao ver-se como dominado, escamotearia o traço psicológico, a dificuldade de auto-afirmação e, ao fazê-lo, manteria em estado de latência os afetos que tendem vir à tona, principalmente após a traição de Marina, a saber: o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. A mentalidade do dominado, daquele que se vê oprimido e inferior em relação ao dominante, teria origem na sociedade patriarcal, na qual o menino Luís da Silva vivera, onde ser livre não significava liberdade de escolha, auto-certificação de valores, portanto, auto-afirmação, mas sim prática da violência

naturalizada, seja como dominação, tal como se dava com os senhores de terras, seja como rebeldia, da parte dos dominados que se transformavam em foras da lei, a exemplo, os cangaceiros, Lampião, referido por Graciliano Ramos em **Viventes das Alagoas**.

Do ponto de vista conjuntural, a atitude de vingança enquanto prática da violência naturalizada, exercício da liberdade ilimitada, mostra-se anacrônica, visto que Luís da Silva vive no meio urbano, num contexto sócio-histórico de prevalência da sociedade de direito, da lei, diferentemente da rústica sociedade patriarcal do passado, em que ele, menino, vivera. Tendo-se em vista o caráter anti-existencialista do herói, a dificuldade de alçar-se ao auto-conhecimento enquanto ser livre, por meio de engajamento existencial, Luís da Silva irá buscar, em vão, o sentimento de liberdade no mundo exterior, por meio da vingança contra o duplo, o assassinato de Julião Tavares. Desta forma, a ação central do romance, o assassinato de Julião Tavares, terá dupla determinação, no plano aparente, pela idéia de vingança e, no plano latente, referente à não superada rivalidade edipiana, o medo da castração simbólica. Se em capítulos anteriores analisamos, respectivamente, o traço ideológico da personalidade de Luís da Silva, a mentalidade do dominado, o ser vingativo, e o caráter anti-existencialista, com dificuldade de auto-afirmação, agora nos cabe verificar como o assassinato é motivado pela visão de má-fé, pela não aceitação da responsabilidade pelas maneiras de ser e sentir no mundo. Isso se daria pela atribuição dos sentimentos de opressão e de inferioridade – que conduzem Luís da Silva à misantropia – ao exterior, e não a si mesmo, daí a atitude de vingança, tomada à luz da mentalidade do dominado, do impotente. Portanto, a idéia de vingança desloca a causa interna dos sentimentos de inferioridade e opressão – decorrentes do indivíduo, da sua dificuldade de auto-afirmação – para uma possível causa externa, instituída pela visão de má-fé, no caso, o duplo, Julião Tavares. O propósito será o de analisar episódios que antecedem o assassinato, relacionados diretamente com ele, tal como o breve relacionamento com Marina, ou mesmo indiretamente, tal como o roubo das moedas da empregada. A traição de Marina em relação a Luís da Silva apresentaria duplo sentido, ambos determinantes para a efetivação do assassinato: no plano aparente, a vingança daquele que se vê como inferior diante do superior, o dominante degradado, que lhe rouba a mulher, para abandoná-la logo depois de saciado o seu desejo; no

plano latente, o afeto referente à não superada rivalidade edipiana, o medo da castração simbólica, o desejo da morte do pai pelo roubo da atenção da mãe.

A idéia de vingança, motivo aparente do assassinato, seria estranha à moral do senhor, o paradigma do dominante autêntico, tal como o velho Trajano, como também às figuras de fora da lei, tal como o amigo José Baía. Tanto o avô, a imagem do patriarca, nos seus tempos áureos, como as figuras de cangaceiros, agiam de tal forma a afirmar a sua liberdade ilimitada, seja a liberdade do dominante, que exerce sobre o outro a sua vontade despótica, que subjuga os mais fracos, seja a liberdade do dominado que se torna rebelde, como forma de sobrevivência, transgredindo as leis e os costumes, a exemplo, Lampião. A vingança seria a atitude típica do dominado que não consegue se rebelar, ressentido contra a sua condição de oprimido, de impotente, daquele que, segundo Nietzsche, segue a moral do escravo, o ser reativo. A vingança, portanto, seria o reconhecimento da impotência diante do outro, visto como opressor, e não como afirmação da liberdade. O avô e as figuras de criminosos praticam a violência naturalizada para afirmar a sua plenitude, sua superioridade, a sua liberdade, já Luís da Silva por ressentimento, pela frustração em não conseguir se sentir livre, culpando o mundo por seu sentimento de opressão e inferioridade. Cabe frisar que o sentimento de vingança, que Luís da Silva nutre pelo duplo, principalmente após a traição de Marina, quando esta engravida do rival, e é abandonada por este, destoa da superioridade que o protagonista vê na figura do avô, como também nas figuras de criminosos, praticantes da violência naturalizada como expressão de liberdade, e não como ressentimento, em suma, vingança. O ódio de Luís da Silva irá incidir sobre a nova classe dominante, sobre os dominantes inautênticos, pautados pelo valor degradado do dinheiro, cujo representante é Julião Tavares. Essa nova classe dominante, degradada, inautêntica, detentora do poder político e econômico, na visão do protagonista, teria usurpado o lugar que lhe seria de direito, o lugar de dominante, uma vez que teria sucedido a aristocracia rural, da qual ele se origina, visto que neto do velho Trajano, dominante autêntico. Desta forma, Luís da Silva vê como negativa a passagem do mundo rural da rústica aristocracia nordestina para a sua anônima existência citadina, marcada pela submissão ao regime de trabalho capitalista, ocupando, na sua visão, de fato, a posição de dominado, subordinado, ainda que, de direito, dada origem aristocrática, seja dominante. A atitude de vingança, o assassinato, a priori,

seria a tentativa de afirmação da liberdade – por parte daquele que se sente dominado –, no seu sentido anacrônico, a liberdade enquanto subjugação do outro, extermínio do duplo, porém, a posteriori, se mostrará como ato de fraqueza, ressaltando a imanência do duplo à consciência, ressaltando, portanto, a dificuldade de auto-afirmação, causa verdadeira dos sentimentos de inferioridade e de opressão. O caráter anti-existencialista do herói, a dificuldade de alçar-se ao auto-conhecimento enquanto ser livre, detentor do sentimento de liberdade, por meio de suas escolhas, seus projetos existenciais, faz com que Luís da Silva busque no passado o sentido anacrônico da liberdade, daí o culto à figura do avô, certa nostalgia da rústica sociedade patriarcal, superada pela revolução de 30.

Volto a ser criança, revejo a figura do meu avô, Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva, que alcancei velhíssimo. Os negócios na fazenda andavam mal. E meu pai, reduzido a Camilo Pereira da Silva, ficava dias inteiros manzanzando numa rede armada nos esteios do copiar (...) Dez ou doze reses, arrepiadas no carrapato e na varejeira, envergavam o espinhaço e comiam o mandacaru que Amaro Vaqueiro cortava nos cestos. O cupim devorava os mourões do curral e as linhas da casa. No chiqueiro alguns bichos bodejavam. Um carro de bois apodrecia debaixo das catingueiras sem folhas. (RAMOS, 2009, p. 13)

O menino Luís da Silva acompanha a decadência não só da família, como também daquilo que o avô, o velho Trajano, representava, as arcaicas relações de poder, fundadas em relações de dependência e de dominação (escavidão). Nessas arcaicas relações de poder, podemos afirmar que estaria implicado o valor da hierarquia, formas de sociabilidade marcadas por relações verticais, dicotômicas, tais como: senhor e escravo, fazendeiro e dependente (agregado), patriarca e esposa. Esses pares de relação se fundam no valor da hierarquia, em que o primeiro elemento do par tem a primazia sobre o segundo, valor este que Luís da Silva cultua, embora se veja como inferior, dominado, porém, aspirando à condição de dominante, de superior. À luz deste valor anacrônico da hierarquia Luís da Silva irá interpretar a sua relação com o outro em sociedade, por exemplo, a relação entre patrão e empregado, como também a relação entre ele e o seu duplo, Julião Tavares. O valor da hierarquia seria preferido em detrimento do valor da igualdade, pois neste último estaria implicada uma relação de estatuto intersubjetivo, em que uma individualidade reconhece a outra individualidade, o que para Luís da Silva seria difícil, dada

dificuldade de auto-afirmação. Se é difícil para Luís da Silva se reconhecer como sujeito, por meio de suas escolhas livres, por meio da auto-certificação de valores, não haveria possibilidade de reconhecer o outro também enquanto sujeito, numa relação de intersubjetividade. Se pensarmos na filosofia da relação, tal como definida pelo filósofo Martin Buber, não há um eu em si, pois ele se constitui na relação com o outro, com um tu, portanto, por meio de uma relação de intersubjetividade, de igualdade, em que ambos se auto-afirmam, na relação, reciprocamente, um diante do outro, como sujeitos: “O Eu se realiza na relação com o Tu; é tomando Eu que digo Tu.” (BUBER, 2006, p. 59) Na relação de dominação, de estatuto objetivante, o outro é reduzido a objeto, destituído da sua liberdade, padrão este que segue Luís da Silva, a dialética do senhor e do escravo, do dominante e do dominado, daí o culto ao avô, o velho Trajano, o qual exercia a sua vontade despótica, sua liberdade ilimitada, sobre todos, mulher, escravos, dependentes, até mesmo sobre o juiz. Desta forma, é mais confortável para Luís da Silva o sentido anacrônico da liberdade, o exercício da liberdade ilimitada sobre o outro, ao contrário do seu sentido existencial, a liberdade enquanto liberdade de escolha, visto que esta pressuporia auto-afirmação, auto-certificação de valores diante de outra subjetividade, de outro indivíduo, por meio da defesa de ideais, de pontos de vistas, da realização de projetos de vida. A atitude de vingança, a priori, se mostrará como a tentativa de afirmar esse sentido anacrônico da liberdade, em vão, pois o assassinato ressaltará a sua impotência diante do mundo, devido a um fator de ordem subjetiva, seu caráter anti-existencialista.

Sendo assim, Luís da Silva atribui a sua existência subalterna, misantropa, imersa no sentimento de inferioridade diante do Outro, do duplo, a um fator de ordem objetiva, a transição da rústica sociedade aristocrática nordestina, a sociedade patriarcal, para as formas de vida urbana. A posição inferior que o adulto Luís da Silva se vê ocupando no mundo citadino de que faz parte é vista sob a ótica dessa transição, ou seja, aquele que era predestinado a ser dominante, dada origem aristocrática, se torna dominado, inferior, tendo uma existência anônima na cidade, o que está representado pela redução do nome do pai a Camilo Pereira da Silva e, finalmente para o dele, Luís da Silva, visto que o nome do avô, aristocrata, era Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva. Na redução do nome estaria representado o fim da importância da estirpe, da linhagem de sangue, do nome, importante para o

aristocrata, porém, sem significado para o burguês, para o mundo marcado pelas formas capitalistas de produção, onde o valor principal é o valor degradado do dinheiro. Na citação a seguir, a nova classe dominante, constituída de comerciantes, burocratas, políticos etc., aparece associada a Julião Tavares, numa cena alucinatória.

Não consigo escrever. Dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições, as duas colunas mal impressas, caixilho, dr. Gouveia, Moisés, homem da Luz, negociantes, políticos, diretor e secretário, tudo se move na minha cabeça, como um bando de vermes, em cima de uma coisa amarela, gorda e mole que é, reparando-se bem, a cara balofa de Julião Tavares. (RAMOS, 2009, p. 9)

A imagem alucinatória do duplo, que se mostra imanente à consciência, após o assassinato de Julião Tavares, condensaria em si indivíduos pertencentes a uma classe dominante que Luís da Silva considera degradada. À exceção do amigo Moisés, cuja fraqueza de idéias revolucionárias não consegue contrapor-se a esta nova classe dominante degradada, os outros personagens relatados na cena acima são representantes desta, dentre os quais, Julião Tavares, espécie de alegoria daquela. A idéia de vingança de Luís da Silva, formulada por parte daquele que se sente oprimido e inferior, é dirigida essa nova classe dominante, que ele considera degradada, inautêntica, pois ele admira a aristocracia rural nordestina, da qual o avô, o velho Trajano, fora representante no passado. Ele admira a liberdade característica desta rústica sociedade nordestina, marcada pela anomia, pela violência naturalizada, pois se sente oprimido e inferior na sua existência citadina. Sentimentos de opressão e inferioridade que ele não atribui a si, ao seu caráter anti-existencialista, mas sim ao mundo exterior, ao trabalho, e mesmo às outras pessoas em sociedade com quem é obrigado a conviver, seja nos momentos de lazer, seja na sua vida cotidiana.

Os ouvidos são para ele [Moisés], os olhos para as figuras habituais do café. Os olhos estão quase invisíveis por baixo da aba do chapéu, e uma folha da porta oculta-me o corpo. Uma criaturinha insignificante, um percebejo social, acanhado, encolhido para não ser empurrado pelos que entram e pelos que saem. Perto um capitalista fala muito alto, e os cotovelos sobre o mármore dão-lhe na sala estreita espaço excessivo. (RAMOS, 2009, p. 29)

A atitude de ocultar o olhar por debaixo da aba do chapéu, e de se esconder por detrás da folha da porta, indica que, para o protagonista, a ameaça viria de fora, os sentimentos de opressão e de inferioridade teriam uma causa externa, e não interna,

isto é, a dificuldade de auto-afirmação. As pessoas que se encontram no café, representantes da nova classe dominante, capitalistas, políticos, juristas, paradoxalmente produzem curiosidade, interesse, e medo em Luís da Silva. Interesse visto que ele gostaria de ser como elas, ocupar a posição de dominante degradado, e medo porque, dada sua condição sócio-econômica, reles funcionário público e articulista de jornal, ele se considera um “percevejo social”, alguém sem grande importância, inferior, enfim, um dominado. Os sentimentos de inferioridade e de opressão são escamoteados na sua causa subjetiva, adquirindo, aos olhos do protagonista uma causa de ordem objetiva, posta na realidade exterior, no caso, a presença do outro.

Essa nova classe dominante, ao destituir-lhe o lugar de direito, o lugar de dominante, apresentaria um valor que Luís da Silva considera degradado, o valor do dinheiro, visto que ele não possui este, na sua condição de funcionário público, e articulista de um jornal. O ódio de Luís da Silva se voltará contra aqueles que possuem este valor degradado, diverso do valor que ele considera autêntico, típico da ultrapassada sociedade patriarcal, a coragem, a prática da violência naturalizada, o que, de certa forma, explica a afirmação do protagonista, na citação acima: “Dinheiro e propriedades, que me dão sempre desejos violentos de mortandade e outras destruições (...)” O que desagrade Luís da Silva, propriamente, não é o novo estilo de vida da nova classe que sucedeu a aristocracia rural nordestina no poder, mas sim o fato dele, nesta nova estrutura de poder, ocupar uma posição marginal, uma vez que não possui dinheiro, embora deseje tê-lo, para ocupar uma posição central, daí a repetição de um número de loteria, ao longo do romance. A transição para o estilo de vida citadino, onde o valor do dinheiro é o novo fundamento da liberdade, já que possibilita corromper até a justiça, e não mais o valor da coragem, da prática da violência naturalizada, faz com que Luís da Silva se sinta dominado, cerceado em seu demandado sentimento de liberdade, cerceamento este que ele atribui ao exterior, e não a si mesmo: “Não sou o que era naquele tempo. Falta-me tranqüilidade, falta-me inocência, estou feito um molambo que a cidade puiu demais e sujou.” (RAMOS, 2009, p. 24) Desta forma, a idéia de vingança contra Julião Tavares, representante do mundo degradado que Luís da Silva odeia, caracterizado pelo regime disciplinar do trabalho, decorre do protagonista atribuir àquele os sentimentos de opressão e inferioridade. O

seu sentimento de degradação, a passagem de uma existência livre, no passado, como andarilho, ao estado de opressão decorre da consciência de Luís da Silva estar inserido no sistema capitalista, na vida urbana, porém, não como dominante degradado, mas sim como subalterno, trabalhador, submetido às ordens do chefe, alguém que, ao contrário de lutar contra este referido sistema, o reproduz. Luís da Silva, por exemplo, trabalha num jornal, admitindo que escreve artigos por conveniência, defendendo pessoas, quando na verdade a atitude justa seria atacá-las, denunciá-las.

Trabalho num jornal. À noite dou um salto por lá, escrevo umas linhas. Os chefes políticos do interior brigam demais. Procuram-me, explicam os acontecimentos locais, e faço diatribes medonhas que, assinadas por eles, vão para a matéria paga. Ganho pela redação e ganho uns tantos por cento pela publicação. Arrumo desaforos em quantidade, e para redigi-los necessito longas explicações, porque os matutos são confusos, e acontece-me defender sujeitos que deveriam ser atacados. Além disso recebo de casas editoras de segunda ordem traduções feitas à pressa, livros idiotas, desses que Marina aprecia. Passo uma vista nisso, alinhavo notas ligeiras e vendo os volumes no sebo. Alguns rapazes vêm consultar-me: – Fulano é bom escritor, Luís? Quando não conheço Fulano, respondo sempre: – É uma besta. (RAMOS, 2009, pp. 54-55.)

Diante do duplo, fora do seu pequeno círculo de amigos, da sua existência misantropa, a consciência de que ele é um elemento insignificante na engrenagem do sistema capitalista se torna mais aguda. Impossibilitado de assumir a posição de dominante, no caso, de dominante degradado, de político, jurista, ou mesmo comerciante, Luís da Silva se verá como dominado, seguindo a moral do escravo, quando então o sentimento de vingança começará a ser engendrado, ficando mais definido quando da perda de Marina para o rival, Julião Tavares e, finalmente, quando aquela é abandonada grávida por este último. Ser dominante, na sociedade patriarcal, tal como o avô, significava ter a sua disposição, pela força, pela imposição da vontade despótica, qualquer mulher, tratando-a como mero objeto de desejo, destituindo-a, portanto, de contornos subjetivos. Por se considerar dominado, inferior ao dominante degradado, do ponto de vista financeiro, Luís da Silva atribui a isso a perda de Marina: “Se eu não tivesse cataratas no entendimento, teria percebido logo que ela estava com a cabeça virada. Virada para um sujeito que podia pagar-lhe camisas de seda, meias de seda.” (RAMOS, 2009, p. 104)

Tendo-se em vista a mentalidade do dominado, do inferior, o assassinato surgiria como a vã tentativa de afirmar o sentimento de liberdade, por meio da

vingança, a qual se dará não apenas em nome próprio, como também em nome de Marina abandonada grávida por Julião Tavares, visto que aquela acaba se tornando digna de compaixão por parte do protagonista: “Estava feia. Bem. Estava feia demais, amarela, torcendo-se (...) Onde andavam os vestidos caros, as tintas, os tremeliques e os modos insolentes que escandalizavam d. Rosália?” (RAMOS, 2009, p. 158) A princípio, após a traição, a idéia de vingança também é dirigida contra Marina, sendo que o método seria o aforamento, associado ao sempre ao sentimento de cerceamento da liberdade, de opressão, de que o menino Luís da Silva fora vítima na infância, transformando-se em traço psicológico da personalidade na vida adulta, portanto, em dificuldade de auto-afirmação: “Se eu pudesse fazer o mesmo com Marina, afogá-la devagar, trazendo-a para a superfície quando ela estivesse perdendo o fôlego, prolongar o suplício um dia inteiro ...” (RAMOS, 2009, p. 18) Uma passagem do romance que atenua, ou mesmo dirime, a inicial idéia de vingança para com Marina, é a cena da trombada de Luís da Silva, na calçada, contra a mulher grávida. A visão da mulher grávida, puxando uma criança pela mão, sob uma perspectiva social, alude aos marginalizados da sociedade, à vida das mulheres do subúrbio, potenciais vítimas de um Julião Tavares qualquer, tal como fora Marina: “uma criatura dissipou as fumaças mesquinhas de vingança, uma figura que apareceu numa esquina e logo se sumiu, mas que me ficou profundamente gravada na cabeça. Como certos acontecimentos insignificantes tomam vulto, perturbam a gente!” (RAMOS, 2009, p. 158) A trombada com a mulher grávida não apenas vem dirimir o desejo de vingança de Luís para com Marina – que se torna digna de compaixão, uma vítima, que reproduzirá, aos olhos do protagonista, o ciclo da dominação, ao parir outro ser predestinado à marginalização social –, como também vai acentuar o ódio daquele em relação a Julião Tavares. O encontro com a mulher grávida tira Luís da Silva do seu estado de alienação em relação ao mundo exterior, do seu estado de reflexão, para confrontar-se com os problemas sociais inerentes à sociedade de que faz parte, com a miséria e a dor dos oprimidos.

O olho descoberto, os beijos contraídos, as rugas da cara, exprimiam espanto, raiva e dor. Encostei-me à parede, deixei-a passar. (...) a banda do rosto crispada, o olho disponível voltado para mim com um brilho de ódio. (...) A saia, esticada na frente, levantava-se exibindo pernas sujas e inchadas. Os pés, sujos e inchados, cresciam demais nos sapatos cheios de buracos.

Com uma das mãos segurava o braço de uma criança magra e pálida (...) Era o tipo de mulher de subúrbio mesquinho, que varre a casa, lava as panelas e prega os botões com as dores do parto, pare sozinha e se levanta três dias depois, vai tratar da vida. Vida infeliz, vida porca. O homem para um lado, ela para outro, arrastando a filha pequena. (RAMOS, 2009, pp. 160 – 161.)

Portanto, a imagem da mulher grávida simboliza a predestinação ao sofrimento das mulheres de periferia, a tal ponto de Luís da Silva ver nela o futuro de Marina: “Nessa parte visível, endurecida pelo sofrimento, pouco a pouco se esboçaram as feições de Marina. Os cabelos, que a mulher tinha grisalhos, tornavam-se louros. A bochecha era pintada (...)” (RAMOS, 2009, p. 162) É como se o vigor, a espontaneidade, a atitude de afrontar o outro – traços que caracterizam autoafirmação, associados à juventude de Marina, os quais Luís da Silva admira nesta, pois ele não os possui, dada existência submissa, misantropa –, fatalmente estivessem fadados ao desaparecimentos, pois o seu destino seria engravidar, em condições precárias de vida, reproduzindo o ciclo de marginalização, com o nascimento de um outro Luís da Silva, ou de uma outra Marina. Portanto, Marina se transformaria em exemplo de mulheres pobres usadas, dominadas por elementos da nova classe dominante degradada, submetida aos caprichos dos que tem dinheiro, e por isso podem ver-se livres dos braços da justiça, daí a vingança engendrada contra Julião Tavares: “Eu fervia de raiva. Se tivesse encontrado Julião Tavares naquele dia [dia da trombada com a mulher grávida na rua], um de nós teria ficado estirado na rua.” (RAMOS, 2009, p. 162) Em outra passagem do romance, Luís da Silva emite suas opiniões a respeito do futuro de Marina, a qual se aproximaria da imagem do dominado, do indivíduo desfibrado, vencido pelas circunstâncias da vida, fatalista, imagem esta que ele faz de si mesmo, à luz do valor anacrônico da hierarquia, com origem na sociedade patriarcal do passado:

Seria para o futuro um trapo como d. Adélia [fatalista, resignada ao mando dos outros, conformada com o sofrimento]: – A senhora tem razão, d. Rosália. É isso mesmo, d. Rosália. Os sapatos vermelhos com verniz rachado e os saltos gastos, roupas ordinárias, as unhas estragadas, a voz esmorecendo numa cantilena de aprovação. – Como as outras. Estúpido, absolutamente estúpido. Furores pedidos. Marina permaneceria de vista baixa, esconder-se-ia como um rato e falaria gemendo, concordando com d. Rosália. (RAMOS, 2009, pp. 227 – 228)

A forma como Luís da Silva descreve a futura Marina é de alguém destituído de personalidade, tal como ele, incapaz de se auto-afirmar diante do outro, assumindo uma postura anti-existencialista perante o mundo. Na descrição da vestimenta de Marina, como também das suas unhas, em estado de desleixo, e a entonação submissa da voz – contraponto com o desleixo que o protagonista atribui a si mesmo, por se achar mal vestido, e com o seu olhar rasteiro – estaria implicado o caráter anti-existencialista daquela, a dificuldade de se auto-afirmar perante o outro, a postura de dominada, de vencida pela vida. Cabe verificar que a mesma imagem do rato, no seu sentido negativo, de existência submissa, imagem esta que Luís da Silva refuta, não querendo se identificar com ela, também é atribuída à Marina, após ser abandonada grávida por Julião Tavares. Marina deixaria de impor-se perante o outro pela sensualidade, e pela capacidade de afrontar a sua opinião, para assumir uma existência submissa, medrosa, furtiva, simbolizada pela imagem do rato, que precisa se esgueirar pelos cantos, vivendo dentro dos buracos, com medo do gato. De acordo com uma visão cíclica da vida, o destino de Marina seria tornar-se igual à sua mãe, D. Adélia, e o responsável, na visão de Luís da Silva, por desencadear este processo de retorno do mesmo, do submisso, vencido pelas circunstâncias da vida, seria Julião Tavares, daí o sentimento de vingança de Luís da Silva para com o seu duplo. Por outro lado, o ciclo se rompe com o aborto de Marina, ou seja, se esta, a pós a gravidez, se aproxima do estereótipo do submisso, do dominado, também atribuído à mãe, o filho daquela, por não nascer, escapará a este estigma: “Inutilizara nas entranhas uma coisa ruim que se atormentaria se vivesse, agüentaria coices por onde andasse: em casa, no quarto de pensão, na rua, no jornal, no quartel, na repartição. Tudo continuaria como anteriormente.” (RAMOS, 2009, p. 214) A seguir, é possível perceber certo tom nostálgico e de aprovação de Luís da Silva em relação à maneira de ser Marina anterior à gravidez, motivo da sua atração por ela, atração esta não revelada quando do seu breve envolvimento com a mesma: “O que me encantava eram aqueles modos de garota estabanada, as palavras soltas à toa, pedaços de cantiga, o gluglu de espuma e a mijada sonora.” (RAMOS, 2009, p. 165)

Embora Luís da Silva se veja distante das classes mais baixas, dos miseráveis, na sua condição de letrado, de funcionário público, ele sente compaixão por elas, visto que também fora mendigo e, em parte, é em nome deste sentimento de compaixão

que o seu ódio por Julião Tavares, alegoria da nova classe dominante degradada, crescerá. Nesse sentido, a compaixão para com Marina alimenta o ódio de Luís da Silva em relação ao duplo, o dominante degradado: “Marina era instrumento e merecia compaixão. D. Adélia era instrumento e merecia compaixão. Julião Tavares também era instrumento, mas não senti pena dele. Senti foi o ódio que sempre me inspirou, agora aumentado.” (RAMOS, 2009, p. 173). Dona Adélia e Marina são instrumentos no interior de uma sociedade iníqua, com graves problemas sociais, uma vez que perpetuam o ciclo da miséria, por terem uma visão fatalista diante das injustiças sociais, assumindo uma postura de dominadas, e por isso são dignas de compaixão, na condição de socialmente marginalizadas. Julião Tavares é instrumento, pois reproduz – enquanto elemento da classe dominante degradada – as injustas relações de poder, em que o valor do dinheiro corrompe o funcionamento das instituições sociais, dentre as quais, a justiça, porém, não merece compaixão, justamente por se colocar na posição de dominante degradado, portanto, de não marginalizado.

Sendo assim, no plano aparente da análise, o assassinato é motivado pelo desejo de vingança – potencializado pelo afeto latente, o medo da castração simbólica –, vingança esta que se caracteriza como o comportamento típico do dominado, o que, por si só, já mina o demandado sentimento de liberdade, que se esvai rapidamente após o ato. A atitude de vingança seria tomada por Luís da Silva, como visto, em nome da compaixão por Marina, e motivado pelo ódio sentido por Julião Tavares, com o intuito de superar os sentimentos de inferioridade e de opressão. Não se realiza por dois motivos: em primeiro lugar, o assassinato ressalta a dificuldade de auto-afirmação, o estado mental de auto-alienação, pois o duplo se revela como interno à consciência, o qual fora projetado sobre Julião Tavares; em segundo lugar, compaixão e ódio não são sentimentos característicos das figuras do passado que Luís da Silva tanto admira, o avô, o velho Trajano, e as figuras de fora da lei, os cangaceiros, como também os jagunços, que agiam a mando dos ponderosos, tal como o amigo José Baía. O assassinato, enquanto atitude de vingança, embora caracterizado pela prática da violência naturalizada, transgressão da norma, teria um sentido diverso da violência praticada pelo dominante, patriarca, com o objetivo de dominação, e pelo rebelde, com o objetivo de sobrevivência, no contexto da rústica sociedade nordestina. O avô, como também as figuras de criminosos, cangaceiros, tal como Lampião, na vida real,

referido por Graciliano em sua crônica homônima, seguem uma lei da natureza, em uma sociedade marcada pela anomia, pelo estado de natureza, pela guerra de todos contra todos, visando a auto-preservação, respectivamente, por meio da dominação dos mais fracos, e pela rebeldia. Em ambos os casos temos o exercício da liberdade no seu sentido externo, seja pela afirmação da identidade de dominante, seja pela afirmação da identidade de rebelde, já no caso de Luís da Silva isso não ocorre, visto que a vingança ressalta a imagem de dominado que ele faz de si mesmo, daquele que, portanto, se vê oprimido, impotente diante realidade, imagem esta que, como vimos escamoteia o angustiante sentido existencial da liberdade, a liberdade enquanto liberdade de escolha. Não por acaso ele irá considerar, logo depois de cometido o ato, que tudo permaneceria o mesmo, o mesmo sentimento de impotência diante do mundo: “(...) veio-me a certeza de que me havia tornado velho e impotente. – Inútil, tudo inútil.” (RAMOS, 2009, p. 241)

Desta forma, no plano aparente da análise, a idéia de vingança teria origem na rústica aristocracia rural nordestina, segundo a mentalidade do dominado que não consegue se rebelar, não consegue, portanto, afirmar a sua liberdade ilimitada como forma de sobrevivência. Seu Evaristo, recordado freqüentemente por Luís da Silva, poderia se enquadrar nesta categoria de dominado que não se rebela contra as injustiças sociais, aceitando a sua condição de pobre, vivendo à margem da sociedade de que faz parte, e predestinado a uma velhice sem dignidade. Com a velhice e, conseqüentemente, o fim da força física, seu Evaristo fica impossibilitado de trabalhar, o que o leva, juntamente com a mulher, à carestia, a passar fome, dependendo da ajuda dos outros. Orgulhoso, seu Evaristo aceita ajuda uma vez, mas se recusa a receber outras ajudas, o que lhe traz novamente a fome, que o leva a pedir alimento na padaria, sendo mal recebido pelo dono, que lhe dá um pedaço de pão duro. Ao voltar para casa, entrega o pedaço de pão duro à mulher, apanha um pedaço de corda pendurado na parede, e se suicida.

– Hum! hum! exclamou a mulher. Pior que mastigar chifre. – Com certeza, murmurou seu Evaristo. A mulher comeu o pão e foi deitar-se na esteira. Viu o marido passar a mão pela parede, mas como estava com a vista curta, não percebeu o que ele fazia. – Só vi que passava a mão pela parede, confessou no dia seguinte a André Laerte. Virei-me na esteira e peguei no sono. Horas depois encontraram seu Evaristo enforcado num galho de carrapateira. (RAMOS, 2009, p. 187)

Cabe notar que Julião Tavares é pendurado também num galho de carrapateira, o que nos leva a associar o assassinato do rival à imagem de seu Evaristo enforcado. Seu Evaristo, na condição de dominado que não se rebela, vivendo segundo o valor da dignidade do trabalho, que lhe dava o sustento, se transforma em humilhado no final da vida, na velhice, como se a sua dignidade se esvaísse diante da necessidade de ser ajudado. Para Luís da Silva, pendurar Julião Tavares num galho de carrapateira teria um sentido simbólico, um sentido de vingança, em nome de seu Evaristo, a imagem do dominado, do vencido pelas circunstâncias da vida. Da mesma forma que seu Evaristo ocupava uma posição marginal na rústica sociedade nordestina de que fazia parte no passado, vivendo modestamente do seu trabalho autônomo, também Luís da Silva é um elemento marginal no seu mundo urbano, na sua condição de funcionário público e articulista de jornal. Luís da Silva também sente que perdeu a sua dignidade, sua existência livre, tornando-se num “molambo”, que a cidade “puiu demais e sujou”, e em nome da dignidade perdida de seu Evaristo no passado, Julião Tavares, já morto, é pendurado num galho de carrapateira.

O duplo assumiria um duplo sentido, o aparente, enquanto imagem do dominante degradado, contra o qual será dirigido o sentimento de vingança, e o duplo como se referindo à imagem do pai castrador. Haveria um paralelo entre a imagem do dominante degradado, espécie de patriarca inautêntico da cidade, o qual, por ter dinheiro, tem a disposição todas as mulheres da cidade, e a imagem do pai castrador, que rouba a atenção da mãe, daí a traição suscitar afetos que estavam em estado de latência, isto é, o referido medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. A vingança seria conscientemente dirigida contra o dominante degradado, porém, inconscientemente, o assassinato se revelaria como ato decorrente do medo da morte do eu, devido à não superação da rivalidade edipiana na infância. Se o duplo enquanto imagem do dominante degradado se constitui em ameaça de auto-alienação, por fazer com que Luís da Silva se sinta inferior e oprimido diante do outro intra-mundano, a imagem do pai castrador se constitui em ameaça de morte do eu, já fraturado, em crise existencial.

O assassinato surge como idéia vaga, sugerida pelos relatos a respeito das figuras de criminosos, que agiam livremente, transgredindo a lei, tomando forma mais

definida com a entrega da corda – instrumento do crime – a Luís da Silva, por marte do mendigo seu Ivo. Luís da Silva chega a perguntar ao mendigo seu Ivo se este já havia matado alguém e, em recebendo resposta negativa, indaga se este não teria vontade. Na pergunta de Luís da Silva dirigida ao mendigo seu Ivo, a imagem do dominado, estaria implicada a atitude de vingança contra o duplo, Julião Tavares. Luís da Silva não quer ser um impotente, um dominado, como o mendigo seu Ivo, o que explica o sentimento de repulsa em relação a este, o qual acaba por entregar-lhe o instrumento de vingança, a corda usada no assassinato de Julião Tavares. A vingança, a revolta, que Luís da Silva deseja ver no mendigo, acaba sendo realizada por ele mesmo, sugerida pelo simples ato de entrega da corda. Na passagem a seguir, após a cena em que o mendigo seu Ivo entrega o pedaço de corda a Luís da Silva, a qual lhe produz um súbito medo, este pergunta se aquele já havia matado gente.

As redes que transportavam indivíduos mortos em desgraça eram cobertas de vermelho e iam pelo outro lado da praça, dirigiam-se à cadeia. Escapuliam-me. Nenhum constrangimento. Tornei-me insensível. Cinquenta estocadas no peito e na barriga! Agora estava ali com medo de pegar uma corda. – Você já matou gente, seu Ivo? O caboclo abriu os olhos, espantado: – Eu? Deus me livre. Dou pra isso não, seu Luisinho. Nunca matei um pinto. – Mas tem tido vontade, não? – Deixe de história, seu Luisinho. Isso é conversa? (RAMOS, 2009, p. 181)

A partir da citação acima é possível perceber que a formação da personalidade do menino Luís da Silva foi influenciada pela violência, pelo embotamento da sensibilidade diante das cenas de morte. Desde cedo Luís da Silva aprendeu que num mundo dividido entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, sobreviventes e mortos, a única atitude que faz diferença é a prática da violência naturalizada, o exercício da liberdade ilimitada, transgressão da norma. O dominante afirma a sua identidade de dominante por meio da dominação, prática da violência; o rebelde afirma a sua identidade de rebelde por meio da rebeldia, também prática da violência, tal como fizera Lampião; o dominado, no caso, Luís da Silva, afirma a sua identidade de dominado por meio da vingança, pela violência, porém, com sentido diverso daqueles dois tipos sociais do passado (dominante e rebelde), pois não há afirmação da liberdade, mas sim o reconhecimento da impotência diante da opressão. Luís da Silva, a priori, ira assumir a atitude de vingança como forma de rebeldia, de afirmação da liberdade, porém, a posteriori, ela se revelará como atitude típica

daquele que se sente oprimido diante do outro (dominante degradado), vendo-se, portanto, como dominado, imagem esta que escamoteia o caráter anti-existencialista do herói. Ao mesmo tempo em que a idéia de vingança desloca a causa dos sentimentos de opressão e inferioridade para o exterior, escamoteando a causa interna, no indivíduo, o caráter anti-existencialista do herói, ela se transforma num atestado de impotência diante do mundo. Luís da Silva não transgredir a lei para garantir a sua sobrevivência numa sociedade marcada por relações arbitrárias de poder, tal como ocorrera com Lampião, na rústica sociedade patriarcal, mas sim por vingança contra uma vida de submissão, de frustrações.

Na cena descrita acima, o mendigo estranha a pergunta de Luís da Silva, pois, na implícita avaliação moral que aquele faz do assassinato, ele o considera errado, anacrônico – enquanto forma de afirmação da liberdade – em relação à existência cidadina, de maior vigência da sociedade de direito. O ponto de vista de Luís da Silva, ao fazer a pergunta, não é moral, em que o assassinato seria avaliado como certo ou errado, mas sim o ponto de vista pragmático, a violência como forma de autopreservação, característica de uma sociedade, a patriarcal, com traços do estado de natureza, onde ser livre implica ter coragem para preservar a própria vida. A atitude seguinte de Luís da Silva, em relação à veemente resposta de cunho moral do mendigo, é de riso, ao qual se segue um silêncio, o silêncio de quem reflete, e percebe o despropósito do que cogitara, quando considerado o novo contexto de mundo em que ambos vivem, distante da rústica sociedade nordestina, como também o silêncio de quem pressente a gravidade e a dificuldade da escolha a ser tomada, isto é, o assassinato de Julião Tavares: “Pus-me a rir de novo, esfregando as mãos. De repente o riso se imobilizou, e fiquei em pé diante de seu Ivo, com as mãos postas, engasgado.” (RAMOS, 2009, p. 182)

Em parte, a vingança de Luís da Silva decorre da vã tentativa de se ajustar à realidade, por meio do casamento, visto que Julião Tavares lhe rouba a mulher, em parte a vingança seria contra uma vida de submissão, de sentimento de inferioridade em relação ao outro, num contexto sócio-histórico que ele vê como opressor, isto é, a vida na cidade, marcada pelas relações capitalistas de produção, pela maior vigência da lei. Na visão de má-fé de Luís da Silva, o autêntico sentido da liberdade – a liberdade ilimitada – estaria no passado, cujo exemplo de conduta livre seria o avô, o

velho Trajano, sentido este que se perdeu a partir do surgimento da sociedade de direito, da prevalência da instituição da justiça, no contexto da sua existência cidadina. Na citação a seguir, Luís da Silva se pergunta pela descendência de Amaro Vaqueiro, imagem da imponência, cujo laço, ao desenhar o mundo quando girava, simbolizava força, dominação da natureza.

Onde estariam os descendentes de Amaro Vaqueiro? Talvez o guarda-civil do relógio oficial fosse um deles. Se eu matasse Julião Tavares, o guarda-civil não levantaria o cassetete: apitaria. Chegariam outros, que me ameaçariam de longe. O guarda-civil não tem coragem. Se tivesse não olharia os automóveis horas e horas, junto ao relógio oficial: ocupar-se-ia devastando fazendas, incendiando casas, deflorando moças brancas, enforcando proprietários nos galhos de Juazeiros. Os sertanejos fortes revoltaram-se e andam matando, roubando, violando, quase selvagens, sujos, os cabelos compridos, enfeitados de penduricalhos, os chapéus de couro coberto de medalhas, as cartucheiras pesadas enormes. (RAMOS, 2009, p. 195)

O guarda-civil, num contexto de civilização, da vigência da sociedade de direitos, representa a lei, contrapondo-se à anomia característica da sociedade patriarcal, época em que vivera Amaro Vaqueiro. Como se vê, na esteira da oposição metodológica entre cultura e natureza, para Luís da Silva a vida na cidade teria corrompido aquele sentido autêntico da liberdade, característico dos “sertanejos fortes”, sobrando apenas o guarda-civil, sem coragem, talvez descendente de Amaro Vaqueiro. Fazendo-se um paralelo entre a filosofia política e a literatura de Graciliano Ramos, se para Rousseau a virtude do homem no estado original de natureza é a bondade, para Luís da Silva é a liberdade entendida no seu sentido de liberdade ilimitada, e será visando esta última que ele cometerá o seu ato de vingança, o assassinato, daí invocar a força do amigo: “— José Baía, meu irmão, onde estarás a esta hora? Terás morrido em tocaia ou mofarás numa cadeia nojenta de grades pretas ou gordurosas? (...) Envelheceste e és outro, uma inutilidade feita pela justiça.” (RAMOS, 2009, p. 235) Portanto, a imagem do jagunço, como também do cangaceiro, num contexto social marcado pela luta de morte, pela guerra de todos contra todos, se transforma em símbolo de liberdade, não por acaso Luís da Silva imagina uma tocaia contra o rival. A aura de respeito que o amigo inspirava, por provocar medo nos outros, explica a admiração de Luís da Silva pelo matador: “Ninguém falava alto a José Baía, ninguém lhe mostrava cara feia. (...) Não me seria possível imaginar José Baía atacado de uma crise de ódios como a que me fazia pregar as unhas na palmas.”

(RAMOS, 2009, p. 234) Matar, para José Baía, não era um ato de vingança, mas sim o exercício da sua profissão, a mando do dominante, num contexto de mundo que a prática da violência naturalizada era um valor, demonstração de coragem. O que Luís da Silva tenta evocar é a tranquilidade de espírito que o matador tinha na execução da sua “profissão”, ou seja, a indiferença em relação ao ato a ser cometido, a inexistência de culpa, a inexistência de compaixão pela vítima: “(...) com certeza não pensava, não sentia. Estava ali forçado pela necessidade. No dia seguinte faria com a faca de ponta um risco no clavinote e contaria no alpendre histórias de onças” (RAMOS, 2009, p. 235) O assassinato, para José Baía, não é avaliado moralmente, é puro exercício da liberdade ilimitada, sem culpa, sem remorso, sem compaixão, sem certo ou errado: “Nenhum remorso. Fora a necessidade. Nenhum pensamento. O patrão, que dera a ordem, devia ter lá as suas razões. (...) Quando passasse pela cruzinha de pau que ia apodrecer numa volta do caminho, rezaria um padre-nosso e uma ave-maria pelo defunto.” (RAMOS, 2009, p. 235) Diferentemente de Luís da Silva, José Baía não sente culpa, tampouco seu ato é movido por vingança, ódio, apenas o exercício da profissão, numa sociedade em que a violência é aceita, sendo necessária como forma de auto-preservação, manifestação de coragem, de liberdade ilimitada.

A partir daqui, nos centraremos na análise do ato do assassinato em si, nos momentos que o antecedem, marcados pela indecisão, pelo nervosismo, por certo sentimento de compaixão, e nos momentos que o sucedem, marcado por um breve sentimento de liberdade, sucedido por um estado de paranóia e alucinação. A atitude de vingança, típica do dominado, do que vê como impotente diante da realidade opressora, já se desvela nestes momentos que antecedem o assassinato, como também após ter cometido o ato. Na passagem a seguir, Luís da Silva emite suas impressões a respeito do comportamento de Julião Tavares em público, as quais são marcadas pela sua mentalidade de dominado, que o conduzirá à atitude de vingança, como forma de tentar escamotear o seu caráter anti-existencialista, sua dificuldade de auto-afirmação diante do outro.

Em toda parte era assim. Derramava-se no bonde, e se alguém lhe tocava as pernas, desenroscava-se com lentidão e lançava ao importuno um olhar duro. Eu encolhia-me, reduzia-me e, em caso de necessidade, sentava-me com uma das nádegas. As viagens se tornavam horivelmente incômodas, mas havia-me habituado a elas, e ainda que o carro estivesse deserto, não

poderia espalhar-me como Julião Tavares: receava que viessem empurrar e tomar, sem pedir licença, algumas polegadas da tábua estreita. Aqueles modos davam-me a impressão de que tudo em roda era dele. Os passeios públicos eram dele. Certamente ninguém me proibia andar nos jardins, sentar-me, ver as mulheres. Mas as mulheres não reparavam em mim, pessoas conhecidas olhavam-me distraidamente. Demais, enquanto me achava ali, perseguia-me a recordação da vida ordinária, e isto me estragava a hora mesquinha da folga. (RAMOS, 2009, p. 225)

A impressão de que tudo em volta era de Julião Tavares se deve, concomitantemente, à dimensão afetiva, a dificuldade de auto-afirmação, o sentimento de inferioridade, escamoteada pelo valor anacrônico da hierarquia, isto é, pela mentalidade do dominado. Sendo assim, o duplo, o dominante degradado, espécie de patriarca inautêntico da cidade, seria culpado pelo sentimento de inferioridade de Luís da Silva, seu sentimento de marginalidade em relação ao mundo, visto que tudo seria de Julião Tavares. Assim como na rústica sociedade nordestina a figura do patriarca, o senhor de terras, do chefe político local, ocupava a posição central naquela sociedade, fazendo valer a sua vontade pela força, dominando tudo e todos, numa esfera considerada degradada pelo narrador, a existência citadina, Julião Tavares – enquanto imagem do dominante degradado – apareceria também, a seus olhos, como centro, possuidor de tudo a sua volta. Luís da Silva parece sempre estar submetido à instância opressora do Outro, ou seja, submetido à auto-alienação, vendo-se como ele imagina que o outro intra-mundano o vê, pautando suas ações por este estado psicológico, daí o constante sentimento de inferioridade, de vergonha. A consequência deste estado psicológico de auto-alienação – resultado da dificuldade de auto-afirmação – é a imagem opressora do duplo, forjada a partir do valor anacrônico da hierarquia, quando aquele, no plano aparente da análise, surge como a imagem do dominante degradado, contra o qual Luís da Silva dirigirá o seu sentimento de vingança. Em outras palavras, o duplo, enquanto imagem do dominante degradado, projetada sobre Julião Tavares, é produto da consciência de Luís da Silva, da sua auto-alienação, imagem esta forjada a partir do valor anacrônico da hierarquia, com origem na sociedade patriarcal.

Depois de um breve esmorecimento do ímpeto de assassinar Julião Tavares, ao imaginar José Baía dominado, preso, sem vigor, Luís da Silva retoma os movimentos que o levarão ao desfecho do ato pretendido: “Quanto tempo duraram as recordações

e o enfraquecimento? Um minuto, ou menos. Novamente as mãos se contraíram e as pernas se estiraram no caminho extenso. Desejei que Julião Tavares fugisse e me livrasse daquele tormento.” (RAMOS, 2009, p. 236) O viés filosófico, existencialista, relativo à angústia da escolha, que singulariza o personagem, não o reduzindo ao mero tipo social, ou psicanalítico, está implicado na hesitação em cometer o ato de assassinato. Há uma dimensão afetiva, determinando o ato inconscientemente, enquanto pulsão, o medo da castração simbólica, porém, o assassinato, no limite, depende de uma escolha consciente, angustiante para o personagem, dado seu caráter anti-existencialista, a dificuldade de assumir a idéia de abandono, de que se escolhe só, de que se é responsável pelas condutas tomadas na vida, o que explica o desejo de que Julião Tavares fugisse. Cabe verificar que esta é a segunda vez que o protagonista tenta isentar-se da responsabilidade da escolha, a primeira, já referida, se deu com o roubo das moedas da empregada, com o jogo de crianças, como se o evento probabilístico pudesse isentá-lo da decisão, roubar o dinheiro, ou não. O sentido existencial da liberdade, a liberdade enquanto liberdade de escolha, se mostra angustiante para o herói anti-existencialista, o que o faz hesitar, principalmente diante da imaginação do amigo José Baía preso. A imagem de José Baía preso, feito uma “inutilidade feita pela justiça”, já alude ao fracasso do assassinato enquanto forma de superar os sentimentos de inferioridade e de opressão: “– José Baía, meu irmão, onde estarás a esta hora? Terás morrido em tocaia ou mofarás numa cadeia nojenta de grades pretas e gordurosas? (RAMOS, 2009, p. 236) José Baía aparece tolhido na sua maneira livre de ser, na sua essência de matador, praticante da violência naturalizada, o que já começa a minar o ato de vingança como demanda externa do sentimento de liberdade.

A escolha por um lugar ermo para cometer o assassinato, uma estrada deserta, durante a noite, não se explica apenas pela necessidade de ocultar o crime, como também pela dificuldade de auto-afirmação diante do duplo, do dominante degradado. Nesse sentido, na vida em sociedade, marcada por determinadas convenções, Julião Tavares cumpre um papel social, o de dominante degradado, herdeiro de Tavares & Cia, porém, na rua deserta, este papel social se esgarça e, no escuro, o protagonista não é obrigado a encarar o rival, o qual é enforcado com Luís da Silva se posicionando por detrás daquele. Ao considerar o enforcamento nesta

circunstância, no escuro, para além da necessidade de ocultar o crime, Luís da Silva também quer ocultar para si mesmo o seu carácter anti-existencialista, sua dificuldade de se impor perante o duplo, uma vez que ele não precisa encarar o rival para enforcá-lo. Distante da sociedade, da existência citadina, Julião Tavares não se apresenta mais como tipo social, como dominante degradado, mas sim como outro ser vivente, assim como Luís da Silva, feito de carne e osso, dependendo apenas da sua força física para se proteger, tal como no hipotético estado de natureza hobbesiano.

– “É conveniente escrever um artigo, seu Luís.” Eu escrevia. E pronto, nem muito obrigado. Um Julião Tavares me voltava as costas e me ignorava. Nas redações, na repartição, no bonde, eu era um trouxa, um infeliz, amarrado. Mas ali, na estrada deserta, voltar-me as costas como um cachorro sem dentes! Não. Onde vinha aquela grandeza? Por que aquela segurança? Eu era um homem. Ali era um homem. (RAMOS, 2009, p. 236)

Na vida em sociedade, nas relações na esfera do trabalho, e no convívio com o outro na vida cotidiana, no bonde, Luís da Silva se sente oprimido, inferior, atribuindo esses sentimentos ao exterior, ao outro. Na estrada deserta, a imagem do dominante degradado se esgarça na escuridão, onde prevalece a lei da natureza, lei do mais forte, a prática da violência naturalizada – valor autêntico para o protagonista –, e não mais a lei, as convenções sociais, os costumes, ou mesmo o poder do dinheiro. Se na cidade Luís da Silva se sente dominado, “um trouxa, um infeliz, amarrado”, na estrada ele tentará se rebelar, em vão, pois o assassinato não se mostrará como ato de rebeldia, como afirmação da liberdade no seu sentido externo, mas sim como ato de vingança da parte daquele que se sente impotente perante o mundo. Na citação a seguir, Luís da Silva afirma mentalmente o desejo de ser um homem diante do rival, e não um rato, como ele sempre se sentira no decorrer da sua existência subalterna. A hesitação em cometer o assassinato acaba quando Julião Tavares acende um cigarro.

– Um homem, percebe? Um homem. Julião Tavares não ouviu e continuou a andar tranquilamente. – Corre, peste. Porque era que o miserável não corria, não se livrava dos meus instintos ruins? Estaria recordando as carícias da mocinha sardenta? Isso não vale nada, Julião Tavares. Marina, a mocinha sardenta, a datilógrafa de olhos de gato, não valem nada. O que vale é a tua vida. Foge. Julião Tavares parou e acendeu um cigarro. (...) Eu queria que ele se afastasse de mim. Pelo menos que seguisse o seu caminho sem ofender-me. Mas assim... Faltavam-me os cigarros, e aquela parada repentina, a luz do fósforo, a brasa esmorecendo e avivando-se na escuridão, endoidecia-

me. Fiz um esforço desesperado para readquirir sentimentos humanos.
(RAMOS, 2009, 237)

Luís da Silva é tomado de um súbito sentimento de compaixão por Julião Tavares, que também o faz hesitar, sentimento este que não é típico do rebelde, daquele que se rebela pela prática da violência naturalizada. A respeito disso, cabe lembrar a afirmação de Graciliano Ramos, sobre Lampião, que não sente compaixão pelas suas vítimas, pois vive próximo do estado de natureza, onde prevalece a luta de morte, guerra de todos contra todos, onde, portanto, ser condescendente é contraditório com o regime do terror, a imposição do respeito pelo medo, podendo servir de mal exemplo para os comandados e, no limite, custar a própria vida: “Mas certas violências, que indignam criaturas civilizadas, não impressionam quem vive perto da natureza. (...) Lampião é cruel. Naturalmente. Se ele não se poupa, como pouparia os inimigos que lhe caem entre as garras.” (RAMOS, 1976, p. 131) O breve sentimento de compaixão, que freia momentaneamente o ato do assassinato, chega ao fim com a imagem do rival acendendo o cigarro, elemento inquietante para Luís da Silva, visto que sinaliza a sua dificuldade de auto-afirmação e, portanto, a angustiante dimensão psíquica, a não superada rivalidade edipiana. O brilho do cigarro aceso no escuro remete aos olhos brilhantes do gato em cima do mudo, na cena do roubo das moedas da empregada para ir ao teatro, cena esta que, como vimos, aponta para o caráter anti-existencialista do protagonista, a dificuldade de se auto-afirmar enquanto ser livre perante o mundo, por meio de suas escolhas, uma vez que, sentindo-se mal com a posse do dinheiro, ele não entra no referido local. O brilho do cigarro aceso, ao sinalizar a dificuldade de auto-afirmação, faz com que esta suscite um angustiante afeto latente, reverente à rivalidade edipiana, isto é, medo da castração simbólica e, por conseguinte, o desejo inconsciente, instintivo, da morte do pai, daí a reflexão do protagonista: “Porque era que o miserável não corria, não se livrava dos meus instintos ruins.” (RAMOS, 2009, p. 236) O cigarro aceso aponta para a dificuldade de auto-afirmação diante do duplo, sendo esse traço psicológico sinaliza o angustiante afeto latente, de ordem psíquica, o medo da castração simbólica. Desta forma, o brilho do cigarro aceso traria a tona esse afeto latente, referente à rivalidade edipiana, associado ao desejo inconsciente da morte do pai, o qual potencializa o ato de vingança, tirando Luís da Silva da breve hesitação, agindo agora também por instinto,

de forma automática, não mais apenas de forma consciente, por escolha: “Retirei a corda do bolso e em alguns saltos, silenciosos como os da onça de José Baía, estava ao pé de Julião Tavares. Tudo isto é absurdo, é incrível, mas realizou-se naturalmente.” (RAMOS, 2009, p. 237) O ato de assassinato é motivado, numa dimensão consciente, da escolha de valores, pela idéia de vingança, extermínio do duplo, enquanto imagem do dominante degradado, transformado em obsessão, visto, de má-fé, como a causa externa dos sentimentos de opressão e de inferioridade; e numa dimensão psíquica, inconsciente, pelo desejo da morte do pai.

A corda enlaçou o pescoço do homem, e as minhas mãos apertadas afastaram-se. (...) A obsessão ia desaparecer. Tive um deslumbramento. O homenzinho da repartição e do jornal não era eu. Esta convicção afastou qualquer receio de perigo. Uma alegria enorme encheu-me. Pessoas que aparecessem ali seriam figurinhas insignificantes, todos os moradores da cidade eram figurinhas insignificantes. Os mergulhos que meu pai me dava no poço da Pedra, a palmatória de mestre Antonio Justino, os berros do sargento, a grosseria do chefe da revisão, a impertinência macia do diretor, tudo virou fumaça. Julião Tavares estrebuchava. (RAMOS, 2009, pp. 237-238)

Após o assassinato este sentimento superioridade, de liberdade, se esvai rapidamente, ficando apenas o estado de perturbação mental, as alucinações e a paranóia, quando a dificuldade de auto-afirmação se torna mais aguda para o protagonista, o qual começa a considerar a inutilidade do ato, no que se refere ao resultado pretendido, passando a sentir-se ameaçado, considerando a possibilidade do crime ser descoberto a qualquer momento: “A idéia do perigo assaltou-me com tanta intensidade que me pus a soluçar.” (RAMOS, 2009, p. 247) O assassinato, enquanto ato movido pela idéia de vingança, não conduz Luís da Silva ao demandado sentimento de liberdade, pelo contrário, acentua a sua impotência, a qual passa a se revelar na sua faceta subjetiva, isto é, o caráter anti-existencialista do herói, a dificuldade de auto-afirmação diante do mundo. Daí a necessidade de escrever o livro, buscando uma possível causa externa, de ordem objetiva, para o seu sentimento de impotência, para os seus fracassos, por exemplo, uma origem escrava, com o intuito de má-fé de tentar isentar-se da responsabilidade pelos próprios descaminhos tomados na vida.

A narrativa digressiva como forma de auto-análise: o medo da castração simbólica como motivo latente do assassinato

Interpretar ou ler é um total reconstruir a partir de seu universo pessoal;
reanimar com seu próprio sopro (...)

(J. Laplanche)

No capítulo anterior, analisamos o motivo aparente do assassinato, a idéia de vingança, dirigida contra o duplo, na sua significação ideológica, fundada no valor da hierarquia, isto é, o duplo enquanto dominante degradado. No presente capítulo, a intenção será a de focar a atenção na análise do motivo latente do assassinato, o medo da castração simbólica. Segundo a teoria psicanalítica freudiana, o complexo de Édipo nos meninos resulta na proibição ao incesto e no medo da castração simbólica, separação do menino do seu objeto de desejo, da mãe, por meio da imposição da lei paterna. Disso decorre a rivalidade com o pai, visto que este seria o responsável pelo roubo da atenção da mãe, isto é, a separação do filho do seu objeto de desejo, quando filho deixa de ser o falo para a mãe para passar a ter o falo, constituindo a sua identidade masculina a partir da figura do pai. Quando o menino não aceita a lei paterna, que o conduziria à superação do complexo de Édipo, se instaura a rivalidade edipiana, o desejo inconsciente da morte do pai. Sem nos atermos à precisão dos conceitos psicanalíticos, visto que os mesmos não se constituem em objeto de análise, mas sim a crítica literária do romance em questão, pode-se dizer que o medo da castração simbólica, como forma de pulsão, motivou, num plano latente, Luís da Silva a escolher livremente matar Julião Tavares, potencializando, desta forma, a idéia de vingança, motivo aparente, consciente, do assassinato. Nesse sentido, o assassinato fora motivado numa dimensão afetiva, latente, como também numa dimensão ideológica, aparente, porém, no limite, fora determinado numa dimensão existencial, referente à angustiante liberdade de escolha. Uma escolha livre, absoluta, ainda que, de forma ambivalente, motivada por afetos e valores, na qual está implicada a angustiante idéia de abandono, pois tomada a partir de nenhum sinal dado no mundo, nenhum valor absoluto, imanente à realidade. Em outras palavras, tomar uma atitude a partir de um afeto, ou a partir de um valor, não isenta a responsabilidade da escolha,

servindo aqueles apenas de motivo, não como justificativa para as condutas tomadas na vida, no caso de Luís da Silva, o assassinato. Tanto o sentido externo da liberdade – prática da violência naturalizada, como vã tentativa de superar os afetos aparentes, os sentimentos de opressão e inferioridade, decorrentes, na verdade, da dificuldade de auto-afirmação –, como também o motivo latente do assassinato, remontam ao passado da infância do protagonista, os quais levarão o narrador-protagonista a operar uma digressão na narrativa, consciente e inconscientemente. A reflexão sobre uma possível origem escrava, ou indígena, como visto anteriormente, busca o estigma do dominado, daquele que fora submetido pela violência do outro (dominante) no passado, como forma de se isentar da responsabilidade pelos descaminhos na vida. Neste capítulo, a digressão que nos interessa é a inconsciente, como forma de auto-análise, isto é, aquela que escapa à intencionalidade da consciência do narrador-protagonista, pois guiada pelo motivo latente do assassinato, o medo da castração simbólica, e pela latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância.

Será por meio da análise do fluxo de consciência do narrador-protagonista, em que a separação entre presente, passado e imaginação perde o seu limite definido, que buscaremos estabelecer associações entre cenas (conteúdo aparente do texto), com a finalidade de desvelar o seu conteúdo latente, no caso, a não superada rivalidade edipiana. O crítico literário Antonio Candido, a respeito de **Angústia**, se refere à existência de um tempo “tríplice”: “Pois cada fato apresenta pelo menos três faces: a sua realidade objetiva, sua referência à experiência passada, a sua deformação por uma crispada visão subjetiva.” (CANDIDO, 1964, p. 108) A realidade objetiva é fortemente subjetivada pela mentalidade arcaica do protagonista, forjada no passado da sociedade patriarcal, como também por seus afetos latentes, os quais tendem a vir à tona por meio da sua percepção do mundo, marcada, por exemplo, por símbolos fálicos, tais como corda, cano, caibro etc.; ou por referência à castração “real”, tal como a história do menino da bagaceira, contada a Luís da Silva por seu Ramalho, pai de Marina. Se no plano aparente da análise o signo corda, e seus correlatos, apontavam para o valor da prática da violência naturalizada, a lei do mais forte, numa sociedade com características do estado de natureza, onde ou se é dominante, opressor, rebelde, ou dominado, oprimido, no plano latente, enquanto símbolo fálico, ela sinaliza o motivo latente do assassinato. Exemplo de articulação entre passado,

presente e imaginação, num plano latente, é o fato de Luís da Silva, ao recordar a brincadeira de infância de matar as cobras no terreiro do avô com pequenas pedras, sentir vontade de atirar os paralelepípedos que estavam na rua sobre Julião Tavares.

Lembrei-me da fazenda de meu avô. As cobras se arrastavam no pátio. Eu juntava punhados de seixos miúdos que atirava nelas até matá-las. Às vezes a brincadeira se prolongava, mas afinal as cobras morriam, e perto dos cadáveres ficavam montes de pedras. Certo dia uma cascavel se tinha enrolado no pescoço do velho Trajano, que dormia no banco do copiar. (...) Levantei a cabeça. Julião Tavares sorria e continuava a derramar a voz azeitada. Perto, pancadas de ferro tinindo. Eram as picaretas dos calceteiros que deslocavam as pedras da rua, consertavam o calçamento. No fim de uma daquelas viagens de quatro passos eu via, a alguns metros de distância, um montão de paralelepípedos que a poeira cobria. Desejei atirar todos aqueles paralelepípedos em cima de Julião Tavares. (RAMOS, 2009, p. 93)

O expressionismo do trecho citado acima, naquilo que ele revela da não superada rivalidade edipiana, se explica melhor se considerarmos que um pouco antes na narrativa se dá o relato da cena em que Luís da Silva surpreende Julião Tavares se insinuando para Marina: “Ao chegar à rua do Macena recebi um choque tremendo. Foi a decepção maior que já experimentei. À janela da casa, caído para fora, vermelho, papudo, Julião Tavares pregava os olhos em Marina, que da casa vizinha, se derretia para ele.” (RAMOS, 2009, p. 91) A brincadeira de criança de atirar pedras nas cobras (símbolo fálico) sinaliza essa dimensão latente, o desejo da morte do pai, pois este se constitui em ameaça de castração simbólica. A imagem psíquica do duplo, imagem do pai castrador, ameaça a vir à tona a partir do flagrante do flerte de Julião Tavares com Marina, daí, logo em seguida, ao lembrar a brincadeira de infância, Luís da Silva sentir vontade de atirar todos os paralelepípedos sobre Julião Tavares.

Valendo-se da citação de Antonio Candido, o assassinato, ação central do romance, apresentaria três faces, segundo nossa interpretação, a primeira, no presente, referente à realidade objetiva, é o extermínio físico de Julião Tavares, ente intra-mundano; a segunda é o duplo enquanto imagem do dominante degradado, traço ideológico da personalidade de Luís da Silva, projetada sobre aquele, imagem esta forjada a partir do valor anacrônico da hierarquia; a terceira é o duplo enquanto instância psíquica, imagem do pai castrador, com origem também no passado, na fase edipiana. O extermínio físico de Julião Tavares revelará o duplo como interno à consciência do protagonista, seja na sua faceta ideológica, seja na sua faceta psíquica,

daí os sentimentos de inferioridade e de opressão não poderem mais ser atribuídos ao exterior, a Julião Tavares, mas sim a si mesmo. Ao tornar-se aguda a dificuldade de auto-afirmação, após o assassinato, a escrita surge como forma de auto-análise, reveladora dos conflitantes afetos latentes.

Desta forma, no presente capítulo, nos voltaremos para os detalhes do texto, os quais nos revelaram o seu conteúdo latente, que não se encontra explícito. A respeito do conteúdo latente do texto, a propósito de uma interpretação de cunho psicanalítico do romance, segue a seguinte citação.

Só os detalhes, apontando o fio da trama que devemos destecer, poderão nos guiar na tarefa de reconhecimento. O menor detalhe tem a sua significação, mesmo quando parece insignificante e inexpressivo, tanto é certo que o conteúdo latente não passa de um conjunto de traços que se deixam transparecer nos detalhes do texto manifesto. O texto que esconde, ao mesmo tempo revela, delineando perfeitamente o contorno daquilo que ele oculta. (...) O trabalho de interpretação se organiza, conseqüentemente, como construção de sentido, a partir de traços que se manifestam como índices de uma verdade oculta que se quer revelar. Do mesmo modo que ocorre na descodificação da escritura do sonho, é o material latente que determina na leitura o conteúdo manifesto do texto artístico, quase que em seus menores detalhes. Detalhes que não derivam de uma idéia isolada, mas de várias idéias, que podem pertencer aos mais diversos domínios de idéias latentes. (CARVALHO, 1983, p. 2)

Como afirma Lucia Helena Carvalho, “o texto que esconde, ao mesmo tempo revela”, ou seja, por detrás de um conteúdo aparente, de cunho ideológico – que a interpretação de ordem histórico-sociológica daria conta, isto é, a rivalidade entre Luís da Silva e Julião Tavares, posta em termos da dialética do senhor e do escravo, do dominante e do dominado –, esconde-se um conteúdo latente, a rivalidade edipiana, sendo que a livre escolha do assassinato se deu a partir desses dois níveis de conflito. O conteúdo oculto do texto se revela, por exemplo, por meio da análise de determinadas micronarrativas, tal como a narrativa do moleque da bagaceira, cena de castração, de punição dada a um menino pobre por ele ter desvirginado a filha do fazendeiro, como se verá adiante. Os afetos latentes determinam a estrutura digressiva da narrativa, minando, portanto, a tentativa do narrador-protagonista de se isentar da responsabilidade pelos descaminhos tomados na vida. A priori, a narrativa se pretenderia linear, centrada nos fatos recentes da vida de Luís da Silva, o breve relacionamento com Marina, a traição desta, o assassinato de Julião Tavares, porém, a

posteriori, a escrita escapará das rédeas da razão, para ser guiada pelos referidos afetos latentes. Na busca de possíveis causas externas para os descaminhos trilhados na vida, dentre as quais, as referidas origens escrava e indígena, Luís da Silva irá se defrontar com a responsabilidade de sua escolha, o assassinato, motivado nesse plano latente.

Esta narrativa digressiva, em primeira pessoa, como vimos, é fortemente marcada pelo fluxo de consciência, aparecendo o mundo exterior reduzido aos valores e afetos do narrador-protagonista, o qual contamina tudo e todos com o seu estado de espírito. O mundo exterior, quando aparece registrado no romance, serve demasiado ao desencadeamento de um novo fluxo de consciência, por exemplo, a fuga para as lembranças do passado, na infância, ou serve para estimular estados mentais alucinatórios, de vertigem, marcado por um forte monólogo interior, de tonalidade solipsista, tal como nos afirma o crítico Antônio Candido:

Para sugerir esse mundo atroz, Graciliano Ramos modifica a técnica anterior. Como em *Caetés* e *S. Bernardo*, a narrativa é na primeira pessoa; mas só aqui podemos falar propriamente em monólogo interior, em palavras que não visão interlocutor e decorrem de necessidade própria. Nos dois primeiros, há separação nítida entre a realidade narrada e a do narrador, mesmo quando (em *S. Bernardo*) este se impõe à narrativa; em ambos, os figurantes são respeitados como tais e as cenas apresentadas como unidades autônomas. Em *Angústia*, o narrador tudo invade e incorpora à sua substância, que transborda sobre o mundo. Daí uma apresentação diferente da matéria. O diálogo, por exemplo, que antes era o principal instrumento na arquitetura das cenas (chegando a parecer excessivo em *Caetés* e pelo menos abundante em *S. Bernardo*), se reduz a pouco. A narrativa rompe amarras com o mundo e se encaminha para o monólogo de tonalidade solipsista. O devaneio assume valor onírico (...) (CANDIDO, 1956, p. 56)

Como afirma o crítico, em **Angústia**, tal como em **São Bernardo** e **Caetés**, a narrativa é em primeira pessoa, porém, há uma diferença entre estes dois últimos quando comparados com aquele, e ela reside no grau de separação entre o pólo subjetivo e pólo objetivo da narrativa, que no romance estudado é mínimo. Por exemplo, quando o mundo exterior aparece de forma transfigurada pelos afetos do protagonista, pelos referidos afetos latentes, perde-se a nítida separação entre o que é realidade e o que é alucinação. O duplo, nas suas duas facetas, enquanto imagem do dominante degradado, e enquanto imagem do pai castrador, subjetivam Julião Tavares, tirando-lhe os reais contornos, de mero filho de comerciantes, Tavares & Cia,

o qual, na realidade, não tem a intenção de oprimir os mais pobres, ou de se mostrar superior a eles, sendo apenas um *bon vivant*, com relativa educação, que se vale do dinheiro da família para conquistar moças pobres e bonitas, porém, interesseiras, fúteis, tal como Marina.

Neste capítulo, o duplo será analisado na sua faceta psíquica, enquanto imagem do pai castrador, conteúdo latente do texto que se revela por meio do seu conteúdo aparente. O conteúdo aparente do texto, o que está explícito, se mostra como revelador de uma verdade mais subterrânea, escondida, isto é, os referidos afetos latentes, tal como afirma a autora na citação a seguir.

Podemos assim afirmar que, no discurso de *Angústia*, o significante homicídio oculta a verdade que subjaz no fundo da cena textual – o desejo de autodestruição (suicídio), que se formaliza na destruição do outro. Em verdade, perde-se o limite entre homicídio e suicídio, limite que se vê violentado, rasurado, já que jogam o mesmo e o outro. O ato criminoso de Luís da Silva será, portanto, melhor nomeado de (homo)suicida, devendo ser lido na margem, isto é, no transbordamento de seus limites ou no limite entre a polissemia e a disseminação. (CARVALHO, 1983, p. 46)

O assassinato de Julião Tavares, ao ameaçar a trazer o duplo, enquanto imagem do pai castrador, no nível da consciência, faz com que ele suplante o eu já em crise existencial, o que se coloca como uma espécie de suicídio deste. Em outras palavras, o homicídio de Julião Tavares não irá promover a superação da dificuldade de auto-afirmação, mas sim aguçar-la, ressaltando a sua origem na não superação do complexo de Édipo, trazendo a tona o duplo, enquanto instância psíquica opressora, o qual passará a preencher totalmente os espaços destinados ao eu, o que, portanto, se caracterizaria como uma espécie de suicídio psíquico deste último. O extermínio de Julião Tavares, ente intra-mundano, faz com que o eu se apague totalmente diante do duplo, o qual assumirá proporções ameaçadas.

Voltando à cena da entrega do pedaço de corda a Luís da Silva, por parte do mendigo, cabe agora investigar o sentido psicanalítico da recusa do protagonista em recebê-la, no caso, a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. A entrega da corda, no plano aparente da análise, sugeriria a idéia de vingança contra o duplo, na sua faceta de dominante degradado, já no plano latente, ameaçaria trazer à tona a imagem do pai castrador, e com ela a culpa pelo desejo da sua morte na infância. Portanto, a recusa de Luís da Silva em receber a corda tem uma faceta consciente, pois

aponta para a dificuldade de tomar a atitude para assinar o rival, o que implica superar a angústia da escolha, e uma faceta inconsciente, de ordem psicanalítica, a latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Se a idéia de vingança e o medo da castração simbólica se constituem em forças que impelem Luís da Silva para o assassinato, pelo contrário, a angústia da escolha e o sentimento de compaixão, na iminência de cometer o ato, como também a latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância, são forças que contribuem para freá-lo. Vingança, angústia da escolha, e compaixão estão no plano da consciência, dos valores, e afetos conscientes, já o medo da castração simbólica e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância estão no plano inconsciente.

(...) veria à beira dos caminhos estreitos pequenas cruces de madeira, as mesmas que vi a muitos anos, enfeitadas de flores secas e fitas desbotadas. Indicaria uma delas estirando o beijo. Quem teria morrido ali? E alguém me informaria, repetindo as histórias dos cantadores e as conversas das velhas nas fontes: – “Um sujeito que namorou a noiva de outro.” Estremeci. Os meus dedos contraíram-se, moveram-se para Julião Tavares. Com um salto eu poderia agarrá-lo. Pensei em seu Evaristo e na cobra enrolada no pescoço do velho Trajano. Parei no meio no meio da sala, aterrado com a imagem medonha que me apareceu. O pescoço do homem estirava-se, os ossos afastavam-se, os beijos entreabriam-se, roxos, intumescidos, mostrando a língua escura e os dentinhos de rato. (RAMOS, 2009, p. 94)

Nessa citação, a lembrança de Luís da Silva de seu Evaristo sugere humilhação, visto que o velho se enforca porque não tinha condição mais de se sustentar, e a cobra, correlato do significante corda, por estar presa ao pescoço do avô, sugere cerceamento da liberdade ilimitada, opressão. Luís da Silva se sente humilhado, visto que perde Marina Para o rival, e oprimido, cerceando em seu demandado sentimento de liberdade, que ele atribui ao exterior, ao duplo, e não a si mesmo, à dificuldade de auto-afirmação. Daí as lembranças de seu Evaristo e do avô aguçarem o ódio de Luís da Silva para com Julião Tavares, num plano consciente, engendrando, portanto, o motivo aparente do assassinato, isto é, a idéia de vingança; já num plano inconsciente, a implícita corda, implicada na lembrança de seu Evaristo, ou explícita cobra, no pescoço do avô, enquanto símbolos fálicos, ameaçam trazer à tona o medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância, da mesma forma que a cor vermelha, como se verá adiante, pois remete à imagem do pai morto, com lençol manchado de sangue. Pelo fato da corda sinalizar a latente culpa pelo desejo da morte

do pai na infância, isso nos permite explicar, nessa chave psicanalítica, o motivo da recusa, por parte de Luís da Silva, daquela, principalmente após ela ter sido desenrolada pelo protagonista, tomando a conformação, portanto, de símbolo fálico: “Aproximei-me da mesa, desenrolei a peça de corda. Mas, com um estremecimento, larguei-a e meti as mãos nos bolsos, indignado com o caboclo.” (RAMOS, 2009, p. 177) Cabe frisar que o ímpeto momentâneo de assassinar Julião Tavares, na cena descrita acima, é motivado pelo valor da honra, cultuado na rústica sociedade aristocrática, traço cultural da formação da personalidade de Luís da Silva, como também pelo inconsciente medo da castração simbólica, porém, este ímpeto é freado pela latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Desta forma, se consciente e inconscientemente Luís da Silva é motivado a matar Julião Tavares, respectivamente, por meio da idéia de vingança, e por meio do latente medo da castração simbólica, inconscientemente, ele é motivado a não fazê-lo, por meio da referida culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Assim como o menino, durante a fase edipiana, fora separado do seu objeto de desejo pela imposição da lei paterna, também Luís da Silva é separado do seu objeto de desejo, Marina, pelo duplo, Julião Tavares.

Após o assassinato, Luís da Silva, na escuridão, se vê só com o corpo de Julião Tavares e, passados os primeiros instantes de eufórico sentimento de liberdade, algo começa a incomodá-lo, o que, do ponto de vista psíquico, identificaremos como o latente sentimento de culpa pelo desejo da morte do pai na infância, daí a conseqüente atitude de deixar o corpo do rival pendurado pelo pescoço, como se ele tivesse cometido suicídio. Sendo assim, a corda, ao tomar a conformação de um laço, dissimulando o enforcamento de Julião Tavares, pendurado em um galho de carrapateira, tal como se deu o suicídio de seu Evaristo, escamoteia o seu significado enquanto símbolo fálico. O assassinato, ao assumir a forma dissimulada de suicídio, surge como um ato de justiça, em nome de seu Evaristo que também se suicidara, enforcando-se, como também em nome de outros injustiçados, tal como Marina, cuja função seria manter em estado de latência a culpa pelo desejo da morte do pai, que tende a vir à tona com o referido ato.

Como conduzir Julião Tavares, tão pesado? Não compreendi que deveria deixá-lo apodrecendo nas folhas, debaixo da árvore. *Precisava transportá-lo, isto não me saía da cabeça* [grifo nosso] Transportá-lo, sem dúvida. Apesar de não sentir medo, percebia que era urgente retirar-me. (...) Como estaria

Julião Tavares? Procurei distingui-lo, avancei a cabeça para o lugar onde supunha ter ele ficado. Um vulto quase imperceptível na escuridão leitosa. O rosto encostado à terra, naturalmente. Como estariam os olhos dele? Os de seu Evaristo, que vi de longe, esbugalhavam-se. (RAMOS, 2009, p. 239)

Na cena acima, a necessidade de se retirar do local, ou mesmo de escamotear o homicídio, sugerindo suicídio, não decorre unicamente de um afeto consciente, o medo de que o crime fosse descoberto, como também do referido sentimento de culpa latente. Esses afetos latentes, que tendem a vir à tona, no nível da consciência, após o ato do assassinato, se tornam mais explícitos com a narrativa digressiva, espécie de auto-análise, a revelia da razão, da intencionalidade do narrador-protagonista. A seguir, a narrativa digressiva lança o narrador para as suas recordações de infância, para a cena do pai morto, conteúdo aparente do texto por detrás do qual se esconde um conteúdo latente.

Penso na morte de meu pai. Quando voltei da escola, ele estava estirado num marquesão, coberto com um lençol branco que lhe cobria o corpo todo até a cabeça. (...) Fui sentar-me numa prensa de farinha que havia no fundo do nosso quintal. Tentei chorar, mas não tinha vontade de chorar. Estava espantado, imaginando a vida que ia suportar, sozinho neste mundo. Sentia frio e pena de mim mesmo. (...) O resto do corpo estava debaixo do lençol branco, que fazia um vinco entre as pernas compridas. (...) Procurava chorar – lembrava-me dos mergulhos no poço da Pedra, das primeiras lições de alfabeto, que me rendiam cocorotes e bolos. Desejava em vão sentir a morte do meu pai. Tudo aquilo era desagradável. – “Isto é um cavalo de dez anos e não conhece a mão direita.” Agora eu tinha catorze, conhecia a mão direita e os verbos. Voltei à sala, nas pontas dos pés. Ninguém me viu. Camilo Pereira da Silva continuava escondido debaixo do pano branco, que apresentava no lugar da cara uma nódoa vermelha coberta de moscas. (RAMOS, 2009, pp. 20-21)

O menino Luís da Silva, já com catorze anos, se depara com a imagem do pai morto, a qual sinaliza os referidos afetos latentes, interpretação esta a que podemos chegar apenas de forma indireta, comparando esta cena com outras cenas do romance, em que a cor vermelha aparece, o que veremos no decorrer deste capítulo. Pelo conteúdo aparente do texto, o único sentimento que é despertado no menino é o de abandono, de compaixão para consigo mesmo, nenhum indício do trabalho de luto, do sentimento de perda: “Tentei chorar, mas não tinha vontade de chorar.” A inexistência do sentimento de perda, conteúdo aparente, declarado pelo próprio narrador-protagonista, remete a um conteúdo latente, o inconsciente desejo da morte

do pai na infância, conteúdo este que só pode ser apreendido de forma mais acertada por meio da associação de diferentes cenas do romance, ou por meio de visões alucinatórias do protagonista. A imagem do pai morto desperta no menino unicamente a recordação desagradável da cena do poço da Pedra, o nado forçado, como medida disciplinar. Para o menino, portanto, num plano consciente, o pai representava opressão, assim como a escola, porém, este sentido opressivo do pai, que impunha disciplina, ainda que pela força, sinaliza um conflito subterrâneo, referente à não aceitação da castração simbólica, a não aceitação da lei do pai, que conduz à não superação da rivalidade edipiana. Nesse sentido, o conflito aparente entre pai e filho – entre aquele que disciplina, e aquele que é disciplinado – é potencializado por um conflito ainda mais agudo, de ordem edipiana.

A articulação entre passado, a recordação do pai, e presente, o assassinato de Julião Tavares, se dá neste nível psicanalítico, referente à rivalidade edipiana, por meio do motivo latente do crime, o referido medo da castração simbólica. Para que se estabeleça esta articulação, a análise tem que se centrar em determinadas particularidades do texto, em determinados aspectos de determinadas cenas, tal como a aversão de Luís da Silva ao sangue, que o leva a optar pelo enforcamento. A cor vermelha – a mancha de sangue no lençol branco que cobria o pai – ficará inscrita no inconsciente de Luís da Silva como algo negativo, repulsivo, visto que ela sinaliza a latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância.

Necessário que ele morresse. Julião Tavares cortado em pedaços, como o moleque da história que seu Ramalho contava. Logo me aborrecia da tortura comprida. Nojo, medo, horror ao sangue. Julião Tavares morreria violentamente e sem derramar sangue. Em sonhos ou acordado, vi-o roxo, os olhos esbugalhados, a língua fora da boca. (RAMOS, 2009, pp. 173-174)

Luís da Silva manifesta “nojo”, “horror” e “medo” ao sangue, afetos negativos, de ordem aparente, que sinalizam um afeto latente, a já referida culpa pelo desejo da morte do pai na infância. A história que seu Ramalho, pai de Marina, conta a Luís da Silva, sobre o menino da bagaceira, que havia desvirginado a filha de um senhor de engenho, e é punido com o corte da sua genitália por isso, aponta para o latente medo da castração simbólica, ao mesmo tempo em que sinaliza a referida culpa. Mais uma vez, portanto, sob o motivo aparente do assassinato – a idéia de vingança, como forma

de reparar a honra, valor arcaico que Luís da Silva cultua –, esconde-se a rivalidade edipiana.

Antigamente essa história de honra era coisa séria. Mulher falada não tinha valia. – Nenhuma, exclamava seu Ramalho, cansado, tossindo. E eram vinganças medonhas. – Vinganças horrorosas, bradava eu excitado. (...) O conto sensacional de seu Ramalho era o seguinte. Um moleque da bagaceira tinha arrancado os tampos da filha do senhor de engenho. Sabendo a patifaria, o senhor de engenho mandara amarrar o cabra e à boca da noite começara a furá-lo devagar, com ponta de faca. De madrugada o paciente ainda bulia, mas todo picado. Aí cortaram-lhe os testículos e meteram-lhos pela garganta, a punhal. Em seguida tiraram-lhe os beijos. E afinal abriram-lhe a veia do pescoço, porque vinha amanhecendo e era impossível continuar a tortura. (RAMOS, 2009, pp. 132-133)

Duas são as atitudes de Luís da Silva em relação à história contada por seu Ramalho: a primeira, de entusiasmo, se explicaria pelos seus valores arcaicos, dentre os quais, o valor da hierarquia. Nesse sentido, ferir a honra, do ponto de vista da moral do dominante, seria romper com o valor da hierarquia, colocando-se num lugar social que não se tem direito de ocupar, o que explica a cruel punição do senhor de engenho dada ao menino pobre, pertencente ao pólo dos dominados na sociedade patriarcal. Como já visto, Luís da Silva se vê como aquele que deveria ocupar, de direito, o lugar de dominante, dada sua origem aristocrática, aprovando, pelo tom excitado da sua fala, a punição dada a alguém que desrespeita o valor da hierarquia, o valor da honra. Sendo assim, da mesma maneira que o senhor de engenho pune severamente o menino por ultrapassar os limites do seu lugar social, por impedir que o dominante exerça a sua prerrogativa, a de decidir quando, e com quem a filha irá perder a sua virgindade, num contexto social em que os casamentos são acertados pelos pais, Luís da Silva também gostaria de punir Julião Tavares, por tirar-lhe a mulher, por tirar-lhe a possibilidade de ele exercer o domínio sobre ela, tal como o avô, o velho Trajano, o fazia, em relação à sinhá Germana, e em relação às escravas. Na cena do moleque da bagaceira, portanto, está implícito o desejo de punição de Luís da Silva em relação ao duplo, visto como usurpador do seu aspirado lugar de dominante, ainda que de dominante degradado, espécie de patriarca reduzido do mundo citadino. O desejo consciente de punição de Julião Tavares, pelo roubo de Marina, é potencializado pelo motivo latente do assassinato, medo da castração simbólica, sinalizado pela castração “real” do menino da bagaceira. Desta forma, o duplo, enquanto imagem do dominante

degradado, ao tomar Marina de Luís da Silva – aquele que se vê como dominante autêntico, de direito, mas não de fato –, desencadeia o desejo consciente de vingança, acabando também por trazer à tona os afetos latentes. Não por acaso, tendo-se em vista o assassinato como punição pela transgressão da hierarquia – o dominante degradado que toma a mulher daquele que se vê como dominante autêntico –, Luís da Silva considerar, a princípio, que Julião Tavares deveria morrer da mesma forma que o menino da bagaceira, o que afasta essa idéia é a repulsa ao sangue, por sinalizar a latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Em síntese, na cena do moleque da bagaceira estaria implicado, no plano ideológico, aparente, a transgressão do valor da hierarquia, valor arcaico, com origem na sociedade patriarcal, no plano psicanalítico, latente, há o medo da castração simbólica, como também a culpa pelo desejo da morte do pai na infância, com origem na não superação da rivalidade edipiana.

Assim, por exemplo, a violação sexual, narrada grosseiramente, se enlaça à violação da hierarquia social (moleque da bagaceira X filha de senhor de engenho). Não resta dúvida de que a infração maior, que provoca tão cruel punição, consiste na violação da ordem hierárquica: o moleque se torna criminoso porque transgride os limites sociais que o separam do senhor de engenho; fosse o senhor de engenho a violar uma negra dos terreiros, como fazia o velho Trajano, e nada acontecia. Como, da mesma forma, na ação nuclear, nada acontece a Julião Tavares (filho de Tavares & Cia.) por abusar de Marina (filha de operário), o que desperta em Luís da Silva, entre múltiplos sentimentos, o desejo de justiça (...) (CARVALHO, 1983, p. 32)

Como afirma a autora, o assassinato de Julião Tavares é motivado pelo senso de justiça, a compaixão que Luís da Silva sente por Marina, porém, não penas por isso, como também pela idéia de vingança pelo fato do rival ter-lhe roubado a última possibilidade de ele tentar se ajustar à realidade, por meio do casamento, ambos no plano consciente e, inconscientemente, pelo medo da castração simbólica, sinalizado pela cena de castração do moleque da bagaceira, e pelos símbolos fálicos presentes na narrativa. A articulação entre a não superada rivalidade edipiana na infância, isto é, entre o latente medo da castração simbólica e o assassinato de Julião Tavares se torna mais visível com a metamorfose da imagem do moleque da bagaceira agonizante na imagem do rival enforcado.

O ventre era uma pasta escura de carne retalhada; os membros, torcidos na agonia, estavam cobertos de buracos que esguichavam sangue; a boca, sem beijos, mostrava dentes acavalados e vermelhos, numa careta medonha; os olhos esbugalhados tornavam-se vermelhos. O negro arquejava. Corria sangue entre as frestas dos paralelepípedos e empoçava na sarjeta. (...) – Ai, ai! Suspirou seu Ramalho. Vou chegando ao serviço. Ergueu-se como se levantasse da cadeira um peso enorme. E, descontente, arfando, um ombro alto, outro baixo, o cachimbo entre os dentes, lá se foi para a usina elétrica. Segui-o com a vista até a esquina. Quando ele desceu da calçada, estremeci: pareceu-me que tinha sujado os sapatos de sangue. (...) Antonia, pintada de vermelho, as pernas abertas, passou bamboleando-se. Das pernas dela desprende-se um cheiro forte de sangue. Provavelmente estava menstruada e não se lavava. Os arames do Nordeste balançavam como cordas. Eu receava que os transeuntes tropeçassem no moleque estendido no calçamento. (...) Mas a figura continuava a escabujar no chão. Agora não era preta nem estava nua. Pouco a pouco ia embranquecendo e engordando, o sangue estancava, as feridas saravam. (RAMOS, 2009, pp. 135-136.)

O sangue, na citação acima, aparece associado à personagem Antonia – personagem que apresenta um desejo incontrolado pelos homens, buscando nos relacionamentos fundamentalmente isto, o prazer sexual –, como também ao seu Ramalho, pai de Marina. O desejo da morte do duplo, enquanto imagem psíquica do pai castrador, devido ao medo da castração simbólica, separação do objeto de desejo, da mãe, se exprime pelo sangue associado à personagem Antonia, como também associado ao personagem seu Ramalho, que apresenta os pés manchados de sangue, imagem esta de tonalidade expressionista. A cor vermelha articula passado (a mancha de sangue no lençol que cobria o pai morto), presente (a saída de seu ramalho para o trabalho e Antonia menstruada) e imaginação (a imagem alucinatória de Luís da Silva ao ver seu Ramalho com os sapatos sujos de sangue, e o moleque da bagaceira deitado no calçamento, ensangüentado). Se por um lado o sangue do sapato de seu Ramalho aponta para Marina seduzida por Julião Tavares, vilipendiada, desvirginada por este, o que, conscientemente, aguça o ódio de Luís da Silva para com o rival, o desejo de justiça, em nome do operário, do pai humilhado, que perdera a sua honra, por outro, inconscientemente, sinaliza o latente medo da castração simbólica, e a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. Sendo assim, a metamorfose do moleque da bagaceira na imagem de Julião Tavares morto, no plano psíquico, se explica pela necessidade de recalcar, manter em estado de latência, esses angustiantes afetos latentes, por meio de um afeto aparente, isto é, o ódio para com o rival, que o conduzirá ao desejo de justiça, como também à idéia de vingança, motivos aparentes

do assassinato. Se a punição do rival – sugerida pela história de seu Ramalho – não pode envolver sangue, pois este sinaliza a angustiante dimensão psíquica, então a imagem do moleque da bagaceira ensangüentado, agonizante, tem que se metamorfosear na imagem do rival enforcado, assassinato sem sangue.

A figura deitada no calçamento estava branca e vestida de linho pardo, com manchas de suor nos sovacos. Felizmente o sangue tinha desaparecido, já não havia a umidade pegajosa na sarjeta, nos cabelos de dona Rosália, nas saias de Antonia. Em redor tudo calmo. Gente indo e vindo, criança brincando, roncões de automóveis. O homem tinha os olhos esbugalhados e estrebuchava desesperadamente. Um pedaço de corda amarrado no pescoço entrava-lhe na carne branca, e duas mãos repuxavam as extremidades da corda, que parecia quebrada. (RAMOS, 2009, p. 137)

Como se vê, a figura imaginária do moleque da bagaceira morto, jogado no calçamento, sobre o qual seu Ramalho passara, manchando os seus sapatos de sangue – que produz tanta inquietação em Luís da Silva –, se transforma na imagem de Julião Tavares sendo enforcado pelo protagonista. O sangue que deixara um cheiro forte em Antonia, que manchara os sapatos de seu Ramalho, e os cabelos de dona Rosália, mãe de Marina, que sinalizava rivalidade edipiana, agora desaparece. Isso faz com que os afetos latentes sejam mantidos em estado de latência, apresentando o assassinado, para a consciência do protagonista, apenas o sentido de vingança, e de justiça. Ou seja, se o motivo latente do assassinato, o medo da castração simbólica, é angustiante para Luís da Silva por si só, e por estar associado à culpa pelo desejo da morte do pai na infância, ele deve ser mantido em estado de latência, revestindo-se o assassinato, no seu sentido aparente, apenas de um cunho moral, como se ele fosse apenas motivado pelo senso de justiça, e pela idéia de vingança.

Outra passagem do romance que permite interpretar a cor vermelha como elemento sinalizador desse quadro psíquico de Luís da Silva se refere também à percepção da realidade por parte do protagonista, vazada por seus afetos latentes, que insistem em vir à tona.

A sentinela cochilava encostada ao fuzil. Serviço pau. Um pobre homem dormindo em pé. Acordava, escancarava a boca, via com tédio as grades do jardim, hall deserto, a escada do fundo, vermelha. O tapete vermelho da escada me dava impressão desagradável. Podia ser de outra cor. As luzes do farol mudavam de minuto a minuto, branca, vermelha, branca, vermelha. Por que não aparecia uma terceira cor? (RAMOS, 2009, pp. 138-139.)

A alternância das luzes do farol, entre branca e vermelha, sugere a duplicidade de motivo que conduz Luís da Silva a escolher o assassinato, seja a partir da motivação latente, de ordem afetiva, o medo da castração simbólica, seja a motivação aparente, a idéia de vingança (ou mesmo de justiça). A cor branca do farol aludiria à tonalidade da pele de Julião Tavares, a “carne branca”, na qual a corda enteva, devido ao enforcamento, método este escolhido devido à angustiante dimensão psíquica, daí essa cor estar associada aos motivos aparentes do assassinato, diferentemente da cor vermelha, como visto acima. Portanto, da mesma forma que a imagem do moleque da bagaceira torturado, ensangüentado, incomoda Luís da Silva, o mesmo ocorre com a cor vermelha do sinal, e com o tapete vermelho, que lhe dá “impressão desagradável”, por sinalizarem a dimensão psíquica. O piscar das luzes do farol remete à cena do assassinato, ao brilho do cigarro no escuro, que acendia e apagava, o qual, por sinal, remete aos olhos do gato, instância vigilante, que aponta para a dificuldade de auto-afirmação de Luís da Silva, com origem na infância, na fase edipiana.

Cabe também, tendo-se em vista esse conteúdo latente do texto, analisar a relação de Luís da Silva com as mulheres, marcada pelo desejo exacerbado, particularmente falando da breve relação com Marina.

O rato roia-me por dentro. Senti cheiro de carne assada. Não, cheiro de fêmea, o mesmo cheiro que antigamente me perseguia, em meses de quebradeira. – “D. Aurora, veja se me arranja um quarto mais barato. Os tempos andam safados, d. Aurora.” As pernas de Berta eram assim bem torneadas. Apenas as de Berta eram nuas, tudo em Berta era nu. – Chi, chi, chi. Lá estavam novamente os quadris expostos. Para que aqueles panos? Gritei interiormente. Não era melhor que se descobrisse tudo? Coxas descobertas, rabo descoberto. Foi assim que vi Marina entre as pestanas, como Berta me aparecia. As nádegas cresciam monstruosamente – e eu mal podia respirar. (RAMOS, 2009, p. 71)

Um dos aspectos da personalidade de Luís da Silva é a sua visível carência afetiva, com origem no passado, da parte do menino que brincava só, esquecido da família, negligenciado em sua demanda de atenção pela figura distante da mãe. No indivíduo adulto, essa carência afetiva a que fora submetido na infância, se exprime por meio do desejo exacerbado para com as mulheres. Desta forma, se compararmos a vida adulta de Luís da Silva com a sua infância, o que de comum encontraremos é a solidão, e o sentimento de abandono: na infância, temos a reflexão do menino:

“Estava espantado, imaginando a vida que ia suportar, sozinho neste mundo. (...) Eu estava ali como um bichinho abandonado.. (...) Que ia ser de mim, solto no mundo?” (RAMOS, 2009, pp. 20-21); na vida adulta, assim se refere Luís da Silva a respeito da sua relação com os outros: “Estava tão abandonado neste deserto... Só se dirigiam a mim para dar ordens.” (RAMOS, 2009, p. 30) A dificuldade de auto-afirmação de Luís da Silva, sua dificuldade de se afirmar como livre subjetividade perante o outro, por meio da escolha de valores, da realização de projetos de vida tem relação com essa carência afetiva, esse sentimento de abandono, decorrente principalmente da ausência da figura da mãe na infância.

Na citação a seguir, o desejo incontrolado de Luís da Silva para com Marina aponta para um eu com dificuldade de auto-afirmação, arrebatado pelo desejo do outro. Na fase edipiana, o menino dirige a sua libido para a mãe, se vê como extensão do corpo da dela, como o falo para ela, como aquele que dá e recebe amor, desejo, por meio desta unidade, a mãe fálica. Com a castração simbólica, ocorre a separação entre mãe e filho, pela imposição da lei paterna, quando o menino deixa de ser o falo para a mãe, para ter o falo, identificando-se, portanto, com a figura do pai, adquirindo a sua identidade masculina.

Marina apareceu, enroscando-se como uma cobra de cipó e tão bem vestida como se fosse para uma festa. Ao pegar-me a mão, ficou agarrada, os dedos contraídos, o braço estirado, mostrando-se, na faixa de luz que entrava pela janela. Isto me dava a impressão de que meu braço havia crescido enormemente. Na extremidade dele um formigueiro em rebuliço tinha tomado subitamente a conformação de um corpo de mulher. As formigas iam e vinham, entravam-me por baixo da pele, e eram ferroadas medonhas, eu estava cheio de calombos envenenados. Não distinguia os movimentos desses bichinhos insignificantes que formavam o peito, a cara, as coxas e nádegas de Marina, mas sentia as picadas – e tinha provavelmente os olhos acesos e esbugalhados. Com uma sacudidela, desembaracei-me da garra que me prendia e tornei-me um sujeito razoável. (RAMOS, 2009, p.86)

A sensação de formigamento, a impressão de que o braço tinha “tomado subitamente a conformação de um corpo de Mulher”, ao tocar Marina, sinaliza um conteúdo latente do texto, a fase edipiana que o menino não conseguiu superar. Na cena acima, portanto, a impressão de que o braço tinha se transformado em um corpo de mulher sinalizaria, num plano latente, a mãe fálica, o filho que não quer deixar de ser o falo para a mãe, separar-se dela, por meio da castração simbólica, não a

aceitando a lei paterna. Ao tocar Marina, o frenético desejo que se expressa pela sensação de formigamento, ameaçando trazer à tona os conflitantes afetos latentes, daí a necessidade de se tornar um “sujeito razoável” novamente.

No romance, a figura da mãe é brevemente mencionada, em uma única passagem, de forma vaga e, em se tratando Luís da Silva de um personagem escritor, de alguém que decide escrever um livro contando fatos da sua vida, isso aludiria ao distanciamento da figura materna em sua vida na infância. O distanciamento da mãe em relação ao filho – a negligência de afeto e de atenção – é sugerido pela construção de uma narrativa em que aquela é quase totalmente ausente. Já a figura do pai, por ter sido presente na vida do menino Luís da Silva, porém, de forma negativa, como opressor, aparecerá com mais frequência naquela. Na citação a seguir, posterior ao assassinato de Julião Tavares, quando Luís da Silva já se encontra em sua casa, apresentando um quadro alucinatório, o som da vitrola que ele ouve ao longe suscita nele reminiscências da infância, a lembrança da cantiga de ninar da mãe.

O som de uma vitrola coava-se nos meus ouvidos, acariciava-me, e eu diminuía, embalado nos lençóis, que se transformavam numa rede. Minha mãe me embalava cantando aquela cantiga sem palavras. A cantiga morria e se avivava. Uma criancinha dormindo um sono curto, cheio de estremecimentos. Em alguns minutos a criança crescia, ganhava cabelos brancos e rugas. Não era minha mãe a cantar: era uma vitrola distante, tão distante que eu tinha a ilusão de que sobre o disco passeavam pernas de aranha. Um disco a rodar sem interrupção a noite inteira. Não. Estávamos na segunda parede, e eu subia a parede, acompanhava a réstia como uma lagartixa. (RAMOS, 2009, p. 273)

A “cantiga sem palavras” a que o protagonista se refere, quando rememora a presença da mãe, na infância, alude ao comportamento esquivo desta em relação ao filho, ou seja, uma tênue presença, de carícias desajeitadas, uma cantiga que “morria e se avivava.” A mãe ficara registrada em sua memória como aquela que lhe dirige carícias desajeitadas, insuficientes, um ninar incompleto, daí o “sono curto, cheio de estremecimentos”, carência de afeto esta que permanece no indivíduo adulto, e que se exprime pela audição impressionista do som da vitrola, que parecia acariciá-lo. É justamente quando a crise existencial se torna mais aguda, quando a sua dificuldade de auto-afirmação se torna mais evidente para si mesmo, deixando de ser escamoteada pela mentalidade do dominado, uma vez que o duplo, o dominante

degradado, Julião Tavares, está morto, quando, portanto, ele se sente mais abandonado do que nunca, que a lembrança da mãe lhe vem à memória, mas como falta, carência de afeto e atenção.

Entre momentos de maior e menor lucidez, suspende-se a separação entre o passado e o presente: “O barulho do descaroçador [passado] de algodão não me deixava dormir [presente]” (RAMOS, 2009, p. 277) Com isso, enfatiza-se a forte ligação entre o passado e o presente, entre a infância, marcada pela carência de afeto materno, pela solidão, pela opressão paterna, e a vida adulta, marcada pela excessiva submissão, pelo sentimento de inferioridade, pela misantropia, e pela demanda de atenção, traços psicológicos que sinalizam a dificuldade de auto-afirmação, com origem no passado, na não superada rivalidade edipiana.

Na citação a seguir, um ato falho do protagonista, isto é, a troca do nome da empregada Vitória pelo nome Rosenda, personagem relacionada à sua infância, revela a carência afetiva no indivíduo adulto, com origem no passado, no distanciamento da figura materna. Na cena a seguir, Luís da Silva, adulto, pede um copo de água a Vitória e, quando esta o traz, ele a agradece a chamando de Rosenda.

(...) ‘Não quero comer. Traga um copo de água.’ Vitória afastava-se arrastando os pés, levando a bandeja com a comida que me dava engulhos. Minutos depois, lá vinha, chap, chap, resmungando, a cara fechada, e entregava-me o copo. Eu bebia, molhando as cobertas. – ‘Obrigado Rosenda.’ Ficava suando e arquejando, a vista escurecia, estirava-me na prensa de farinha, junto ao muro. (...) Meu pai estava deitado, muito comprido, envolto num pano que se dobrava entre as pernas e tinha no lugar da cara uma nódoa vermelha cheia de moscas. As moscas não se mexiam, mas faziam um zumbido horrível de carapanãs. O olho de vidro de padre Inácio estava parado, suspenso no ar, fora do corpo. A batina de padre Inácio, o capote do velho Acrísio, a farda de cabo José da Luz e o vestido vermelho de Rosenda estavam parados, suspensos no ar, sem corpos. (RAMOS, 2009, p. 277)

No passado, o gesto maternal de Rosenda, ao entregar uma xícara de café ao menino Luís da Silva, produz uma reação emocionada neste, de pranto: “(...) nada me sensibilizou tanto como aquele braço estirado, aquela fala mansa que me despertava.” (RAMOS, 2009, p. 22) Assim como o gesto maternal de Rosenda revela uma forte carência de atenção de Luís da Silva em relação à mãe na infância, o gesto da empregada Vitória, cujo nome é trocado pelo nome daquela, também revela a

carência afetiva no indivíduo adulto, com origem no passado. O ato falho revela, portanto, carência afetiva em Luís da Silva, com origem na infância, na ausência da figura materna, roubo da atenção desta pelo pai, daí, logo em seguida, a recordação da imagem deste morto. “(...) Iam levando o cadáver de Camilo Pereira da Silva. Corri para a sala, chorando. Na verdade chorava pela xícara de café de Rosenda, mas consegui enganar-me e evitei remorsos.” (RAMOS, 2009, p. 23) Na necessidade de evitar “remorsos” está implicada uma consciência culpada por não sentir a morte do pai e, num plano latente, a culpa por ter desejado a sua morte na infância, devido à rivalidade edipiana – cabe verificar que quando aquele falece Luís da Silva já é adolescente, tem por volta de quatorze anos. Sendo assim, chorar pelo gesto maternal de Rosenda ao entregar-lhe a xícara de café e, com essa reação, dissimular consternação pela morte do pai, cumpriria a função de manter recalcada a latente culpa pelo desejo da morte do pai na infância.

A carência afetiva, de atenção, a qual se torna mais aguda após o assassinato de Julião Tavares, com origem na infância, na ríspida relação com o pai, como também no distanciamento da figura materna, moldará a personalidade de Luís da Silva: “Se Vitória me trouxesse um copo de água... Ali com sede, morrendo, sem um diabo que me desse uma xícara de café, um copo de água! Embalava-me com isto: – Sozinho, sozinho, morrendo à míngua, com sede.” (RAMOS, 2009, p. 278) Na cena descrita acima, em que Luís da Silva chama a empregada Vitória pelo nome de Rosenda, mais uma vez a imagem do pai morto reaparece, com a nódoa vermelha no lençol que o cobria, no lugar em que ficava o rosto. Essa cena, como já analisada na sua articulação com a cena do moleque da bagaceira morto, em que Luís da Silva demonstra aversão ao sangue, remete à rivalidade edipiana. Desta forma, o ato falho de Luís da Silva sinaliza essa dimensão psíquica e, ao fazê-lo, aponta para o medo da castração simbólica, e para a culpa pelo desejo da morte do pai na infância. O “olho de vidro” de padre Inácio remete aos olhos do gato, cujo brilho no escuro liga-se ao cigarro de Julião Tavares aceso, cujo apagar a acender aponta para a alternância do sinal de Trânsito entre branco e vermelho, sendo que todos esses elementos, representarem a dificuldade de auto-afirmação do protagonista diante do mundo de que faz parte – seu traço anti-existencialista –, a qual sinaliza o drama latente, a não superada rivalidade edipiana na infância.

Conclusão

Pretendeu-se dar uma abordagem filosófica da obra, por meio de uma leitura existencialista, centrada na responsabilidade do narrador-protagonista pelas suas condutas tomadas na vida, dentre as quais, o assassinato. Tendo-se em vista o existencialismo do filósofo Jean Paul Sartre, para o qual a existência precederia a essência, não havendo, portanto, nada que pré-determine as maneiras de ser do homem no mundo, nem uma possível natureza humana, tampouco a existência de Deus, coube atribuir ao narrador-protagonista de **Angústia**, Luís da Silva, a responsabilidade pelos seus descaminhos tomados na vida. Valer-se do existencialismo sartreano como método de interpretação do romance em questão nos permitiu superar os determinismos a que as interpretações de cunho sócio-histórico, ou de cunho psicanalítico, poderiam dar às ações do personagem, reduzindo-o, respectivamente, ao tipo social, ou ao tipo psicológico. Em ambos os casos, seja com o tipo dominado, consequência das relações de poder, seja com tipo psicológico, movido mecanicamente por afetos, tolher-se-ia a liberdade do personagem, transformado em mero títere, não apreendido devidamente, portanto, na sua dramaticidade. Portanto, superar interpretações dicotômicas, que derivam para a análise do tipo social, ou do tipo psicológico, implicaria buscar um método de interpretação que apreenda a singularidade do personagem diante do mundo representado, o que caracteriza o seu embate dramático com aquele, o que se deu com a leitura existencialista do romance, com a idéia da angustiante liberdade de escolha. Desta forma, a angústia da escolha, intransferível, vivenciada por cada indivíduo de forma única, faria com que ele estabeleça uma relação singular com o mundo de que faz parte, marcada pela liberdade.

A necessidade de dar uma interpretação que supere os determinismos inerentes às interpretações de cunho sócio-histórico e psicanalítico advém de um ponto de vista estético, referente à concepção realista de representação artística. Sendo assim, partindo-se do princípio realista de representação artística, da arte, particularmente falando da literatura, enquanto reflexo estético da realidade, é possível afirmar que a leitura existencialista do romance de Graciliano Ramos se mostrou procedente, visto que apreende o embate de uma singularidade diante do

mundo de que faz parte, angustiada diante de suas escolhas, dentre as quais, o crime.

Portanto, a literatura de Graciliano Ramos, particularmente falando de **Angústia**, representaria a condição humana no mundo, do homem que, segundo Sartre, “está condenado a ser livre”. Se a liberdade faz parte do ser do homem, este não pode ser reduzido a determinismos, seja de ordem sócio-histórica, seja de ordem psicanalítica, servindo seus valores e afetos apenas como motivos para suas livres escolhas, e não para justificar os caminhos, ou descaminhos tomados na vida. Desta forma, escolher tomar uma conduta, no caso, o assassinato, orientado por valores arcaicos, ou a partir de pulsões, de afetos inconscientes, não isenta o protagonista da responsabilidade pelos descaminhos trilhados na vida, visco que os valores, embora exteriores ao indivíduo, difundidos na sociedade, são escolhidos, isto é, passam pelo crivo da subjetividade, são auto-certificados. No caso dos afetos, eles têm sua origem no indivíduo, na sua relação particular com o mundo, não sendo provenientes do exterior, sendo que o sentido que se atribui a uma paixão depende dele, daí esta não isentá-lo da responsabilidade por suas escolhas tomadas na vida. Nisto reside a liberdade de Luís da Silva, seu estofo dramático, o de não estar submetido a determinismos, e que mesmo os seus descaminhos, dentre os quais, o maior deles, o assassinato, são descaminhos da sua absoluta liberdade de escolha.

Bibliografia

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Representação e participação: A dinâmica do concreto nos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH – USP, 1977.
- ANDRADE, Mário. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 6ª edição. Horizonte: Itatiaia, 2002.
- ADORNO, Theodor. “Posição do narrador no romance contemporâneo.” IN: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis – A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BASTIDE, Roger. *Graciliano Ramos*. IN: Teresa – revista de literatura brasileira/ área de literatura brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – nº 2 (2001)
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar – A aventura da modernidade*. Tradução: Carlos Felipe Moises e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Tradução do Alemão. Introdução e notas por Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão – Ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Tese e Antítese*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

_____. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CARPEAUX, Otto Maria. *Origens e Fins*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.

CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a Flor – A autobiografia Infância e os modos de ser Graciliano*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

CARVALHO, Lúcia Helena. *A ponta do novelo – Uma interpretação de Angústia, de Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1983.

DAFFNER, Silvia. *Angústia e a proximidade com as estéticas vanguardistas: análise das imagens, do narrador e do conflito*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH – USP, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Porto-Portugal: Rés-Editora, 2001.

DUBOIS, Christian. *Heidegger: introdução a uma leitura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FREUD, Sigmund. “O mal – estar na civilização.” IN: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Luto e Melancolia*. IN: Pequena coleção das obras de Freud – Livro 11. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. *Graciliano Ramos – O mundo coberto de penas*. Tese de

- doutorado. São Paulo: FFLCH – USP, 2005.
- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- HANNA, Maria Silvia G. F.; SOUZA, Neusa Santos. *O Objeto da Angústia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HOBBS, Thomas. Capítulo XIII – “Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria”. IN: *Leviatã*. São Paul: Nova Cultural, 1988.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas cidades/ Editora 34, 2000.
- LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH – USP, 2009.
- LEITÃO, Cláudio. *Líquido e incerto – memória e exílio em Graciliano Ramos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2003.
- LUKÁCS, George. *A teoria do romance*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2000.
- MARINHO, Maria Cecília Novaes. *A imagem da linguagem na obra de Graciliano Ramos – uma análise da heterogeneidade discursiva nos romances Angústia e Vidas Secas*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- MONTESQUIEU. “Do espírito das leis”. IN: *Os Pensadores*. São Paulo: Victor Civita, 1973.
- MOURÃO, Rui. *Estruturas – ensaio sobre o romance de Graciliano Ramos*. Curitiba: UFPR, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. “Para além de bem e mal – Prelúdio de uma filosofia do porvir (1885-1886)” IN: *Os Pensadores*. São Paulo: Victor Civita/Abril Cultural, 1978.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio, São Paulo: Record, 2009.

_____. *Caetés*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. *São Bernardo*. Rio, São Paulo: Record, 1984.

_____. *Viventes das Alagoas*. Rio, São Paulo: Record, 1976.

_____. *Vidas Secas*. Rio, São Paulo: Record, 1996.

SARTRE, Jean Paul. *A Náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. “Por que escrever?” IN: *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

_____. “As relações concretas com o Outro.” IN: *O ser e o Nada – Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. “O Existencialismo é um Humanismo.” IN: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

KRISTEVA, Julia. “A palavra, o diálogo e o romance.” IN: *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.